



# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## Dezembro 2018



## SUMÁRIO

<b>Demonstrações Financeiras</b> .....	<b>1</b>
Balanço Patrimonial .....	1
Demonstração do Resultado do Exercício .....	3
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido .....	4
Demonstração dos Fluxos de Caixa .....	5
Demonstração do Valor Adicionado .....	6
<b>Notas Explicativas</b> .....	<b>7</b>
Nota 1 – Contexto operacional .....	7
Nota 2 – Apresentação das Demonstrações Financeiras .....	7
Nota 3 – Principais práticas contábeis .....	10
Nota 4 – Disponibilidades .....	17
Nota 5 – Títulos e valores mobiliários (TVM) e Instrumentos Financeiros .....	17
Nota 6 – Repasses Interfinanceiros .....	21
Nota 7 – Operações de Crédito .....	22
Nota 8 – Financiamentos e repasses concedidos .....	22
Nota 9 – Provisão para perdas .....	24
Nota 10 – Impostos e Contribuições a recuperar ou compensar .....	25
Nota 11 – Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos - Ativo .....	25
Nota 12 – Créditos com o Tesouro Nacional .....	26
Nota 13 – Depósitos .....	26
Nota 14 – Obrigações por repasses do país - Instituições Oficiais .....	27
Nota 15 – Obrigações por repasses do exterior .....	28
Nota 16 – Fundos financeiros e de desenvolvimento .....	29
Nota 17 – Recursos para equalização e obrigações sobre recursos .....	32
Nota 18 – Contingências .....	32
Nota 19 – Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos - Passivo .....	34
Nota 20 – Patrimônio Líquido .....	34
Nota 21 – Receitas .....	37
Nota 22 – Realização do custo atribuído .....	37
Nota 23 – Receitas da intermediação financeira .....	37
Nota 24 – Despesas da intermediação financeira .....	38
Nota 25 – Remuneração aplicação Tesouro Nacional .....	40
Nota 26 – Rendas de administração .....	40
Nota 27 – Inspeção, acompanhamento e outros .....	41
Nota 28 – Despesas com pessoal e encargos .....	41
Nota 29 – Despesas administrativas .....	42
Nota 30 – Despesas tributárias .....	42
Nota 31 – Outras receitas operacionais .....	43
Nota 32 – Outras despesas operacionais .....	43
Nota 33 – Tributos sobre o lucro .....	44
Nota 34 – Destinação do resultado .....	45
Nota 35 – Fundação de Previdência Privada – FIPECq .....	46
Nota 36 – Partes Relacionadas .....	56
Nota 37 – Estrutura de controles internos e gerenciamento de riscos .....	58
<b>Anexos</b> .....	<b>60</b>
Memória de cálculo do Ativo .....	60
Memória de cálculo do Passivo .....	65
Memória de cálculo da Demonstração do Resultado .....	68
Parecer do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras .....	75
Parecer do Conselho de Administração sobre as Demonstrações Financeiras .....	82
Parecer do Conselho de Administração sobre a Destinação do Resultado .....	83
Parecer do Conselho Fiscal - Demonstrações Financeiras e Destinação do Resultado .....	84
Relatório do Comitê de Auditoria .....	85
Manifestação do Comitê de Auditoria sobre as Demonstrações Financeiras .....	91

<b>BALANÇO PATRIMONIAL</b>	<b>Notas</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>9.722.206</b>	<b>8.858.737</b>
<b>Disponibilidades</b>	4	<b>809.508</b>	<b>5.378.790</b>
<b>Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros</b>	5.1	<b>6.318.449</b>	<b>759.246</b>
<b>Repasse Interfinanceiros</b>	6 e 9	<b>114.552</b>	<b>83.090</b>
<b>Operações de Crédito</b>	7	<b>2.430.232</b>	<b>2.541.120</b>
Operações de Crédito		2.520.582	2.626.086
Provisão para Perdas	9	(90.350)	(84.966)
<b>Outros Créditos</b>		<b>47.490</b>	<b>94.125</b>
Impostos e Contribuições a Recuperar / Compensar	10	33.734	54.530
Contas a Receber FNDCT		6.231	19.943
Adiantamentos Salariais		3.167	4.732
Rendimentos de Aplicação no Tesouro		1.801	10.323
Taxa de Administração		1.071	2.806
Outros		1.486	1.791
<b>Outros Valores e Bens</b>		<b>1.975</b>	<b>2.366</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>9.290.733</b>	<b>10.033.901</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>9.208.210</b>	<b>9.950.623</b>
<b>Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros</b>	5.2	<b>214.403</b>	<b>273.908</b>
<b>Repasse Interfinanceiros</b>	6 e 9	<b>570.247</b>	<b>477.883</b>
<b>Operações de Crédito</b>	7	<b>7.935.200</b>	<b>8.806.579</b>
Operações de Crédito		8.648.746	9.491.844
Provisão para Perdas	9	(713.546)	(685.265)
<b>Outros Créditos</b>		<b>488.360</b>	<b>392.253</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	11	330.283	240.227
Créditos com o Tesouro Nacional	12	115.926	112.660
Depósitos Judiciais	13.1	60.780	59.797
Depósitos Especiais	13.2	6.842	5.039
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	12	(25.471)	(25.471)
<b>PERMANENTE</b>		<b>82.523</b>	<b>83.279</b>
<b>Imobilizado de Uso</b>		<b>76.877</b>	<b>75.612</b>
Imóveis de Uso		97.672	89.151
Outras Imobilizações de Uso		19.304	22.219
Depreciações Acumuladas		(40.099)	(35.758)
<b>Intangível</b>		<b>5.646</b>	<b>7.667</b>
Intangíveis		24.957	20.771
Amortizações Acumuladas		(19.311)	(13.104)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>19.012.939</b>	<b>18.892.638</b>

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras.

<b>BALANÇO PATRIMONIAL</b>	<b>Notas</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>1.883.697</b>	<b>2.023.903</b>
<b>Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais</b>	14	<b>1.182.431</b>	<b>1.534.306</b>
BNDDES		1.182.431	1.534.306
<b>Obrigações por Repasses do Exterior</b>	15	<b>5.709</b>	<b>6</b>
BID		5.709	-
FRANCÊS		-	6
<b>Outras Obrigações</b>	16	<b>695.557</b>	<b>489.591</b>
<b>Fundos Financeiros e de Desenvolvimento</b>		<b>518.300</b>	<b>421.819</b>
FNDCT		485.607	394.051
FUNTTEL		25.909	15.896
FAT		6.784	11.872
<b>Diversas</b>		<b>177.257</b>	<b>67.772</b>
Fiscais e Previdenciárias		61.026	16.476
Juros sobre Capital Próprio/Dividendos a Pagar		49.530	-
Provisão para 13º Salário e Férias		26.711	29.939
Fornecedores		22.550	20.764
Participações sobre o Lucro a Pagar		12.867	446
Diversas		4.573	147
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>15.014.134</b>	<b>14.867.223</b>
<b>Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais</b>	14	<b>4.162.770</b>	<b>5.292.031</b>
BNDDES		4.162.770	5.292.031
<b>Obrigações por Repasses do Exterior</b>	15	<b>1.163.326</b>	<b>369</b>
BID		1.163.326	-
FRANCÊS		-	369
<b>Outras Obrigações</b>	16	<b>9.688.038</b>	<b>9.574.823</b>
<b>Fundos Financeiros e de Desenvolvimento</b>		<b>9.520.198</b>	<b>8.683.893</b>
FNDCT		8.125.098	7.313.550
FUNTTEL		1.345.352	1.283.283
FAT		49.748	87.060
<b>Diversas</b>		<b>167.840</b>	<b>890.929</b>
Provisão para Contingências	18	94.076	89.434
Obrigações sobre Recursos	17	45.604	211.505
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	19	25.624	35.478
Depósitos e Cauções		2.536	2.381
Recursos para Equalização		-	552.131
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	20	<b>2.115.108</b>	<b>2.001.513</b>
Capital Social		1.624.994	1.101.552
Reserva Margem Operacional		419.458	-
Reserva Legal		69.950	60.918
Reservas de Reavaliação		2.638	2.638
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(1.932)	15.573
Retenção de Lucros		-	820.831
Reserva de Capital		-	1
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>19.012.939</b>	<b>18.892.638</b>

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras.

<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>Notas</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>1.208.921</b>	<b>1.414.389</b>
Operações de Crédito	23.1	1.200.939	1.335.266
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	23.2	7.982	79.123
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>(1.070.086)</b>	<b>(1.686.963)</b>
Operações de Empréstimos e Repasses	24.1	(996.951)	(1.118.727)
Despesa Operações de Câmbio		-	(1)
Provisão para Perdas	24.2	(73.135)	(568.235)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>138.835</b>	<b>(272.574)</b>
<b>OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS</b>		<b>159.213</b>	<b>226.842</b>
Remuneração Aplicação Tesouro Nacional	25	438.069	446.917
Receitas com Administração	26	66.771	55.020
Receitas com Inspeção, Acompanhamento e Outros	27	22.866	22.043
Despesas com pessoal e encargos	28	(286.288)	(291.339)
Despesas administrativas	29	(99.608)	(78.274)
Despesas tributárias	30	(39.371)	(42.770)
Outras receitas operacionais	31	76.257	131.326
Outras despesas operacionais	32	(19.483)	(16.081)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>298.048</b>	<b>(45.732)</b>
Outras receitas e (despesas)		842	48
<b>RESULTADO ANTES DO IRPJ E DA CSLL E DAS PARTICIPAÇÕES</b>		<b>298.890</b>	<b>(45.684)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	33	(192.261)	(41.276)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	33	85.963	62.475
<b>RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES</b>		<b>192.592</b>	<b>(24.485)</b>
Participação dos Empregados e Administradores no Lucro		(12.421)	-
<b>LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>180.171</b>	<b>(24.485)</b>
<b>LUCRO POR AÇÃO (lote de mil ações)</b>		<b>0,60</b>	<b>-</b>

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

	Outros Resultados Abrangentes					Reservas de Lucros						Demonstração do
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Reavaliação	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Total	Reserva Legal	Reserva para Retenção de Lucros	Reserva Margem Operacional	Total	Lucros / (Prejuízos) Acumulados	Total	Resultado Abrangente Total da Companhia
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	1.101.552	1	2.638	(13.002)	(10.364)	60.918	844.858	-	905.776	-	1.996.965	121.012
Aumento de Capital Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Absorção de Prejuízos Acumulados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para Reserva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IRPJ e CSLL sobre Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de IRPJ e CSLL Diferidos sobre a Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial Líquido de Impostos	-	-	-	(458)	(458)	-	-	-	-	458	-	458
Ajuste a Valor de Mercado de TVM Disponíveis para Venda	-	-	-	29.032	29.032	-	-	-	-	-	29.032	29.032
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(24.485)	(24.485)	(24.485)
Reserva Legal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Retenção de Lucros	-	-	-	-	-	-	(24.027)	-	(24.027)	24.027	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	1.101.552	1	2.638	15.572	18.210	60.918	820.831	-	881.749	-	2.001.512	5.005
Aumento de Capital Social	523.442	-	-	-	-	-	(523.442)	-	(523.442)	-	-	-
Absorção de Prejuízos Acumulados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para Reserva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IRPJ e CSLL sobre Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de IRPJ e CSLL Diferidos sobre a Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial Líquido de Impostos	-	-	-	(458)	(458)	-	-	-	-	458	-	(458)
Ajuste a Valor de Mercado de TVM Disponíveis para Venda	-	-	-	(17.046)	(17.046)	-	-	-	-	-	(17.046)	(17.046)
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	180.171	180.171	180.171
Reserva Legal	-	-	-	-	-	9.032	-	-	9.032	(9.032)	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(48.134)	(48.134)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.396)	(1.396)	-
Reserva para Retenção de Lucros	-	-	-	-	-	-	(297.390)	-	(297.390)	-	(297.390)	-
Reserva de Margem Operacional	-	-	-	-	-	-	-	419.457	419.457	(122.067)	297.390	-
Ajustes	-	(1)	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	1.624.994	-	2.638	(1.932)	706	69.950	-	419.457	489.407	-	2.115.107	162.667

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO**

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<b>Atividades operacionais</b>		
<b>Lucro/(prejuízo) líquido antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social e das Participações</b>	<b>298.890</b>	<b>(45.684)</b>
<b>Despesas e (Receitas) que não afetam as disponibilidades</b>	<b>38.533</b>	<b>508.244</b>
Constituição (reversão) de provisão para perdas	73.135	568.235
Constituição (reversão) de provisão para contingências	(7.678)	(73.816)
Juros Pró-Rata (Ativos) / Passivos	(30.765)	10.799
Atualização de outros créditos	(3.266)	(2.496)
Juros sobre créditos tributários	(3.435)	(1.672)
Depreciações e amortizações	10.542	7.194
<b>Variação de ativos e obrigações</b>		
(Aumento) / diminuição líquido em créditos por financiamento e repasse	786.359	47.719
(Aumento) / diminuição líquido em títulos e valores mobiliários	28.512	-
(Aumento) / diminuição líquido nas demais contas do ativo	47.677	20.432
Aumento / (diminuição) líquido nas obrigações por empréstimos e repasses e fundos financeiros	650.022	623.935
Aumento / (diminuição) líquido nas demais contas do passivo	(728.882)	77.838
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(121.404)	(79.979)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de operacionais</b>	<b>999.707</b>	<b>1.152.505</b>
<b>Atividades de investimentos</b>		
Movimentação líquida do permanente	(9.786)	(1.353)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos</b>	<b>(9.786)</b>	<b>(1.353)</b>
<b>Atividades de financiamentos</b>		
Juros sobre o capital próprio pagos	-	(47.144)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos</b>	<b>-</b>	<b>(47.144)</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b><u>989.921</u></b>	<b><u>1.104.008</u></b>
Modificação na posição financeira		
<b>Início do exercício</b>		
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	6.138.036	5.034.028
<b>Final do exercício</b>		
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	7.127.957	6.138.036
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b><u>989.921</u></b>	<b><u>1.104.008</u></b>

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras.

<b>DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>31/12/2018</b>		<b>31/12/2017</b>	
<b>RECEITAS</b>	<b>1.773.109</b>		<b>1.501.224</b>	
Intermediação Financeira	1.242.368		1.414.389	
Aplicação no Tesouro Nacional	438.069		446.917	
Prestação de Serviços	66.771		55.020	
Tarifas Bancárias	22.866		22.043	
Reversão (Provisão) para perdas	(73.135)		(568.235)	
Outras	76.170		131.090	
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(1.030.398)</b>		<b>(1.118.728)</b>	
Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(560.510)		(568.399)	
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(436.441)		(550.328)	
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros	(33.447)		-	
Câmbio	-		(1)	
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(56.842)</b>		<b>(55.063)</b>	
Materiais, energia e outros	(23.144)		(20.793)	
Serviços de terceiros	(21.747)		(18.189)	
Outras	(11.951)		(16.081)	
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>685.869</b>		<b>327.433</b>	
<b>DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO</b>	<b>(10.542)</b>		<b>(7.194)</b>	
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE</b>	<b>675.327</b>		<b>320.239</b>	
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>842</b>		<b>48</b>	
Outras	842		48	
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>676.169</b>	100%	<b>320.287</b>	100%
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>(676.169)</b>	100%	<b>(320.287)</b>	100%
<b>Pessoal</b>	<b>(264.461)</b>	39%	<b>(252.916)</b>	79%
Remuneração direta	(205.640)		(199.814)	
Benefícios	(37.923)		(38.990)	
FGTS	(13.366)		(14.112)	
Indenizações e Outras	(7.532)		-	
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>(186.315)</b>	27%	<b>(58.585)</b>	18%
Federais	(184.969)		(57.491)	
Municipais	(1.346)		(1.094)	
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>(45.222)</b>	7%	<b>(33.271)</b>	10%
Aluguéis	(45.222)		(33.271)	
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>(180.171)</b>	27%	<b>24.485</b>	(7%)
Lucros retidos / Prejuízo do período	(130.641)		24.485	
Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos	(49.530)		-	

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras.

## **FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – Finep**

### **NOTAS EXPLICATIVAS RELATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2018**

(Valores expressos em Milhares de Reais, exceto quando indicado)

#### **1 CONTEXTO OPERACIONAL**

A Financiadora de Estudos e Projetos – Finep – é uma empresa pública de direito privado, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC, integralmente controlada pela União.

Sendo uma empresa pública, a Finep integra a administração indireta da esfera Federal, seguindo, no que cabe, as normas aplicáveis ao setor público. Por ser dotada ainda de personalidade jurídica de direito privado, sujeita-se igualmente às regras aplicáveis às empresas privadas no que concerne às obrigações comerciais, cíveis, trabalhistas e tributárias definidas pela Constituição Federal.

Sua finalidade é apoiar estudos, projetos e programas para o desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico do país, tendo em vista as metas e prioridades setoriais estabelecidas nos planos do Governo Federal, promovendo o desenvolvimento econômico e social do Brasil por meio do fomento público à Ciência, Tecnologia e Inovação em empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições públicas ou privadas.

Tem como propósito estar presente em toda a cadeia da inovação, com foco em ações estratégicas, estruturantes e de impacto para o desenvolvimento sustentável do Brasil, possuindo como valores: visão estratégica, compromisso público, excelência na gestão, valorização do seu capital humano e atitude inovadora.

Exerce também a função de Secretaria Executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT.

Pode ainda atuar na administração de outros fundos instituídos pelo Governo, nas condições que forem estabelecidas, mediante ato do Poder Executivo, além de outras atribuições conexas às suas finalidades.

#### **2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

##### **2.1 Elaboração**

As Demonstrações Financeiras da Finep foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme às práticas contábeis adotadas no Brasil com o cumprimento das Normas Brasileiras de Contabilidade e observância às disposições contidas na Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, na Lei n.º 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e na Lei n.º 11.941, de 27 de maio de 2009, incluindo os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC –, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

##### **2.2 Autorização de emissão**

As Demonstrações Financeiras da Finep foram autorizadas por sua Diretoria em 13 de fevereiro de 2019.



## 2.3 Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação da Finep é o Real (R\$), e as informações são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil), exceto quando indicado de outra forma.

## 2.4 Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes entre a data destas Demonstrações Financeiras e a data de sua autorização para emissão.

## 2.5 Continuidade operacional

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional da Finep, uma vez que a Administração está convicta de que esta Financiadora possui totais condições e recursos para permanecer ativa num futuro previsível.

Com base em projeções futuras de rentabilidade, fluxos de caixa e recursos de capital, a Administração entende reunir as informações necessárias para afirmar sua continuidade operacional. Não é de conhecimento da Administração qualquer incerteza material que possa provocar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de operação futura.

## 2.6 Relevância e Fidedignidade

O conjunto dessas Notas Explicativas, balizadas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade e todos os dispositivos legais destacados no item 2.1, concentra-se na intenção da publicação de informações úteis, isto é, revestidas das características qualitativas fundamentais do relatório contábil-financeiro, sendo essas: a relevância e a representação fidedigna.

Informação contábil-financeira relevante é aquela capaz de fazer a diferença na decisão que possa ser tomada pelo usuário, auxiliando-o a realizar previsões sobre os efeitos de eventos passados, presentes e futuros ou a confirmar ou corrigir expectativas anteriores. A informação relevante é oportuna e detém valor preditivo ou valor de *feedback*, ou ambos. A relevância se mantém ainda que determinado usuário decida não a levar em consideração ou dela tenha tomado ciência por outra fonte.

A representação fidedigna é dotada de três atributos: completa, neutra e livre de erro. A informação completa deve ser constituída do necessário para que o usuário compreenda o fenômeno sendo retratado. A informação neutra deve ser desprovida de viés na seleção ou na apresentação, não podendo ser distorcida para mais ou para menos. A informação livre de erro não significa total exatidão, mas que o processo para a sua obtenção tenha sido selecionado e realizado sem erros. No caso de estimativa, ela é considerada como tendo representação fidedigna se, além disso, o montante for claramente descrito como sendo estimativa e a natureza e as limitações do processo forem devidamente reveladas.

Conforme Orientação Técnica OCPC 07 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, os números significativos para o porte da entidade são materiais/relevantes por sua influência potencial nas decisões dos usuários, mas determinados valores, mesmo que pequenos em termos absolutos ou percentuais, podem ser relevantes em função não do seu tamanho, mas de sua natureza. Isso significa que podem ser de interesse para decisão dos usuários pela importância da informação em termos de governabilidade, de possível impacto futuro, de informação social, dentre outros.

Dessa forma, essa Orientação determina que toda a informação é relevante e deve ser divulgada se sua omissão ou sua divulgação distorcida puder influenciar decisões que os usuários tomam como base no relatório contábil-financeiro de propósito geral da entidade específica que reporta a informação.

Consequentemente, se não tiver essa característica, a informação não é relevante e não deve ser divulgada.

Para fins destas Notas Explicativas, os critérios de relevância adotados são:

- para as contas do Ativo são representados pelos valores iguais ou superiores a 5% (cinco por cento) do Ativo Total e, também, por aquelas inferiores ao parâmetro estabelecido que sejam consideradas relevantes para a atividade fim desta Financiadora;
- para as contas do Passivo são representados pelos valores iguais ou superiores a 5% (cinco por cento) do Passivo Total e, também, por aquelas inferiores ao parâmetro estabelecido que sejam consideradas relevantes para a atividade fim desta Financiadora; e
- para as contas de Resultado são representados pelos valores iguais ou superiores a 2% (dois por cento) do Faturamento Bruto e, também, por aquelas inferiores ao parâmetro estabelecido que sejam consideradas relevantes para a atividade fim desta Financiadora.

A Norma Brasileira de Contabilidade – NBR TG 26 (R4) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, determina que a entidade não precisa fornecer uma divulgação específica, requerida por Norma, Pronunciamento Técnico, Interpretação ou Orientação do CPC, se a informação resultante da divulgação não for material, ainda que o pronunciamento contenha uma lista de requisitos específicos ou descreva-os como requisitos mínimos.

Assim, a entidade julga que as Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC TG 04 (R3) – Intangíveis, NBC TG 16 (R1) – Estoques e NBC TG 27 (R3) – Imobilizado não se enquadram no conceito de relevância e materialidade, não sendo, portanto, evidenciadas em notas.

## **2.7 Demonstração do Valor Adicionado**

A Finep, conforme disposições da Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado (DVA), apresenta a referida demonstração como parte integrante das suas Demonstrações Financeiras divulgadas ao final de cada exercício social. A DVA deve proporcionar aos usuários das demonstrações informações relativas à riqueza criada pela entidade em determinado período e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

### 3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

#### 3.1 Regime contábil

O regime contábil adotado pela entidade é o da competência. As receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações contratadas sob a modalidade de encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata* dia, com base na variação dos respectivos indexadores firmados. As operações com encargos financeiros pré-fixados são registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

#### 3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Para fins de demonstração dos fluxos de caixa, incluem-se nas disponibilidades as aplicações de curto prazo que possuam alta liquidez, que sejam prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que não estejam sujeitas a um risco significativo de mudança de valor.

#### 3.3 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros

Com a entrada em vigor da Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 48 – Instrumentos Financeiros em 2018, conjugada com a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 39 – Instrumentos Financeiros, define-se como instrumento financeiro: qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

A entidade deve classificar ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto:

- (a) no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto
- (b) nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se as seguintes condições forem atendidas simultaneamente:

- (a) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- (b) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se as seguintes condições forem atendidas simultaneamente:

- (a) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- (b) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A entidade deve classificar todos os passivos financeiros como mensurados subsequentemente ao custo amortizado, a exceção de passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Pela natureza de suas operações a Finep poderá apresentar passivos, incluindo derivativos que sejam passivos, que deverão ser mensurados subsequentemente ao valor justo.

As aplicações em fundos de investimentos de renda fixa – Extramercado são registradas pelo custo de aquisição ajustado, diariamente, pela variação do valor das cotas informado pelos administradores dos respectivos fundos, sendo as contrapartidas registradas no resultado.

### **3.4 Direitos e obrigações em moeda estrangeira**

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais decorrentes da liquidação das operações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração de resultado do período.

### **3.5 Créditos e obrigações por empréstimos e financiamentos**

Estão acrescidos dos respectivos rendimentos e encargos financeiros acumulados, assim como variações monetárias e cambiais a que estão sujeitos, em conformidade com índices, taxas cambiais e condições contratuais.

### **3.6 Ativo e Passivo fiscal diferidos**

São estabelecidos conforme a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 32 (R3) – Tributos sobre o Lucro.

Para subsidiar a constituição de Ativos Fiscais Diferidos, a Finep apresenta, anualmente, um estudo de evidenciação da existência de lucros tributáveis futuros, sendo o mesmo apreciado e aprovado pelas instâncias decisórias internas.

### **3.7 Provisões, Ativos e Passivos contingentes e obrigações legais**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pela Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 25 (R1) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, quando não houver norma específica.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras, entretanto, quando houver claras evidências que assegurem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras quando, fundamentados na natureza das ações, na opinião de assessores jurídicos e da Administração, e na complexidade e experiência de transações semelhantes, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa,

com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial.

As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Financeiras.

Em nota explicativa específica é demonstrada a provisão para contingências trabalhistas e cíveis quanto à classificação das ações em prováveis (provisionadas e divulgadas) e possíveis (divulgadas). As ações classificadas como remotas não são registradas, não havendo a necessidade de divulgação em notas explicativas.

### 3.8 Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição, de reavaliação espontânea e de custo atribuído (*deemed cost*) permitido pelo ICPC-10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43; ajustado por depreciações acumuladas, que são calculadas pelo método linear a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil, fixado por espécie de bens, como segue:

Espécie de bens	Taxas
Imóveis	2% a.a.
Móveis e utensílios	10% a.a.
Máquinas e equipamentos	10% a.a.
Veículos	20% a.a.
Equipamentos de processamento de dados	20% a.a.
Benfeitorias em imóvel de terceiros	54,5 a.a.

A taxa de 2% a.a. é utilizada para a categoria imóveis em função do laudo de avaliação independente base para o custo atribuído (*deemed cost*).

### 3.9 Intangível

Está demonstrado ao custo de aquisição, ajustado pela amortização acumulada, quando aplicável, calculada pelo método linear a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil correspondente a 20% a.a. e de recuperação econômica, constituindo-se basicamente de softwares, excetuando-se os ativos que apresentam incorporações ao longo de sua vida útil.

### 3.10 Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável. Quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, apurado pelo maior valor entre: (i) potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas ou; (ii) valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, deve ser reconhecida uma perda no resultado do período.

Para o exercício de 2018 a Finep elaborou o teste para seus bens imóveis utilizando o valor de mercado do metro quadrado de prédios comerciais no bairro em que seus imóveis estão localizados, chegando à conclusão

que não há indicação de perda por redução ao valor recuperável. Para seus bens móveis, a Administração entende não haver necessidade de elaboração de teste, uma vez que se tratam de bens de baixo valor agregado e que não geram resultados para a empresa.

Os investimentos em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros também foram testados utilizando o valor de mercado, havendo ajuste na categoria de fundos de investimentos detalhado em nota específica.

### **3.11 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido**

Esses tributos são calculados e registrados de acordo com a aplicação das alíquotas base vigentes na data de elaboração das Demonstrações Financeiras. Os tributos diferidos são reconhecidos em função das diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicável.

O imposto de renda do exercício, corrente e diferido, é calculado com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil ao ano, considerando a eventual compensação de prejuízos fiscais, limitada a 30% do lucro tributável. A contribuição social sobre o lucro líquido do exercício, corrente e diferida, é calculada com base na alíquota de 20% sobre o lucro tributável (até agosto de 2015 a alíquota praticada era de 15%, sendo majorada em 5 pontos percentuais pela Lei n.º 13.169, de 6 de outubro de 2015, para o período compreendido entre 01 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018), considerando a eventual compensação de base negativa, limitada a 30% do lucro tributável.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

### **3.12 Política de dividendos/juros sobre o capital próprio**

A distribuição de dividendos/juros sobre o capital próprio para o acionista único é reconhecida, quando devida, como um passivo nas Demonstrações Financeiras ao final do exercício, com base no atingimento de uma meta atrelada ao crescimento mínimo do Patrimônio Líquido. Esse incremento exigido será comparado ao resultado líquido e deverá, simultaneamente, recompor a inflação, medida de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor (IPCA), e o crescimento esperado do Produto Interno Bruto (PIB), encontrando-se assim, após a constituição da Reserva Legal, uma base parcial para a destinação do resultado. De forma complementar, também é estipulado um acréscimo de 1 % sobre essa base, de modo a haver um crescimento real da capacidade operacional da empresa para investimentos em Ciência, Tecnologia e Inovação. Ao final dessas etapas, o valor demonstrado representará a distribuição máxima adequada no exercício.

### **3.13 Outros ativos e passivos**

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, observando, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata* dia e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata* dia.

### **3.14 Participação nos lucros e resultados**

A Finep reconhece, quando pertinente, um passivo e uma despesa de participação nos lucros e resultados segundo o Acordo Coletivo de Trabalho proposto ou válido para o período das Demonstrações Financeiras.

### 3.15 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas, orientações e interpretações que foram recentemente emitidas pelo CPC, a serem adotadas a partir de 01.01.2018:

- CPC 47 – Receita de Contrato como apresentada na Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 47.

Tal resolução é responsável por revogar todas as outras normas relacionadas ao reconhecimento de receitas vigentes. Assim, revogam-se e são substituídos pelo texto do CPC 47 os textos do CPC 17 – Contratos de Construção –, as partes relacionadas às receitas e Interpretações Anexas A e B do CPC 30, bem como o CPC 02 – Contrato de Construção do Setor Imobiliário – e ICPC 11 – Recebimento em Transferência de Ativos dos Clientes.

Com sua admissão, o reconhecimento dessas contas de resultado — que antes era feito somente quando existia segurança absoluta para tal reconhecimento — passa a ser diferenciado.

Este Pronunciamento Contábil não impacta as Demonstrações Financeiras da Finep, uma vez que as receitas da instituição são alcançadas pelo CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

- CPC 48 – Instrumentos Financeiros aprovada no final de 2016 e apresentada na Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 48, sendo a primeira norma emitida como parte de um projeto maior para substituir o CPC 39, que será dividido em três principais fases: (i) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; (ii) metodologia de redução ao valor recuperável; e (iii) contabilização de cobertura.

#### (i) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

O CPC 48 estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: (a) custo amortizado; (b) valor justo por meio do resultado e (c) valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais dos fluxos de caixa dos ativos financeiros.

#### (ii) metodologia de redução ao valor recuperável

Outra alteração significativa refere-se ao cálculo das perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) dos ativos financeiros. De acordo com os novos requerimentos, as perdas deverão ser apuradas com base em um modelo de perdas esperadas, diferentemente do atual modelo de perdas incorridas.

#### (iii) contabilização de cobertura

A nova norma também incluiu um modelo de contabilidade geral de *hedge*, com o intuito de melhor alinhar a contabilidade de *hedge* com a gestão de riscos.

Ele objetiva um maior controle e transparência das atividades envolvendo esses instrumentos.

A partir do exercício social de 2019, conforme CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil, as empresas arrendatárias deverão reconhecer os pagamentos a serem realizados (passivo), assim como os direitos de uso dos ativos arrendados para todos os contratos de arrendamento mercantil, com exceção dos casos de arrendamentos de curto prazo (inferior a 12 meses) ou de arrendamentos de baixo valor.



### **3.16 Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 48 – Instrumentos Financeiros**

A partir de 2018, em virtude da entrada em vigor da Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 48, a Finep propôs à Administração uma metodologia complementar para a sua Provisão para Perdas. Além da já existente provisão sobre perdas incorridas, esta Financiadora construiu a sua metodologia para registro de perdas esperadas.

### **3.17 Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 06 (R3) – Operações de Arrendamento Mercantil**

A partir de 2019, em virtude da entrada em vigor da Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 06 (R3), todos os contratos de aluguel e/ou arrendamento passam a ter o mesmo tratamento contábil.

Na Finep, o contrato de aluguel mais relevante é o de salas e escritórios, cuja celebração se deu em 01/04/2014 e, em seu momento original, o mesmo não foi identificado como sendo um contrato que contivesse arrendamento, recaindo sobre ele, o conceito exposto no CPC 06, a saber:

*"A definição de arrendamento mercantil inclui contratos para o aluguel de ativo que contenham condição, dando ao arrendatário a opção de adquirir o ativo após o cumprimento das condições acordadas. Esses contratos são por vezes conhecidos como de aluguel-compra."*

O contrato em questão não faz qualquer menção a opção de compra por parte da Finep, ou seja, o mesmo não fora, portanto, considerado como arrendamento mercantil na data inicial.

Dessa forma, conforme o expediente prático do CPC 06 (R2), a Finep não é obrigada a reavaliar se o contrato é ou contém arrendamento na data da aplicação inicial, sendo possível não aplicar o CPC 06 (R2) a este contrato, uma vez que o mesmo não foi anteriormente identificado como contendo arrendamento, utilizando, assim, o CPC 06.

A Diretoria Executiva da empresa revisitou o processo de mudança ocorrido em 2014 e decidiu regressar ao edifício Praia do Flamengo, 200 (andares próprios), determinando a devolução de todos os andares do edifício Ventura até maio de 2020. Adicionalmente, a Finep reconheceu em seu Balanço de agosto de 2018 o valor de R\$ 13.348 mil referentes aos custos administrativos pela futura devolução dos andares do Edifício Ventura, reforçando, portanto, sua intenção de retorno ao PF200.

### **3.18 Reconhecimento de Receita**

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Empresa e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

A Finep avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:



- Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados ao valor justo, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita da intermediação financeira, na Demonstração do Resultado.

- Dividendos

A receita é reconhecida quando o direito da empresa de receber o pagamento for estabelecido, o que geralmente ocorre quando os acionistas aprovam o dividendo.

### **3.19 Operações de Crédito e Provisão para Perdas**

As operações de crédito realizadas pela empresa têm natureza de financiamento e são voltadas para projetos nas áreas de ciência, tecnologia e inovação. Dessa forma, além dos critérios econômico-financeiros, também são verificadas nas propostas de concessão de crédito aspectos relativos ao grau e relevância da inovação para o setor econômico afetado.

A classificação dessas transações observa a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação à operação, aos devedores e garantidores. Quanto ao nível de risco, a Finep utiliza como referência a gradação disposta na Resolução CMN nº 2.682/1999, elencando suas operações em nove níveis a partir do nível AA (muito baixo) ao H (muito elevado).

A Finep, até o momento, não pratica venda ou transferência de ativos financeiros e, dessa forma, mantêm todos os direitos contratuais sob sua administração e risco.

As operações renegociadas permanecem sendo acompanhadas, podendo ter seu grau de risco alterado a depender de fatos relevantes que possam influenciar novas avaliações.

Também em nota explicativa própria é evidenciada a constituição da provisão para perdas sobre os financiamentos concedidos quanto à dedutibilidade das perdas no recebimento dos referidos créditos, estando fundamentada na Lei n.º 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e da provisão para perdas sobre os financiamentos concedidos, observados os critérios definidos pela própria instituição, estando fundamentada no critério de perdas conforme orientação da Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 48 – Instrumentos Financeiros, considerada indedutível pela legislação fiscal.

## 4 DISPONIBILIDADES

As disponibilidades apresentam saldos de caixa e equivalentes de caixa – aplicações financeiras com liquidez imediata, ou seja, prontamente conversíveis em valor conhecido e com risco insignificante de mudança de valor.

Descrição	Dez/ 2018	Dez/ 2017
Banco em moeda nacional	46.113	234.235
Recursos aplicados na Conta Única do Tesouro	763.395	5.144.555
<b>Total</b>	<b>809.508</b>	<b>5.378.790</b>

A Finep mantém suas aplicações financeiras de curto prazo de liquidez imediata na Conta Única do Tesouro Nacional, conforme autorização expressa na Lei n.º 12.833, de 20 de junho de 2013.

Durante o exercício de 2018, a Finep optou por transferir grande parte dos recursos aplicados na Conta Única do Tesouro Nacional para Fundos Extramercado de Investimento em Renda Fixa, seguindo a diretriz de pleitear o reconhecimento da empresa como instituição financeira de fato junto ao Conselho Monetário Nacional. Tal medida se dá ao fato de que as instituições financeiras oficiais não podem aplicar seus recursos na Conta Única do Tesouro Nacional.

Para fins da Demonstração dos Fluxos de Caixa, as cotas de fundos de investimento do Banco do Brasil, classificadas como títulos e valores mobiliários, são consideradas como caixa e equivalente de caixa.

## 5 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (TVM) E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### 5.1 TVM de curto prazo

A Finep detém aplicações em Fundo Extramercado de Investimento em Renda Fixa junto ao Banco do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e à Caixa Econômica Federal, com composição da carteira majoritariamente em títulos públicos, estando classificados como instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado no montante de R\$ 6.318.449 mil em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 759.246 mil em 2017).

### 5.2 TVM e Instrumentos Financeiros de longo prazo – carteira própria

Descrição	Dez/ 2018	Dez/ 2017
Ações <sup>(1)</sup>	200.000	200.000
Ajuste ao Valor de Mercado das Ações	(54.085)	(23.092)
Fundos de Investimento – recursos Finep	66.558	97.000
Opções de compra - Startups	1.930	-
<b>Total</b>	<b>214.403</b>	<b>273.908</b>

<sup>(1)</sup> Através da Portaria n.º 603, de 24 de dezembro de 2013, o Ministério da Fazenda definiu como ordinária a espécie de ações da Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebrás e do Banco do Nordeste do Brasil S.A. –

BNB para fins de capitalização da Finep. Ainda segundo a Portaria, coube à Secretaria do Tesouro Nacional – STN definir a quantidade de ações a serem transferidas, garantindo que na operação não houvesse perda do controle acionário da União na Telebrás e no BNB.

A quantidade de ações conferidas à Finep foi de 1.449.254 do BNB (BNBR3) e de 32.316.006 da Telebrás (TELB3) – 3.231.601 ações após o grupamento realizado em 2016. As ações BNBR3 foram registradas na Finep ao valor unitário de R\$ 28,74, conforme cotação informada pela STN, de 16 de dezembro de 2013; as ações TELB3 foram registradas na Finep ao valor unitário de R\$ 4,90, conforme cotação informada pela STN, de 20 de dezembro de 2013.

Conforme a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 18 (R2) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, não fica configurada a influência significativa em nenhuma das empresas, visto que ambas são controladas pela União. Dessa forma, as referidas ações não são consideradas como investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial, sendo, portanto, consideradas como títulos e valores mobiliários.

Por serem consideradas como títulos e valores mobiliários, cabe a verificação da mensuração do valor recuperável. A Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 01 (R3) – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos – define valor recuperável como: o maior valor entre o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo ou de unidade geradora de caixa e o seu valor em uso. O referido pronunciamento não requer que a Entidade faça uma estimativa formal do valor recuperável se não houver indicação de possível desvalorização.

Conforme determinado pela Legislação Societária, cabe o enquadramento destes instrumentos financeiros em uma das categorias possíveis, sendo os mesmos classificados como instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, dada sua utilização como aumento de capital social.

Por este motivo, as respectivas ações poderão ser negociadas a qualquer tempo, porém não são adquiridas com a intenção de serem transacionadas de forma ativa e frequente, sendo ajustadas mensalmente ao valor de mercado e suas valorizações e desvalorizações registradas, líquidas dos efeitos tributários, em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido.

Ações						
Código	Empresa	Cotação	Quantidade	Valor Original	Ajuste ao Valor de Mercado	Saldo
TELB3	Telebrás	28,12	3.231.601	158.348	(67.476)	90.873
BNBR3	BNB	37,98	1.449.254	41.652	13.391	55.043
				<b>200.000</b>	<b>(54.085)</b>	<b>145.915</b>

### 5.2.1 Cotas de fundos em participações

A Finep, como Secretaria Executiva do FNDCT, investe de forma descentralizada através de Fundos de Investimento em Participações (FIPs) e realiza investimentos em empresas de capital fechado, na forma de aquisições em participações societárias, através de um Fundo Proprietário (FIP Inova Empresa).

Nas atividades de investimento em FIPs, a Finep tem como objetivo investir em empresas inovadoras com alto potencial de retorno financeiro, assim como atrair investimentos privados (nacionais e estrangeiros) para a indústria de venture capital no Brasil e construir um ambiente favorável ao desenvolvimento desta indústria no país. Além do capital efetivamente disponibilizado, as empresas contam com o apoio estratégico dos

gestores dos fundos para criar estruturas adequadas de governança corporativa, foco no crescimento e lucratividade, bem como na sustentabilidade futura do negócio. Não se trata, portanto, de um veículo de investimento estritamente financeiro. A participação dos fundos nas empresas se dá através de efetiva influência no processo decisório e no planejamento estratégico.

Alguns dos resultados alcançados através do programa são: o alto grau de alavancagem de recursos privados e do potencial inovador das empresas investidas; a profissionalização da gestão das pequenas e médias empresas inovadoras que recebem, além do aporte financeiro, contribuição dos gestores dos Fundos em todas as áreas; a implementação das melhores práticas de governança nas empresas investidas e o fortalecimento da estrutura de capital das empresas nacionais. Desde 2001, a Finep já comprometeu R\$ 655 milhões para investimento em 33 Fundos de Participações, os quais já apoiaram mais de 220 empresas brasileiras inovadoras, em diversos setores da indústria.

Através do FIP Inova Empresa, a Finep tem como objetivos: (i) capitalizar e desenvolver empresas inovadoras de elevado risco tecnológico com alto potencial de crescimento e retorno financeiro compatível, (ii) estimular atividades de inovação de empresas brasileiras em setores e tecnologias prioritárias para o país, (iii) fortalecer a estrutura de capital e a ampliação do acesso ao mercado de capitais por parte de empresas inovadoras e (iv) incentivar a adoção das melhores práticas de governança corporativa. Até o momento já foram realizados 4 investimentos e integralizados R\$ 110 milhões.

As cotas dos fundos investidos com recursos do FNDCT (FIPs) são avaliadas pelos valores das cotas divulgadas pelo respectivo administrador (instituições financeiras privadas) na data base do balanço, não havendo diferença entre o valor atualizado e o valor de mercado. Por ser repassadora desses recursos, a Finep não tem seu resultado impactado pelos eventuais ganhos e perdas nestes fundos, havendo o tratamento simples de ativos e passivos.

A Administração da Finep entende que a participação nos fundos investidos com recursos do FNDCT deverá obedecer ao cronograma de integralização (investimento) e de retorno (desinvestimento) estando, portanto, estes títulos classificados ao custo amortizado. Por sua vez, os fundos investidos com recursos próprios são classificados ao valor justo por meio do resultado.

Do total dos recursos investidos em Fundos que montam R\$ 474.866 mil em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 445.727 mil em 2017), a parte relativa aos recursos oriundos do FNDCT para tal atividade é de R\$ 377.382 mil (R\$ 348.727 mil em 2017), sendo, portanto, efetivamente investidos com recursos próprios da Finep o total de R\$ 97.484 mil (R\$ 97.000 mil em 2016), compostos pela totalidade do Fundo Inova Empresa.

Em 2018, a empresa Ernest & Young Assessoria Empresarial elaborou laudo de avaliação econômico-financeira das empresas investidas pelo FIP Inova Empresa em que se evidenciou a necessidade de provisão para *impairment* no montante de R\$ 30.926 mil.

<b>CNPJ</b>	<b>Fundo</b>	<b>Dez/ 2018</b>	<b>Dez/ 2017</b>
18.754.577/0001-54	INOVA EMPRESA	97.484	97.000
18.093.847/0001-23	CAPITAL TECH II	34.033	29.519
17.078.063/0001-63	CVENTURES PRIMUS	32.321	27.707
13.528.558/0001-96	DGF INOVA	32.224	31.280
11.160.957/0001-11	BRASIL AGRONEGÓCIO	29.383	29.215
11.411.095/0001-52	CRP VII	26.060	25.874
15.505.288/0001-23	DLM BRASIL TI	21.629	24.361
20.100.181/0001-35	FIP AEROESPACIAL	19.515	16.452
08.988.307/0001-54	TERRA VIVA	19.170	19.113
12.907.124/0001-34	BBI FINANCIAL	18.820	15.780
18.860.705/0001-44	INOVAÇÃO PAULISTA	17.262	12.672
14.435.236/0001-65	VOX IMPACT INVESTING I	16.196	17.001
19.250.736/0001-46	SUL INOVAÇÃO	14.295	8.185
08.693.474/0001-78	RIO BRAVO NORDESTE II	12.882	12.982
13.107.005/0001-60	PERFORMA SC I	12.348	11.625
22.489.410/0001-80	VENTURE BRASIL CENTRAL	11.637	1.991
12.272.110/0001-91	NASCENTI	11.200	11.036
10.407.298/0001-02	HORIZONTI	9.900	9.900
19.230.524/0001-05	DGF FIPAC 2	9.889	9.787
21.141.789/0001-70	INOVA EMPRESA PRIMATEC	9.100	9.100
10.720.618/0001-80	NEO CAPITAL MEZANINO	8.178	9.622
06.905.602/0001-74	RIO BRAVO INVESTECH II	4.338	4.374
08.796.172/0001-25	JARDIM BOTÂNICO VC I	3.257	3.257
11.337.965/0001-90	SC	2.574	2.686
09.238.849/0001-72	CAPITAL TECH	1.043	3.565
08.909.578/0001-77	GOVERNANÇA CORPORATIVA	106	50
08.571.117/0001-37	FIPAC	22	22
08.605.371/0001-09	FUNDOTEC II	-	1.571
<b>Total</b>		<b>474.866</b>	<b>445.727</b>

## 5.2.2 Instrumentos Financeiros

O Programa Finep Startup tem por objetivo apoiar a inovação em empresas nascentes intensivas em conhecimento através do aporte de recursos financeiros para execução de seus planos de crescimento.

O foco do Programa é cobrir o gap de apoio e financiamento existente entre o aporte feito por programas de aceleração, investidores-anjo e ferramentas de financiamento coletivo (*crowdfunding*) e o aporte feito por Fundos de Seed Money e Venture Capital.

O Edital de Seleção Pública "FINEP STARTUP" tem por objetivo:

- (a) apoiar a inovação nas empresas brasileiras nascentes de base tecnológica através da disponibilização de recursos financeiros aportados por meio da celebração de um Contrato de Opção Compra de Ações.
- (b) promover o crescimento do mercado de capital semente no Brasil, compartilhando com os investidores privados os riscos associados ao investimento em empresas nascentes de base tecnológica, sem substituir a iniciativa privada em seu papel como principal agente formador desse mercado.

O apoio financeiro envolvido no presente programa dar-se-á por meio da celebração de um Contrato Particular de Outorga de Opção de Subscrição de Participação Social sem restrições ao Direito de Voto entre a Finep e a empresa proponente, podendo o mesmo ser via fundo de participações. O valor investido em 2018 foi de R\$ 1.930 mil.

## 6 REPASSES INTERFINANCEIROS

A Finep opera em contas detalhadas os repasses a Agentes Financeiros com recursos do FAT, através do Programa Inovacred e também com Recursos Próprios.

Descrição	Dez/ 2018	Dez/ 2017
Repasses Recursos Próprios	109.565	80.477
Juros sobre repasses Recursos Próprios	2.301	1.878
Repasses FAT Inovacred	2.633	687
Juros sobre repasses FAT Inovacred	61	48
Provisão para perdas esperadas	(8)	
<b>Total Circulante</b>	<b>114.552</b>	<b>83.090</b>
Repasses Recursos Próprios	555.929	464.937
Repasses FAT Inovacred	14.358	12.946
Provisão para perdas esperadas	(40)	-
<b>Total Não Circulante</b>	<b>570.247</b>	<b>477.883</b>
<b>Total</b>	<b>684.799</b>	<b>560.973</b>

## 7 OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As operações de crédito da Finep representam o compromisso financeiro assumido em razão de mútuo por diversas empresas junto a esta Financiadora.

Descrição	Dez/ 2018	Dez/ 2017
Financiamentos concedidos	2.321.819	2.334.481
Juros sobre financiamentos	198.763	291.605
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (Indedutível)	(90.350)	(84.966)
<b>Total Circulante</b>	<b>2.430.232</b>	<b>2.541.120</b>
Financiamentos concedidos	8.541.896	9.271.192
Rendas a apropriar (Recuperação Judicial)	(160.052)	-
Cobrança judicial (incluindo rendas a apropriar)	266.902	220.651
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Dedutível)	(266.858)	(386.359)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Indedutível)	(446.688)	(298.905)
<b>Total Não Circulante</b>	<b>7.935.200</b>	<b>8.806.579</b>
<b>Total</b>	<b>10.365.432</b>	<b>11.347.699</b>

## 8 FINANCIAMENTOS E REPASSES CONCEDIDOS

### 8.1 Composição do vencimento dos principais de financiamentos e repasses concedidos

(desconsiderando cobrança judicial e provisão para crédito de liquidação duvidosa)

Descrição	Dez/ 2018
Vencidos	73.172
2019	2.360.294
2020	2.286.938
2021	2.012.060
2022	1.664.070
2023	1.246.685
Após 2023	1.902.981
<b>Total</b>	<b>11.546.200</b>

## 8.2 Composição das operações de crédito e repasses por setores de atividade econômica

(desconsiderando cobrança judicial e provisão para crédito de liquidação duvidosa)

<b>Setores</b>	<b>Dez/ 2018</b>	<b>Dez/ 2017</b>
Serviço	1.073.018	977.732
Indústria	195.675	231.799
<b>Público</b>	<b>1.268.693</b>	<b>1.209.531</b>
Indústria	6.530.128	6.678.396
Serviço	3.319.938	3.786.696
Comércio	423.119	483.675
Outros	4.322	6.422
<b>Privado</b>	<b>10.277.507</b>	<b>10.955.189</b>
<b>Total</b>	<b>11.546.200</b>	<b>12.164.720</b>

## 8.3 Composição da concentração das operações de crédito

<b>Descrição</b>	<b>Dez/ 2018</b>	<b>%</b>	<b>Dez/ 2017</b>	<b>%</b>
Maior cliente	263.101	2,28%	279.446	2,30%
10 maiores clientes	2.162.383	18,73%	2.449.234	20,13%
20 maiores clientes	3.649.364	31,61%	3.850.166	31,65%
50 maiores clientes	6.555.537	56,78%	6.716.825	55,22%
100 maiores clientes	8.785.470	76,09%	9.032.974	74,26%



#### 8.4 Composição das operações de crédito e repasses por perfil de risco

SCR	Saldo Devedor 2018	%	Saldo Devedor 2017	%
AA	4.483.445	38,83%	4.564.050	37,52%
A	1.649.099	14,28%	1.343.321	11,04%
B	2.469.030	21,38%	2.443.784	20,09%
C	1.083.218	9,38%	1.835.291	15,09%
D	693.437	6,01%	803.392	6,60%
E	158.789	1,38%	297.527	2,45%
F	144.306	1,25%	89.604	0,74%
G	10.031	0,09%	205	0,00%
H	854.845	7,40%	787.546	6,47%
<b>Total</b>	<b>11.546.200</b>	100,00%	<b>12.164.720</b>	100,00%

#### 9 PROVISÃO PARA PERDAS

A parcela relativa à provisão para perdas dedutível para fins fiscais está fundamentada nos artigos 9º e 12 da Lei n.º 9.430 de 1996, ou seja, créditos com garantia vencidos a mais de 2 (dois) anos, ou a mais de 1 ano, dependendo da garantia, desde que mantidos os procedimentos legais para seu recebimento. O saldo registrado para o exercício de 2018 foi de R\$ 266.858 mil (R\$ 386.360 mil em 2017).

O valor constituído a título da provisão para perdas indedutíveis para fins fiscais foi determinada com base na provisão dos créditos vencidos de empresas inadimplentes ativas na cobrança a partir de 90 dias, dos créditos vencidos de empresas em renegociação de dívida a partir de 30 dias, do saldo devedor das empresas em recuperação judicial que não possuem plano de recuperação homologados e demais casos que não atendam aos critérios da Lei n.º 9.430 de 1996, como por exemplo os critérios internos utilizados para registro da provisão para perdas esperadas a partir de 2018.

Descrição	Saldo 2017	Constituições	Reversões	Baixas	Saldo 2018
PCLD Indedutível	84.966	74.168	(68.776)	-	90.358
<b>Total Circulante</b>	<b>84.966</b>	<b>74.168</b>	<b>(68.776)</b>	<b>-</b>	<b>90.358</b>
PCLD Indedutível	298.905	576.967	(429.144)	-	446.728
PCLD Dedutível	386.360	183.155	(263.235)	(39.422)	266.858
<b>Total Não Circulante</b>	<b>685.265</b>	<b>760.122</b>	<b>(692.379)</b>	<b>(39.422)</b>	<b>713.586</b>
<b>Total</b>	<b>770.231</b>	<b>834.290</b>	<b>(761.155)</b>	<b>(39.422)</b>	<b>803.944</b>

As Provisões Indedutíveis de curto prazo no valor total de R\$ 90.358, em 2018, estão compostas respectivamente dos seguintes subtóais: R\$ 8 referentes a Repasses Interfinanceiros e R\$ 90.350 em Operações de Crédito. No longo prazo, o valor total de R\$ 446.728 de PCLD Indedutível distribuiu-se em: R\$ 40 registrados em Repasses Interfinanceiros e R\$ 446.688 em Operações de Crédito. Em atendimento à NBC TG-48 – Instrumentos Financeiros – a Finep desenvolveu uma metodologia para o cálculo de suas perdas esperadas e, em decorrência dessa nova sistemática, também compondo as provisões indedutíveis, está presente o valor de R\$ 22.224 mil oriundo desse novo método.

Em relação às Provisões Dedutíveis, o saldo total de R\$ 266.858 em 2018 refere-se, exclusivamente, a Operações de Crédito.

## 10 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR OU COMPENSAR

Em decorrência das antecipações mensais em bases estimadas (obrigatórias pela legislação fiscal para empresas com tributação pelo Lucro Real Anual) e da retenção de IRRF sobre aplicações financeiras de renda fixa – Extramercado superarem o IRPJ devido e a CSLL devida, a Finep apresenta saldo de imposto e contribuição a recuperar conforme o quadro.

Descrição	Dez/2018	Dez/2017
IRPJ a recuperar	10.646	32.892
CSLL a recuperar	23.061	21.602
Outros tributos a compensar	27	36
<b>Total</b>	<b>33.734</b>	<b>54.530</b>

## 11 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS – ATIVO

Com o objetivo de estabelecer o tratamento contábil para os tributos sobre o lucro, a NBC TG 32 (R3) – Tributos sobre o Lucro exige que a entidade reconheça os ativos e passivos fiscais diferidos decorrentes da contabilização dos tributos sobre o lucro pelo regime de competência.

O Ativo Fiscal Diferido pode ser constituído de três formas distintas, sendo: (a) a sobre Prejuízos Fiscais e Base Negativa existentes; (b) sobre as Diferenças Temporárias; e (c) compensação futura de créditos fiscais não utilizados. Algumas diferenças temporárias surgem quando a receita ou a despesa está incluída no lucro contábil em um período, mas vai ser incluída no lucro tributável em um período diferente.

A posição em 31 de dezembro de 2018 para as contas de Ativo Fiscal Diferido cuja natureza é relacionada às Diferenças Temporárias montam R\$ 330.283 mil (R\$ 240.227 mil em 31 de dezembro de 2017), sendo R\$ 183.490 mil para o IRPJ (R\$ 133.459 mil no mesmo período de 2017) e R\$ 146.792 mil para a CSLL (R\$ 106.768 mil em 2017).

Descrição	IRPJ	CSLL
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	134.272	107.417
Provisão para contingências trabalhistas	20.118	16.095
Ajuste ao valor de mercado – TVM	16.869	13.495
Provisão para contingências cíveis	321	256
Rescisão Ventura	3.080	2.464
Provisão Fundos	7.732	6.185
Provisão ACT	1.099	879
<b>Total</b>	<b>183.491</b>	<b>146.792</b>

## 12 CRÉDITOS COM O TESOUREIRO NACIONAL

No exercício de 2011, foi reconhecida perda de R\$ 33.652 mil em função da Lei n.º 12.431, de 24 de junho de 2011, art. 23, que extingue o Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND – e determina que a União o sucederá em seus direitos e obrigações. Nos demais exercícios, apenas as correções de valor do recebível pelo IPCA foram computadas no exercício, conforme determinação legal. O montante de R\$ 115.926 mil é representado por participações em fundos / cotas do FND no valor de R\$ 90.455 mil e de R\$ 25.471 mil de Risco Cambial.

Com base na Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN nº 066/68, está sendo computada a quantia de R\$ 25.471 mil a débito do Tesouro Nacional, correspondente à recuperação do Risco Cambial.

Entretanto, a NBC TG 01 (R3) – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos cujo objetivo é definir procedimentos visando a assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado no tempo por uso nas operações da entidade ou em sua eventual venda. Caso existam evidências claras de que os ativos estão registrados por valor não recuperável no futuro, a entidade deverá imediatamente reconhecer a desvalorização, por meio da constituição de provisão para perdas. Como o valor nominal registrado em Balanço é antigo e sua atualização monetária se deu até o ano de 2007, trata-se de um ativo de baixa recuperabilidade. Desta forma, foi, conforme rege a NBC TG 01 (R3), realizada durante o exercício de 2016 a provisão no valor total do ativo de R\$ 25.471 mil.

## 13 DEPÓSITOS

### 13.1 Depósitos Judiciais

Trabalhistas – os depósitos judiciais trabalhistas constituem exigência legal, conforme art. 880 da CLT, para que os embargos à execução trabalhista sejam opostos, para impugnar as alegações do reclamante e comprovar a regularidade das suas práticas. O depósito judicial é uma exigência legal também para a própria interposição de recursos trabalhistas, conforme art. 899 da CLT e seu montante para o exercício de 2018 foi de R\$ 58.350 mil (R\$ 57.367 para 2017).

Fiscais – a Finep foi notificada da instauração de processo administrativo fiscal, quanto ao recolhimento a menor de tributos relativos ao FAP. A fim de evitar a autuação, tendo em vista disposição legislativa específica admitindo a hipótese, a Diretoria autorizou o ajuizamento da ação para o questionamento da cobrança efetuada, assim como para evitar o incremento dos encargos decorrentes da autuação, sendo realizados o Depósito Judicial nº CNJ 0086369-03.2015.4.02.5101, nº da Justiça 2015.51.01.086369-3 – Fazenda Nacional no montante final de R\$ 2.430 mil (valores depositados em 2015). Nesta ação, a Finep é autora, tendo a Fazenda Nacional como ré.

### **13.2 Depósitos Especiais**

Cauções – conforme o contrato de locação de imóveis – nº 20.14.0019.00 – cláusula XI, a Finep teve que realizar o depósito de R\$ 4.758 mil no exercício de 2014. Pelo contrato de locação de imóveis nº 20.17.0057.00 a Finep teve que realizar o depósito de R\$ 26 mil no exercício de 2017. Esse valor encontra-se corrigido pela poupança (garantia contratual) perfazendo R\$ 6.588 mil.

Ajuizamento de ações - fornecedores – trata-se de rescisão contratual de imóvel alugado negada pelo locador, fazendo jus ao depósito nº 0146641-60.2015.4.02.5101 no valor de R\$ 248 mil realizado no exercício de 2015.

Depósitos Judiciais – depósito de R\$ 7 mil para perícia judicial com finalidade de recuperação de crédito da Finep.

## **14 OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS – INSTITUIÇÕES OFICIAIS**

As obrigações por repasses do país são, em sua quase totalidade, operações realizadas com o BNDES no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento – PSI.

O Programa, criado pela Lei n.º 12.096, de 24 de novembro de 2009, objetiva estimular a aquisição e produção de bens de capital e a inovação tecnológica através da concessão de subvenção econômica em operações de financiamento. A partir da Lei n.º 12.453, de 21 de julho de 2011, a Finep passou a operar o Programa e, dada a necessidade adicional de recursos para viabilizar as operações de financiamento, fez-se necessária a contratação de empréstimos junto ao BNDES.

A Finep opera, em menor proporção, a modalidade BNDES Automático, operação na qual a empresa atua como agente financeiro do BNDES.

Para a modalidade BNDES Empréstimo a taxa de captação é de a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), sendo esta fixada pelo Conselho Monetário Nacional, acrescida de 1% a.a. Na modalidade BNDES Automático a taxa varia de 1,8% a 3,3% a.a., dependendo das condições de cada operação.

O quadro a seguir apresenta a composição das obrigações por modalidade e no curto e longo prazos:

Descrição	Dez/ 2018	Dez/ 2017
BNDES Empréstimo	5.336.061	6.798.306
BNDES Automático	9.140	28.031
<b>Total</b>	<b>5.345.201</b>	<b>6.826.337</b>
Curto prazo	1.182.431	1.534.306
Longo prazo	4.162.770	5.292.031
<b>Total</b>	<b>5.345.201</b>	<b>6.826.337</b>

O quadro apresenta a previsão de amortização ao longo do tempo considerando a URTJLP de 31/12/2018, acrescidos os juros *pro rata* calculados no mês de referência. Na modalidade BNDES Empréstimo considerar *pro rata* no valor de R\$ 40.586 mil e na modalidade BNDES Automático considerar *pro rata* no valor de R\$ 11 mil.

#### 14.1 Composição do vencimento das obrigações por repasses do país - Instituições Oficiais

O principal das obrigações por repasses do país, por ano de vencimento, estão discriminadas a seguir:

Ano	Empréstimo	Automático	Total
2019	1.132.705	9.129	1.141.834
2020	1.018.328	-	1.018.328
2021	988.633	-	988.633
2022	739.123	-	739.123
2023	722.701	-	722.701
Após 2023	693.985	-	693.985
<b>Total</b>	<b>5.295.475</b>	<b>9.129</b>	<b>5.304.604</b>

#### 15 OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR

As obrigações por repasse do exterior são constituídas por captações efetuadas através de empréstimos de recursos realizadas juntos às instituições multilaterais de crédito.

No ano de 2018, a Finep firmou contrato de empréstimo no montante de US\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de dólares) com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, para implementação do Programa Inovar para Crescer, que tem como objetivo promover melhorias de produtividade através do fomento ao investimento em inovação.

O prazo total de pagamento do empréstimo é de 25 anos, com 5,5 anos de carência. Os custos financeiros do empréstimo referem-se aos custos do Mecanismo de Financiamento Flexível (FFF) do BID com Garantia Soberana.

A taxa do empréstimo é composta por (i) LIBOR de 3 meses denominada em dólares norte-americanos, mais (ii) margem de financiamento do BID em relação a LIBOR denominada em dólares norte-americanos, acrescida de (iii) margem para empréstimo do capital ordinário periodicamente determinado pelo Banco.

A fim de mitigar a exposição cambial, a Finep optou pela conversão do primeiro desembolso no valor de US\$ 298,671,730.82 em moeda local junto ao Banco. A conversão foi efetuada em Reais pelo mesmo prazo total do empréstimo e pela taxa correspondente à (i) CDI acrescidos de (ii) taxa de juros fixa de 12bps, (iii) margem para empréstimo do capital ordinário e (iv) margem relativa à comissão de transação de conversão de moeda equivalente a 2bps. Essa conversão resultou no registro da dívida de longo prazo no valor de R\$ 1.163.326 mil.

As obrigações por repasses do exterior oriundas do Clube de Paris foram quitadas durante o exercício de 2018.

## **16 FUNDOS FINANCEIROS E DE DESENVOLVIMENTO**

### **16.1 Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT**

O FNDCT foi criado pelo Decreto-Lei n.º 719, de 31 de julho de 1969, como um instrumento financeiro de integração da ciência e tecnologia com a política de desenvolvimento nacional. Desde 15 de março de 1971, a Finep é a Secretaria Executiva do FNDCT.

Os recursos do FNDCT, advindos de contratos de financiamento mediante abertura de crédito, são utilizados para apoiar atividades de inovação e pesquisa em empresas, nas modalidades de financiamento reembolsável, tendo como taxa de captação a TJLP.

### **16.2 Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTTEL**

Sob o amparo da Lei n.º 10.052, de 28 de novembro de 2000, a Finep passou a exercer a função de agente financeiro do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – FUNTTEL, com o objetivo de estimular o processo de inovação tecnológica, incentivar a capacitação de recursos humanos, fomentar a geração de empregos e promover o acesso de pequenas e médias empresas a recursos de capital, de modo a ampliar a competitividade da indústria brasileira de telecomunicações.

Os recursos do FUNTTEL, cuja taxa de captação é a Taxa Referencial – TR, advindos de contratos de financiamento mediante abertura de crédito, são utilizados nas modalidades: (i) fundo de investimento destinado à subscrição sob emissão pública ou privada de valores mobiliários, tais como debêntures, bônus de subscrição, bem como outros valores mobiliários previstos em lei, desde que conversíveis ou permutáveis em ações, ou qualquer tempo transformáveis, resgatáveis ou lastreados em ações, objetivando promover acesso das empresas nacionais a recursos de capital e (ii) financiamento de planos de negócios, projetos de inovação, pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

### **16.3 Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT – (Depósitos Especiais)**

A Finep capta recursos do FAT na forma denominada Depósitos Especiais para aplicar em programas específicos e sob condições especiais, apresentando regras diferenciadas de remuneração, amortização e pagamento de juros ao FAT.

Os Depósitos Especiais da Finep são remunerados pela TJLP a partir da liberação dos empréstimos aos beneficiários finais. Os recursos ainda não utilizados, e, portanto, disponíveis, são remunerados pelas mesmas taxas aplicadas na remuneração das disponibilidades de caixa do Tesouro Nacional, atualmente a taxa SELIC.

Apesar da Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017, ter instituído a TLP – Taxa de Longo Prazo como remuneração do Fundo, a Finep ainda não está operando com esta taxa. Os recursos do FAT que ingressaram em 2018 foram destinados a operações contratadas anteriormente pela TJLP.

São dois os programas operados pela Finep: FAT Pró-Inovação e FAT Inovacred. O primeiro foca no financiamento de estudos e projetos de pré-investimento, cuja finalidade seja a implementação de obras de infraestrutura que proporcionem maior qualidade dos produtos finais, a maior eficiência de produção e a introdução de produtos e processos inovadores. O segundo financia projetos de inovação tecnológica de pessoas jurídicas que tenham como objetivo o aumento da competitividade das empresas.

#### 16.4 Composição dos fundos financeiros e de desenvolvimento

O quadro a seguir apresenta a composição dos fundos financeiros e de desenvolvimento no curto e longo prazo:

Descrição	Dez/ 2018	Dez/ 2017
FNDCT	485.607	394.051
FUNTTEL	25.909	15.896
FAT	6.784	11.872
<b>Total Circulante</b>	<b>518.300</b>	<b>421.819</b>
FNDCT	8.125.098	7.313.550
FUNTTEL	1.345.352	1.283.283
FAT	49.748	87.060
<b>Total Não Circulante</b>	<b>9.520.198</b>	<b>8.683.893</b>
<b>Total</b>	<b>10.038.498</b>	<b>9.105.712</b>

Para o FNDCT, o quadro apresenta a previsão de amortização ao longo do tempo considerando a URTJLP de 31/12/2018, acrescidos dos juros *pro rata* calculados no mês de referência no valor de R\$ 125.458 mil.

## 16.5 Composição do vencimento das obrigações com fundos financeiros e de desenvolvimento

A composição do principal dos fundos financeiros, por ano de vencimento, está discriminada a seguir:

<b>Ano</b>	<b>FNDCT</b>	<b>FUNTEL</b>
2019	360.149	25.909
2020	393.536	34.788
2021	487.053	45.071
2022	514.393	55.176
2023	562.305	65.018
Após 2023	6.167.811	1.145.298
<b>Total</b>	<b>8.485.247</b>	<b>1.371.260</b>

## 16.6 Movimentação FAT – Depósitos Especiais

A movimentação do saldo do FAT – Depósitos Especiais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi a seguinte:

	<b>Pró-inovação</b>	<b>Inovacred</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo 2017</b>	<b>85.204</b>	<b>13.728</b>	<b>98.932</b>
Ingressos de recursos	-	5.191	5.191
Juros s/ depósitos (remuneração TJLP)	3.123	1.017	4.140
Juros s/ depósitos (remuneração SELIC)	457	18	475
Amortizações de principal (1%-TJLP)	(3.715)	(1.166)	(4.881)
Amortizações de principal (excedente)	(42.408)	-	(42.408)
Recolhimento de TJLP	(3.370)	(1.034)	(4.404)
Recolhimento de SELIC	(496)	(17)	(513)
<b>Saldo 2018</b>	<b>38.795</b>	<b>17.737</b>	<b>56.532</b>



## 17 RECURSOS PARA EQUALIZAÇÃO E OBRIGAÇÕES SOBRE RECURSOS

Descrição	Dez/ 2018	Dez/ 2017
<b>Recursos para equalização</b>	-	<b>552.131</b>
<b>Obrigações sobre recursos</b>	<b>45.604</b>	<b>211.505</b>
Garantia de liquidez	45.101	42.745
Recursos de convênios	453	113
Recursos retornados de fundos e para aplicação	50	168.647
<b>Total</b>	<b>45.604</b>	<b>763.636</b>

Os procedimentos originais para cálculo e cobrança dos valores relativos aos juros equalizados dos contratos de financiamento que recebiam o subsídio eram realizados com base na necessidade de equalização da carteira até a última parcela prevista em cada contrato; o montante era trazido a valor presente e confrontado com a disponibilidade já existente, decorrente de internalização anterior. A diferença era então paga pelo FNDCT e registrada na rubrica de recursos para equalização, sendo sua natureza de receita a apropriar. A cada vencimento de parcela de juros equalizados da carteira, o montante correspondente era sacado do lastro e classificado como receita para a Finep. Esse procedimento dava a segurança de que, havendo descontinuidade na ação de equalização do FNDCT, a Finep teria os recursos necessários para honrar os compromissos assumidos até o prazo final de cada contrato.

Com a publicação do Acórdão TCU nº 3.081/2008, essa metodologia foi alterada passando a Finep a receber do FNDCT, mensalmente, o montante correspondente às parcelas da carteira que venciam no respectivo exercício.

Durante o exercício de 2017 a Finep iniciou um estudo, ainda em fase de discussão interna, para apresentar uma proposta de devolução dos recursos para equalização e de retorno de fundos ao FNDCT. No segundo semestre de 2018 a Finep procedeu com a devolução integral ao FNDCT desses recursos.

A garantia de liquidez é uma ferramenta de mitigação parcial do risco inerente às aplicações nos Fundos de investimento, atualmente utilizado no âmbito do Programa Inovar Semente, garantindo aos investidores privados retorno do principal investido.

Os recursos para convênios representam o acordo de cooperação internacional – projeto INCOBRA – entre o Brasil e a União Europeia. O projeto a que se referem os recursos será executado até Janeiro de 2019.

## 18 CONTINGÊNCIAS

Segundo a NBC TG 25 (R1) – Provisões e Passivos e Ativos Contingentes, uma provisão deve ser reconhecida quando: (a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

Utilizar estimativas para elaborar Demonstrações Financeiras não torna, de maneira alguma, tais demonstrações menos confiáveis. Considerando que uma provisão é mais incerta do que a maioria dos

elementos do balanço, estimativas tornam-se ainda mais essenciais. Vale ressaltar que o valor reconhecido como provisão foi o melhor desembolso estimado capaz de liquidar a obrigação presente na data do balanço.

### 18.1 Trabalhistas

As estimativas foram julgadas pela Administração da Finep e complementadas pela experiência de transações semelhantes e por relatório elaborado por escritório de consultoria jurídica trabalhista.

Com base nesse relatório, analisado internamente, foram classificadas as ações em provável, possível e remota como orienta a NBC TG 25 (R1).

As causas trabalhistas consideradas com probabilidade de perda provável montam R\$ 80.474 mil.

Descrição	Saldo 2017	Atualizações	Saldo 2018
Trabalhistas	72.941	7.533	80.474
<b>Total</b>	<b>72.941</b>	<b>7.533</b>	<b>80.474</b>

A atualização provisão de R\$ 7.532 mil foi realizada com base no relatório da consultoria jurídica externa. Os valores das causas com probabilidade de perda possível montam R\$ 5.645 mil. Não há previsão de saída de recursos para o exercício seguinte e não há indicativo de incertezas quanto aos valores provisionados. A natureza das obrigações mais relevantes está concentrada em ações que tratam de reintegração, hora extra, danos morais, gratificação de função, terceirizados e reenquadramento.

Os depósitos judiciais de natureza trabalhista registrados no balanço são de R\$ 58.350 mil.

### 18.2 Cíveis

As causas cíveis consideradas com probabilidade de perda provável foram provisionadas a partir do exercício de 2016 e montam R\$ 1.282 mil ao final do exercício de 2018.

Descrição	Saldo 2017	Provisões	Reversões	Saldo 2018
Cíveis	16.492	10.626	(25.836)	1.282
<b>Total</b>	<b>16.492</b>	<b>10.626</b>	<b>(25.836)</b>	<b>1.282</b>

As causas cíveis consideradas com probabilidade de perda possível possuem valor de R\$ 10.262 mil. As reversões de R\$ 25.836 mil são em função de atualização do prognóstico de perda no valor de R\$ 15.487 mil e R\$ 10.349 mil por decisão Judicial favorável à Finep em última instância.

### 18.3 Administrativas

Em função da decisão da Direção da empresa de regressar com sua sede para o endereço Praia do Flamengo nº 200, no qual está em andamento um cronograma de mudança com previsão para ser concluído em dezembro de 2019, a Finep terá que cumprir com a cláusula contratual que prevê o pagamento de multa em caso de rescisão, pois o contrato estava inicialmente previsto para se encerrar somente em 01/04/2024. Dessa forma, em 2018 foi constituída uma provisão referente a essa despesa inicialmente no valor de R\$ 13.341 mil. Essa provisão não tem efeitos fiscais por tratar-se de uma despesa indedutível, tendo seu efeito anulado tanto

na apuração do Imposto de Renda da Pessoa - IRPJ, quanto na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.

## 19 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS – PASSIVO

Descrição	Dez/ 2018	Dez/ 2017
IRPJ	15.597	21.800
CSLL	10.027	13.678
<b>Total</b>	<b>25.624</b>	<b>35.478</b>

O passivo fiscal diferido apresenta o saldo do efeito tributário em função da constituição da Reserva de Reavaliação, do Ajuste de Avaliação Patrimonial (efetuados com suas respectivas realizações anuais) e da valorização das ações do BNB, conforme quadro a seguir:

Descrição	Dez/ 2018	Dez/ 2017
Custo atribuído	18.543	18.848
Valorização Ações BNB	6.026	5.387
Reserva de Reavaliação	1.055	1.055
Risco Cambial	-	10.188
<b>Total</b>	<b>25.624</b>	<b>35.478</b>

## 20 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 20.1 Capital Social

Após a autorização do aumento de capital pela incorporação das reservas de retenção de lucro, o capital social integralizado da Finep é de R\$ 1.624.995 mil, representado por 300.000.000 de ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

### 20.2 Reserva de reavaliação

Reserva constituída em exercícios anteriores cuja realização foi concluída em 2010, com a exceção da parte relativa aos terrenos no valor de R\$ 2.638 mil.

### 20.3 Ajuste de avaliação patrimonial

Representa o valor líquido de imposto e de realização do custo atribuído (*deemed cost*) aplicado sobre as contas de terrenos e salas e escritórios (edificações), em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 37 (R4) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, ICPC 10 –

Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43.

Com a classificação das ações da Telebrás e do BNB ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, as respectivas ações poderão ser negociadas a qualquer tempo, porém não são adquiridas com a intenção de serem negociadas de forma ativa e frequente, sendo ajustadas mensalmente ao valor de mercado e suas valorizações e desvalorizações registradas, líquidas dos efeitos tributários, em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido.

Descrição	Saldo 2017	Ajustes	Saldo 2018
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Imóveis	19.244	(458)	18.786
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Terrenos	9.029	-	9.029
Títulos disponíveis para venda	(12.700)	(17.047)	(29.747)
<b>Total</b>	<b>15.573</b>	<b>(17.505)</b>	<b>(1.932)</b>

O ajuste na avaliação patrimonial dos imóveis de R\$ 458 mil é representado pela realização do AAP pela depreciação dos imóveis no valor de R\$ 764 mil, líquidos dos efeitos tributários de R\$ 306 mil (R\$ 191 mil de IRPJ e R\$ 115 mil de CSLL). Para as ações avaliadas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, o ajuste de R\$ 17.046 mil é representado pela desvalorização ao valor de mercado no montante de R\$ 30.993 mil, líquidos dos efeitos tributários de R\$ 13.947 mil (R\$ 7.748 mil de IRPJ e R\$ 6.199 mil de CSLL).

## 20.4 Reserva de lucros

### 20.4.1 Reserva Legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido ajustado, não excedendo a 20% do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

O histórico de composição da Reserva Legal ao longo dos anos é evidenciado da seguinte forma:

Ano	Constituição
2009 a 2013	24.749
2014	13.089
2015	14.943
2016	8.137
2017	-
2018	9.032
<b>Total</b>	<b>69.950</b>

### 20.4.2 Reserva para retenção de lucros

Até o ano de 2017, a Finep constituía sua reserva para retenção de lucros no percentual de 100% do saldo remanescente do lucro líquido, após a distribuição dos Juros sobre capital próprio, tendo por base a justificativa

apresentada pela Administração sobre a necessidade de recursos para lastrear percentual do crédito previsto na política de aplicações compatível com o desenvolvimento das operações desta Financiadora.

O histórico de composição da retenção de lucros ao longo dos anos é evidenciado da seguinte forma:

<b>Ano</b>	<b>Constituição</b>
2009 a 2013	334.185
2014	189.258
2015	211.974
2016	109.441
2017	(24.027)
2018	(820.831)
<b>Total</b>	<b>-</b>

Em função do prejuízo apurado no exercício de 2017, houve a absorção do prejuízo líquido ajustado pelas reservas para retenção de lucros anteriores.

Durante o exercício de 2018, houve aumento de capital pela incorporação das reservas de retenção de lucros no montante de R\$ 523.442 mil e a transferência do saldo de R\$ 297.389 mil para a reserva para margem operacional. Esta reserva foi criada pela revisão do Estatuto Social da Finep realizada em 2018.

#### **20.4.3 Reserva para Margem Operacional**

A constituição de Reserva de Lucros para Margem Operacional se dá pela justificativa apresentada pela administração sobre a necessidade de recursos para garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Finep. Seu valor corresponderá à aplicação do percentual de até 75% (setenta e cinco por cento) sobre o lucro líquido ajustado, após a destinação mínima obrigatória de 25% (vinte e cinco por cento) a título de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio.

Após a transferência do saldo das reservas de retenção de lucros no valor de R\$ 297.389 mil, mais a constituição da reserva para margem operacional de 2018 no montante de R\$ 122.067 mil e o ajuste de lucros acumulados para a margem operacional de R\$ 1 mil, a referida reserva finalizou o ano de 2018 com saldo de R\$ 419.457 mil.

#### **20.5 Dividendos/Juros sobre o capital próprio e Participação nos Lucros e Resultados**

A Finep apresentou um lucro líquido de R\$ 180.171 mil no exercício de 2018 (prejuízo de R\$ 24.485 mil em 2016), que com os demais efeitos registrados, elevam o seu Patrimônio Líquido para R\$ 2.116.503 mil.

Foi destinado o valor de R\$ 48.134 mil a título de Juros sobre o capital próprio a pagar ao Tesouro Nacional mais dividendos adicionais de R\$ 1.396 mil, observando o inciso III do artigo 43 do seu Estatuto Social e a metodologia do crescimento mínimo do Patrimônio Líquido apresentada na nota 3.12.

A Participação nos Lucros e Resultados de 2018 foi calculada em R\$ 12.034 mil aos empregados e R\$ 388 mil aos diretores.

A referida participação foi estabelecida considerando a convenção coletiva de trabalho válida durante a elaboração das Demonstrações.

Em função do prejuízo apurado no exercício de 2017, não houve destinação de dividendos/juros sobre o capital próprio para o acionista controlador e participação nos lucros e resultados para os empregados.

## 21 RECEITAS

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. Quanto à conciliação entre a receita divulgada na Demonstração do Resultado e a registrada para fins tributáveis do Imposto de Renda, as únicas diferenças, evidenciadas no LALUR – Livro de Apuração do Lucro Real – são: a receita com créditos tributários da Contribuição Social Diferida sobre o Lucro Líquido que totalizam, em 31 de dezembro de 2018, o montante de R\$ 37.477 mil (R\$ 28.032 mil no mesmo período de 2017), a reversão da provisão para crédito de liquidação duvidosa de R\$ 497.921 mil (R\$ 311.823 mil em 2017), os dividendos recebidos no total de R\$ 2.126 mil (R\$ 2.731 mil no mesmo período de 2017), a reversão para contingências cíveis de R\$ 25.836 mil (R\$ 1.174 mil no mesmo período de 2017) e outras exclusões no valor de R\$ 45 mil.

## 22 REALIZAÇÃO DO CUSTO ATRIBUÍDO

O efeito no resultado do exercício, oriundo de depreciações do custo atribuído (*deemed cost*), foi da ordem de R\$ 764 mil no exercício de 2018.

A realização e consequente tributação do saldo da referida conta, pelo Imposto de Renda e Contribuição Social, dão-se à medida que ocorrem os fatos previstos pela legislação pertinente. Portanto, os valores mantidos nessa conta estão sujeitos à tributação futura.

## 23 RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

### 23.1 Receitas de operações de crédito

Descrição	Dez/ 2018	Dez/ 2017
Financiamentos	658.084	701.498
Equalização	542.855	633.768
<b>Total</b>	<b>1.200.939</b>	<b>1.335.266</b>

As receitas oriundas dos financiamentos são compostas pelos juros compensatórios no valor de R\$ 544.362 mil, atualizações monetárias de R\$ 55.185 mil, recuperação de créditos no montante de R\$ 46.193 mil, multas e juros moratórios de R\$ 9.299 mil, juros antecipados no valor de R\$ 2.350 mil e outras receitas de R\$ 695 mil.

A equalização é um instrumento que permite a redução dos encargos contratuais a serem pagos pela financiada à Finep, desde que mantida a adimplência dos pagamentos.

## 23.2 Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

Descrição	Dez/ 2018	Dez/ 2017
Remuneração aplicação – Extramercado	39.302	76.392
Dividendos/Juros sobre o capital próprio	2.127	2.731
Provisão para <i>Impairment</i> e Taxas	(33.447)	-
<b>Total</b>	<b>7.982</b>	<b>79.123</b>

A remuneração de aplicação financeira é decorrente do investimento em Fundo Extramercado de Investimento em Renda Fixa junto ao Banco do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e junto à Caixa Econômica Federal, com composição da carteira em títulos públicos.

Após a emissão de laudo de avaliação econômico-financeira das empresas investidas pelo FIP Inova Empresa pela Ernest & Young, foi reconhecida no resultado uma provisão para *impairment* no montante de R\$ 30.926 mil. Foram registrados em 2018 um total de R\$ 2.521 mil referente a taxas e despesas relativas ao fundo.

## 24 DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

### 24.1 Operações de empréstimos e repasses

As despesas da intermediação financeira são compostas pelos juros, encargos e variações cambiais dos empréstimos tomados sendo R\$ 996.951 mil durante o exercício de 2018 (R\$ 1.118.727 mil durante o mesmo período de 2017).

Dentre o pagamento de juros passivos, apropriação de juros *pro rata*, capitalização de dívida, atualização de recursos de terceiros e variações cambiais, a composição por fonte/natureza para o exercício de 2018 e 2017 é seguinte:

Descrição	Dez/ 2018	Dez/ 2017
FNDCT	511.468	490.311
BNDES	430.721	550.267
Outros	24.193	63
Terceiros	20.235	60.580
BID	5.709	-
FAT	4.614	8.731
FUNTTEL	-	8.714
Cambial	11	61
<b>Total</b>	<b>996.951</b>	<b>1.118.727</b>

## 24.2 Provisão para perdas

A parcela relativa à provisão para perdas dedutível para fins fiscais está fundamentada nos artigos 9º e 12 da Lei n.º 9.430 de 1996. O valor líquido registrado no resultado do exercício de 2018 foi uma reversão de R\$ 80.080 mil (R\$ 356.052 mil de constituição para o mesmo período em 2017).

O valor constituído a título da provisão para perdas indedutível para fins fiscais foi baseado na NBC TG 48 – Instrumentos Financeiros. A referida provisão apresentou um efeito líquido no resultado de 2018 no montante de R\$ 153.214 mil (R\$ 212.086 mil em 2017). Os critérios adotados para elaboração da referida provisão foram:

- a) os créditos vencidos a mais de 90 de empresas ativas no sistema de cobrança da companhia;
- b) os créditos vencidos a mais de 30 dias de empresas em renegociação de dívidas;
- c) saldos devedores de empresas em cobrança judicial que não se enquadrem nas regras de dedutibilidade da Lei n.º 9.430 de 1996; e
- d) saldos devedores de empresas em recuperação judicial que não possuem plano de recuperação homologados e que não se enquadrem nas regras de dedutibilidade da Lei n.º 9.430 de 1996;
- e) créditos a vencer conforme metodologia de perdas esperadas.

A metodologia relativa à provisão para perdas esperadas compõe-se de duas fases:

- a) classificação das operações de crédito em três estágios; e
- b) cálculo do valor provisionado

Os Estágios de classificação das operações de crédito serão definidos segundo os seguintes critérios:

Estágio 1 - Ativos sem aumento significativo de risco: operações nas quais a financiada não possua apontamentos no Serasa superiores a 5% (cinco por cento) de sua rubrica de contas a receber/clientes nem atrasos superiores a 45 (quarenta e cinco) dias em suas operações de crédito com a Finep;

Estágio 2 - Ativos com aumento significativo de risco: operações nas quais a financiada possua apontamentos no Serasa superiores a 5% (cinco por cento) de sua rubrica de contas a receber/clientes ou possua atrasos entre 45 (quarenta e cinco) e 105 (cento e cinco) dias em suas operações de crédito com a Finep;

Estágio 3 - Ativos com aumento significativo de risco e evidência objetiva de redução ao valor recuperável: operações nas quais a financiada possua simultaneamente apontamentos no Serasa superiores a 5% (cinco por cento) de sua rubrica de contas a receber/clientes e/ou atrasos superiores a 105 (cento e cinco) dias em suas operações de crédito com a Finep

Na segunda fase da aplicação da metodologia de perdas esperadas é definida primeiramente a probabilidade de default (PD) utilizando-se como base o Sistema de Classificação de Risco – SCR - da Finep juntamente com Estudo da Standard & Poor's denominado "*Annual Global Corporate Default Study and Rating Transitions*".

As probabilidades de default têm gradações diferentes a depender da fase ou do estágio do contrato:

- a) Fase de carência: aplica-se um redutor percentual de 90% sobre as PDs da Standard & Poor's;



- b) Estágio 1: aplica-se um redutor percentual de 90% sobre as PDs da Standard & Poor's;
- c) Estágio 2: aplica-se um percentual de majoração de 20% sobre as PDs do estágio 1, independentemente da fase em que se encontrar a operação, "em carência" ou "em amortização";
- d) Estágio 3: aplica-se um percentual de majoração de 70% sobre as PDs do estágio 1.

Na sequência da fase 2 é calculada a perda dada a inadimplência – *Loss Given Default* (LGD) – que é encontrada a partir do Índice de Recuperabilidade (IR) das operações.

O IR é encontrado pelo somatório das coberturas apresentadas, de acordo com as modalidades de garantias vinculadas e desses valores em relação ao saldo devedor dos contratos.

O valor da provisão das empresas em Recuperação Judicial cujo Plano de Recuperação encontra-se homologado leva em consideração o saldo do contrato reduzido de eventuais rendas a apropriar sendo utilizada no cálculo uma LGD de 85%, sendo a provisão considerada não dedutível para fins fiscais

O total provisionado para perdas esperadas no exercício de 2018 foi de R\$ 22.224 mil.

## 25 REMUNERAÇÃO APLICAÇÃO TESOIRO NACIONAL

A Finep manteve ao longo do ano a maior parte de suas aplicações financeiras de curto prazo de liquidez imediata aplicados na Conta Única do Tesouro Nacional, conforme autorização expressa na Lei n.º 12.833 de 2013.

Descrição	Dez/ 2018	Dez/ 2017
Remuneração de aplicação do disponível na Conta Única	438.069	446.917
<b>Total</b>	<b>438.069</b>	<b>446.917</b>

## 26 RENDAS DE ADMINISTRAÇÃO

Descrição	Dez/ 2018	Dez/ 2017
Rendas de administração – FNDCT	65.049	53.975
Rendas de administração – FNS	1.176	-
Rendas de administração – FUNTTEL	546	1.045
<b>Total</b>	<b>66.771</b>	<b>55.020</b>

A Lei do FNDCT (Lei n.º 11.540, de 12 de novembro de 2007) prevê no seu artigo 8º, que "a Finep, na qualidade de Secretaria Executiva do FNDCT, receberá anualmente, para cobertura de despesas de administração, até 2% (dois por cento) dos recursos orçamentários atribuídos ao Fundo".

A regulamentação do Conselho Gestor do Funttel referente à Remuneração do Agente é fundamentada pela Resolução n.º 66, de 26 de outubro de 2010, publicada no DOU em 17 de novembro de 2010, que estabelece no Art.º 9º § 7º que aos agentes financeiros serão destinados 3% (três por cento) dos recursos financeiros não reembolsáveis efetivamente aplicados por eles em projetos e atividades apoiados pelo fundo.

## 27 INSPEÇÃO, ACOMPANHAMENTO E OUTROS

A retenção para liberação de projetos alcançou durante o exercício de 2018 R\$ 18.402 mil (R\$ 21.106 mil para o mesmo período de 2017). Trata-se de um percentual estabelecido em contrato que se destina a cobrir despesas de acompanhamento dos projetos.

Durante o exercício de 2018, a Finep recebeu R\$ 3.763 mil como tarifa de reserva de crédito (R\$ 571 mil em 2017).

A cobrança por avaliação/alteração de garantia representou o total de R\$ 253 mil em 2018 (R\$ 183 mil em 31 de dezembro de 2017).

No exercício de 2018, foram cobradas a título de renegociação de dívida o valor de R\$ 329 mil (R\$ 177 mil em 2017) e como outras tarifas R\$ 120 mil (R\$ 6 mil em 2017).

## 28 DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS

Descrição	Dez/ 2018	Dez/ 2017
Proventos	188.130	195.359
Encargos sociais	63.217	61.091
Benefícios (inclui Programa de Pós-graduação)	28.717	29.025
Honorários de diretores e conselheiros	3.429	2.970
Remuneração de estagiários	1.660	1.486
Investimento em treinamento	1.135	1.408
<b>Total</b>	<b>286.288</b>	<b>291.339</b>

Em função do Plano de Demissão Assistida concluído em abril de 2018, mais de 100 (cem) funcionários deixaram de compor o quadro da empresa, resultando em uma expressiva redução nas despesas de pessoal. Levando-se em conta as rubricas afetadas pelo processo de desligamento, a Finep atingiu uma economia, em valores absolutos, entre os anos de 2017 e 2018, de R\$ 5.411 mil.

## 29 DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Descrição	Dez/ 2018	Dez/ 2017
Aluguéis e condomínios	45.223	33.271
Depreciação/Amortização	10.542	7.194
Serviços de processamento de dados	9.839	7.234
Viagens	6.205	4.085
Promoções e relações públicas	5.812	8.689
Demais despesas administrativas	5.110	520
Serviços técnicos profissionais e consultoria	3.686	3.202
Outros serviços de terceiros	3.261	3.011
Apoio administrativo	2.390	2.713
Manutenção e conservação de bens	2.000	2.194
Vigilância	1.984	1.947
Limpeza e conservação	1.905	1.771
Transporte	1.122	1.144
Comunicações, energia e água	451	862
Publicidade, propaganda e publicações	78	435
Depósitos Judiciais levantados	-	2
<b>Total</b>	<b>99.608</b>	<b>78.274</b>

Consta na rubrica de aluguéis e condomínios a provisão para a multa e penalidades rescisórias e gastos com desmobilização dos andares alugados no valor de R\$ 12.320 mil.

## 30 DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Descrição	Dez/ 2018	Dez/ 2017
Cofins	32.668	34.121
PIS/Pasep	5.309	5.545
IPTU	1.331	1.072
Taxas	57	56
IOF	6	209
ECF	-	1.767
<b>Total</b>	<b>39.371</b>	<b>42.770</b>

### 31 OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Descrição	Dez/ 2018	Dez/ 2017
Ressarcimento FNDCT	40.000	40.000
Reversão Contingências Trabalhistas e Cíveis	25.837	86.923
Juros Selic sobre créditos tributários	3.436	1.672
Valorização de cotas do FND	3.266	2.496
Outras	3.718	235
<b>Total</b>	<b>76.257</b>	<b>131.326</b>

O ressarcimento do FNDCT caracteriza-se pelo recebimento de recursos para cobrir as despesas operacionais atribuídas ao Fundo e pagas pela Finep durante o exercício. Encontra base legal na Lei do FNDCT (Lei n.º 11.540 de 2007), art. 13 que prevê a aplicação de até 5% (cinco por cento) dos recursos arrecadados anualmente nas respectivas fontes de receitas para "despesas operacionais, de planejamento, prospecção, acompanhamento, avaliação e divulgação de resultados, relativas ao financiamento de atividades de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico das Programações Específicas do FNDCT". Esses limites são confirmados anualmente por ato do Conselho Diretor do FNDCT.

A Lei n.º 12.431 de 2011, art. 23, extingue o FND, determina que a União o sucederá em seus direitos e obrigações e estabelece a correção de valor do recebível pelo IPCA.

Os Juros Selic sobre créditos tributários incidem sobre, principalmente, IRPJ e CSLL a recuperar.

### 32 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Nesta rubrica apresentam-se como principais despesas as provisões para contingências cíveis de R\$ 10.626 mil em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 13.107 mil em 2017) e para contingências trabalhistas de R\$ 7.532 mil ao final do exercício de 2018.

### 33 TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

Os principais componentes das despesas e receitas tributárias são assim demonstrados:

Descrição	Dez/2018	Dez/2017
IRPJ – provisão	105.928	22.418
CSLL – provisão	86.333	18.858
<b>Total Corrente</b>	<b>192.261</b>	<b>41.276</b>
IRPJ – ativo fiscal diferido	(48.486)	(34.443)
CSLL – ativo fiscal diferido	(37.477)	(28.032)
<b>Total Diferido</b>	<b>(85.963)</b>	<b>(62.475)</b>
<b>Total</b>	<b>106.298</b>	<b>(21.199)</b>

As alíquotas aplicáveis de cada tributo – 25% IRPJ e 20% CSLL incidem sobre a base do Lucro Real Ajustado (lucro antes dos impostos ajustado pelas adições e exclusões segundo a legislação fiscal). Os quadros a seguir evidenciam a conciliação das alíquotas efetivas e aplicáveis aos tributos.

Descrição	Dez/2018			Dez/2017		
	R\$ Mil	AV%	AV%	R\$ Mil	AV%	AV%
		LAIR	LUCRO REAL		LAIR	LUCRO REAL
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	298.890	-	-	(45.684)	-	-
Lucro Real	431.665	-	-	94.291	-	-
Despesa com IRPJ (corrente)	105.928	<b>35,44%</b>	<b>24,54%</b> <sup>(2)</sup>	22.418	<sup>(1)</sup>	<b>23,78%</b> <sup>(2)</sup>

Descrição	Dez/2018			Dez/2017		
	R\$ Mil	AV%	AV%	R\$ Mil	AV%	AV%
		LAIR	BASE CSLL		LAIR	BASE CSLL
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	298.890	-	-	(45.684)	-	-
Base da CSLL	431.665	-	-	94.291	-	-
Despesa com CSLL (corrente)	86.333	<b>28,88%</b>	<b>20,00%</b>	18.858	<sup>(1)</sup>	<b>20,00%</b>

<sup>(1)</sup> Em função do resultado negativo antes do IRPJ e da CSLL em 2017, não há alíquota efetiva em relação ao LAIR.

<sup>(2)</sup> A alíquota aplicável não corresponde a exatos 25%, uma vez que a Finep se utiliza dos benefícios fiscais do Programa de Alimentação do Trabalhador e da Lei Rouanet.

### 34 DESTINAÇÃO DO RESULTADO

	<b>Dez/2018</b>
<b>(=) Lucro líquido do exercício</b>	<b>180.171</b>
(+) AAP realizado	764
(-) IRPJ sobre AAP realizado	(191)
(-) CSLL sobre AAP realizado	(115)
<b>(=) Base para destinações</b>	<b>180.629</b>
(-) Reserva legal	(9.032)
<b>(=) Base para Dividendos e JCP</b>	<b>171.597</b>

Em função do prejuízo apurado ao final do exercício de 2017, não houve destinação do resultado sob a forma de reservas e dividendos/juros sobre capital próprio.

O prejuízo líquido ajustado de 2017 foi absorvido pelas reservas de retenção de lucros anteriores.

A base para destinações (lucro líquido ajustado) representa o lucro líquido do exercício mais o ajuste de avaliação patrimonial – líquido do efeito tributário – sendo a natureza do AAP no valor de R\$ 764 mil, líquidos dos efeitos tributários de R\$ 306 mil (R\$ 191 mil de IRPJ e R\$ 115 mil de CSLL) é do Custo Atribuído - *deemed cost* - permitido pelo ICPC10 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Esse custo atribuído tem natureza idêntica à da Reserva de Reavaliação, permitida por Lei das S.A. até 2008.

Conforme o Manual de Contabilidade Societária - FIPECAFI – no que diz respeito ao cálculo das participações e dos dividendos, tem-se:

“Pelo fato de as despesas aumentarem em função de ativos reavaliados, a Lei 6.404/76 permitia que o cálculo das Participações e dos Dividendos fosse feito também sobre a parcela transferida de Reservas de Reavaliação para Lucros ou Prejuízos Acumulados. Dessa forma, os empregados e os administradores e outros participantes do Lucro, bem como os acionistas, não seriam "prejudicados" (grifo nosso) por causa desse procedimento. Dizia o parágrafo segundo do artigo 187 que (revogado pela Lei 11.638/07 - em função da proibição de novas Reservas de Reavaliação):

“§ 2º O aumento do valor de elementos do ativo em virtude de novas avaliações, registrados como reserva de reavaliação (artigo 182, § 3º), somente depois de realizado poderá ser computado como lucro para efeito de distribuição de dividendos ou participações”.

Dessa forma, a Destinação do Resultado apresentada pela Finep está de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade e não prejudica o acionista controlador.

Em substituição aos Dividendos sobre o lucro, visando o benefício fiscal (economia tributária) regulamentado pela Receita Federal do Brasil, a Finep optou pelos Juros sobre o capital próprio, uma vez que segundo o art. 9º da Lei n.º 9.249, de 26 de dezembro de 1995, poderão ser deduzidos do lucro real os juros pagos ou creditados a título de remuneração do capital próprio, calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação pro rata dia da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP.

O limite de dedutibilidade, amparado pelo Decreto n.º 3.000, de 26 de março de 1999 (RIR/1999), e pela Lei n.º 9.249 de 1995, deve ser o maior entre:

- 1) 50% do lucro líquido do período de apuração a que corresponder o pagamento ou crédito dos juros, após a dedução da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e antes da provisão para o Imposto de Renda e da dedução dos referidos juros; ou
- 2) 50% dos saldos de lucros acumulados e reservas de lucros de períodos anteriores.

Aplicando-se as alíquotas dos tributos incidentes sobre lucro diretamente no valor dos Juros sobre capital próprio, totalmente dedutível conforme verificação dos limites, o benefício fiscal (economia tributária) gerado no exercício de 2018 foi de R\$ 21.660 mil.

Os Juros sobre o capital próprio do exercício de 2018, bem como do saldo remanescente destinado à retenção de lucros, são demonstrados a seguir:

<b>2018</b>	<b>R\$ mil</b>
Base para Dividendos e Juros sobre o capital próprio	171.597
(-) Juros sobre o capital próprio - JCP	(48.134)
(-) Dividendos Adicionais	(1.396)
Saldo remanescente destinado à constituição da Reserva para Margem Operacional	<b>122.067</b>

O valor da base de destinação apurado, após a constituição da Reserva Legal, foi de R\$ 171.597 mil. Pela convenção adotada pela empresa de estipular um crescimento mínimo do Patrimônio Líquido (nota 3.12), a Base de Destinação Parcial encontrada ficou em R\$ 69.545 mil. Sobre esse valor segregou-se 1% do Patrimônio Líquido do exercício anterior, por determinação da empresa para se atingir um crescimento real para ampliação da capacidade operacional (R\$ 20.015 mil), resultando em um valor final de distribuição máxima adequada de R\$ 49.530 mil. Esse montante foi assim registrado na forma de Juros sobre Capital Próprio (R\$ 48.134 mil) e Dividendos Adicionais (R\$ 1.396 mil).

### **35 FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA – FIPECq**

A Finep é co-patrocinadora da Fundação de Previdência dos Empregados da Finep, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA (FIPECq). Entidade fechada de previdência complementar, com patrimônio próprio, a FIPECq gera para os empregados e ex-empregados da Finep um Plano de Benefício Definido que complementa o valor do benefício da Previdência Social até atingir o salário real médio dos últimos anos de atividade e paga Pecúlio por morte do participante do plano.

As patrocinadoras devem assegurar à FIPECq, quando necessário, recursos destinados à cobertura de eventuais insuficiências técnicas reveladas pelo plano de custeio, conforme estabelecido no estatuto da Fundação, consoante legislação vigente.

Em atendimento a NBC TG 33 (R2) – Benefício a empregados, a Finep contratou a empresa Mirador Assessoria Atuarial Ltda., que emitiu o relatório da avaliação atuarial. Esta tem a finalidade de atender às exigências de contabilização de passivos/ativos resultantes dos benefícios oferecidos pelas empresas aos seus empregados.

Para apuração dos passivos/ativos decorrentes dos benefícios oferecidos aos empregados da Finep, foram considerados:

- NBC TG 33 (R2);
- O disposto nos respectivos regulamentos dos planos, bem como em acordos individuais e contratos de trabalho;
- Bases cadastrais disponibilizadas pela empresa e por sua EFPC (Entidade Fechada de Previdência Complementar), contendo os dados individuais de cada empregado;
- Informações financeiras e patrimoniais disponibilizadas pela empresa para apuração dos valores justos dos ativos dos planos e os requisitos de *funding* mínimo, na data-base de 30/11/2018;
- Premissas consideradas imparciais (não viesadas) e mutuamente compatíveis, embasadas em estudos técnicos disponibilizados e acordados com a empresa;
- Política de contabilização definida pela empresa; e
- Outras informações e entendimentos disponibilizados/expressos pela empresa durante a condução do trabalho.

Conclui-se pelo relatório que, mesmo com déficit contábil, o plano de benefícios pós-emprego apresenta situação superavitária que, considerando o efeito do teto do ativo, não gera valores de passivo ou ativo pós-emprego a ser reconhecido pela empresa no encerramento do exercício de 2018.

### **35.1. Dos benefícios assegurados**

O Plano de Previdência Complementar - PPC (CNPB nº 1979.0016-18) foi instituído em 18/05/1979, na modalidade de Benefício Definido.

Os Benefícios assegurados são:

a) Quanto aos participantes:

- Aposentadoria por invalidez;
- Aposentadoria por idade;
- Aposentadoria por tempo de contribuição;
- Aposentadoria especial;
- Auxílio-doença; e
- Abono anual.

b) Quanto aos Beneficiários:

- Pensão por morte;
- Auxílio-reclusão;



Pecúlio por morte; e

Abono anual.

### 35.2 Perfil

<b>Participantes Ativos <sup>(1)</sup></b>	<b>Dez/ 2018</b>		<b>Dez/ 2017</b>	
	<b>Finep</b>	<b>Todos</b>	<b>Finep</b>	<b>Todos</b>
Frequência de participantes	517	546	616	648
Idade média (em anos)	48	51	50	52
Tempo médio de empresa (em anos)	17	17	19	19
Salário médio de participação (em R\$)	19.152	18.990	18.251	17.964

<sup>(1)</sup> Inclui participantes em BPD e Autopatrocinados

<b>Participantes Aposentados</b>	<b>Finep</b>	<b>Todos</b>	<b>Finep</b>	<b>Todos</b>
Frequência de participantes	279	315	188	224
Idade média (em anos)	69	70	71	71
Benefício bruto médio (em R\$)	11.067	10.610	10.798	10.188

<b>Pensionistas</b>	<b>Finep</b>	<b>Todos</b>	<b>Finep</b>	<b>Todos</b>
Frequência de pensionistas	53	126	48	122
Idade média dos pensionistas (em anos)	71	74	70	73
Benefício Médio por grupo familiar (em R\$)	4.802	3.361	4.718	3.268

### 35.3 Premissas adotadas

Premissas em	Dez/ 2018	Dez/ 2017
Taxa real de desconto atuarial	4,95%	5,41%
Retorno real esperado sobre os ativos	4,95%	5,41%
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	2,00%	2,00%
Crescimento real dos benefícios do plano durante o recebimento	0,00%	0,00%
Fator de capacidades sobre os benefícios	97,80%	97,70%
Fator de capacidade sobre os salários	100,00%	100,00%
Inflação esperada	4,01%	3,96%
Taxa de desconto nominal	9,16%	9,58%
Retorno Nominal esperado sobre os ativos do plano	9,16%	9,58%
Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos	6,09%	6,04%
Crescimento nominal dos benefícios do plano durante p recebimento	4,01%	3,96%

Premissas em	Dez/ 2018	Dez/ 2017
Mortalidade geral	Tábua BR-EMSsb-2015 (segregada por sexo)	Tábua AT-2000 Suavizada em 10% (segregada por sexo e desagravada em 10%)
Mortalidade de inválidos	Tábua Winklevoss	Tábua Winklevoss
Entrada em invalidez	Tábua TASA 1927	Tábua TASA 1927
Taxa anual de rotatividade	Nula	Nula
Composição familiar (participantes ativos)	Para participantes em atividade, família média (67% do grupo casado e mulher 3 anos mais jovem do que homem); para assistidos, família efetiva (conforme base cadastral)	Para participantes em atividade, família média (67% do grupo casado e mulher 3 anos mais jovem do que homem); para assistidos, família efetiva (conforme base cadastral)

### 35.4 Ativos do Plano

Dez/2018

Descrição	Valor Contabilizado	Ajuste a valor de Mercado	Valor a Mercado dos Ativos	Em %
Disponível	1.036	-	1.036	0,07%
Realizável – Gestão Previdencial	1.219	-	1.219	0,08%
Realizável – Gestão Administrativa	40.451	-	40.451	2,70%
Títulos Públicos	1.003.498	118.769	1.122.267	74,78%
Fundos de Investimentos	132.996	-	132.996	8,86%
Ações	114.402	-	114.402	7,62%
Créditos privados e depósitos	48.131	-	48.131	3,21%
Investimentos Imobiliários	11.276	-	11.276	0,75%
Empréstimos e Financiamentos	28.703	-	28.703	1,91%
Depósitos judiciais	256	-	256	0,02%
<b>Ativo Total</b>	<b>1.381.968</b>	<b>118.769</b>	<b>1.500.737</b>	<b>100,00%</b>

Dez/2017

Descrição	Valor Contabilizado	Ajuste a valor de Mercado	Valor a Mercado dos Ativos	Em %
Disponível	34	-	34	0,00%
Realizável – Gestão Previdencial	4.118	-	4.118	0,30%
Realizável – Gestão Administrativa	40.252	-	40.252	2,97%
Títulos Públicos	880.868	77.456	958.324	70,61%
Fundos de Investimentos	169.912	-	169.912	12,52%
Ações	98.683	-	98.683	7,27%
Créditos privados e depósitos	49.009	-	49.009	3,61%
Investimentos Imobiliários	10.493	-	10.493	0,77%
Empréstimos e Financiamentos	26.185	-	26.185	1,93%
Depósitos judiciais	256	-	256	0,02%
<b>Ativo Total</b>	<b>1.279.810</b>	<b>77.456</b>	<b>1.357.266</b>	<b>100,00%</b>

### 35.5 Valor Justo dos Ativos

	Nov/2018	Nov/2017
<b>Ativo Total</b>	<b>1.381.968</b>	<b>1.279.810</b>
Exigível Operacional	(2.151)	(1.509)
Exigível Contingencial	(7.277)	(6.748)
Fundos Previdenciais	(178.251)	(191.313)
Fundos Administrativos	(40.451)	(40.252)
Fundos de Investimentos	(5.698)	(5.297)
<b>Patrimônio de Cobertura do Plano</b>	<b>1.148.140</b>	<b>1.034.691</b>
Dívidas e valores em atraso das patrocinadoras	(537)	(3)
(+/-) Ajuste a valor de mercado (parc. BD)	118.769	77.456
Fundos para cobertura dos riscos	137.398	150.460
<b>Valor justo dos Ativos do Plano</b>	<b>1.403.770</b>	<b>1.262.604</b>

### 35.6 Rateio do Valor Justo dos Ativos

Por ser um plano solidário com outras Patrocinadoras é efetuado, a seguir, o rateio do ativo líquido considerando a proporção da obrigação atuarial relativa à patrocinadora Finep:

Descrição	Dez/2018			Dez/2017		
	Valor Total	Valor Finep	Proporção	Valor Total	Valor Finep	Proporção
Obrigações Atuariais	1.148.617	1.067.325	92,92%	999.729	923.340	92,36%
Valor Justo dos Ativos	1.403.770	1.304.420	92,92%	1.262.603	1.166.128	92,36%

### 35.7 Passivo/Ativo Líquido

Apuração do Passivo / (Ativo) Líquido	Dez/ 2018	Dez/ 2017
Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	1.067.325	923.340
Valor justo dos ativos do plano	(1.304.420)	(1.166.128)
<b>Déficit / (Superávit) apurado</b>	<b>(237.095)</b>	<b>(242.788)</b>
Efeito do Teto de Ativo	237.095	242.788
Passivos Adicionais	-	-
<b>Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais</b>	<b>237.095</b>	<b>242.788</b>
<b>Passivo/(Ativo) líquido resultante do disposto no NBC TG 33 (R2)</b>	-	-
Passivo/(Ativo) líquido apurado	-	-
Passivo/(ativo) já reconhecido	-	-
<b>Passivo/(ativo) a reconhecer no exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

### 35.8 Reconhecimento dos Custos do Plano no Período

<b>Reconhecimento dos Custos do Plano no Período</b>	<b>Dez/ 2018</b>
<b>Resultado do Exercício</b>	
Custo do serviço corrente líquido	11.912
Custo do serviço passado	-
a) (Ganhos)/perdas na alteração ou redução do plano	-
b) (Ganhos)/perdas na liquidação (settlement)	-
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	85.809
Rendimento esperado dos ativos do plano	(109.728)
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	23.269
Remensurações de outros benefícios de longo prazo a empregados	-
<b>Total de despesa (receita) a reconhecer no Resultado do Exercício</b>	<b>11.263</b>
<b>Outros Resultados Abrangentes (ORA), no período</b>	
(Ganhos)/perdas nos ativos do plano	(49.077)
(Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	75.883
(Ganhos)/perdas no efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	(28.963)
Remensurações de outros benefícios de longo prazo no Resultado do Exercício	-
<b>(Ganhos)/perdas a reconhecer em ORA</b>	<b>(2.156)</b>
<b>Outros Resultados Abrangentes (ORA), acumulado</b>	
(Ganhos)/perdas acumulados reconhecidos no início do período em ORA	193.020
(Ganhos)/perdas no período	(2.156)
<b>(Ganhos)/perdas acumulados reconhecidos ao fim do período em ORA</b>	<b>190.863</b>
<b>Reconciliação do Passivo/(Ativo) reconhecido</b>	
Passivo/(ativo) no fim do período anterior	-
Despesa/(receita) reconhecida no Resultado do Exercício	11.262.851
(Ganhos)/perdas reconhecidos em ORA	(2.156.266)
Contribuições do empregador	(9.106.585)
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-
<b>Passivo/(ativo) no fim do período</b>	<b>-</b>

### 35.9 Mudanças nos Valores Divulgados

<b>Demonstração das Mudanças nos Valores Divulgados</b>	<b>Dez/ 2018</b>
<b>Valor justo dos ativos do plano</b>	
Valor justo dos ativos no fim do período anterior	(1.166.128)
Benefícios pagos no período utilizando os ativos do plano	39.627
Contribuições de participante realizadas no período	(10.008)
Contribuições do empregador realizadas no período	(9.107)
Rendimento esperado dos ativos	(109.728)
a) Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(111.764)
b) Rendimento sobre contribuições esperadas	(649)
c) Perda de rendimento com pagamentos esperados de benefícios	2.686
(Ganhos)/perdas no valor justo dos ativos do plano	(49.077)
<b>Valor justo dos ativos no fim do período</b>	<b>(1.304.420)</b>
<b>Obrigações Atuariais</b>	
Obrigações atuariais no início do período	923.340
Custo do serviço corrente líquido	11.912
3 Custo do serviço passado	-
a) (Ganhos)/perdas na alteração ou redução do plano	-
b) (Ganhos)/perdas na liquidação (settlement)	-
Contribuições de participante realizadas no período	10.009
Juros sobre obrigação atuarial	85.809
a) Despesa de juros sobre obrigação atuarial	88.495
b) Redução de juros decorrente dos pagamentos esperados de benefícios	(2.686)
Benefícios pagos no período	(39.628)
(Ganhos)/Perdas nas obrigações atuariais	75.883
<b>Obrigações atuariais no fim do período</b>	<b>1.067.325</b>
<b>Teto do Ativo e Requisitos de Funding Mínimo</b>	
Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais no fim do período anterior	242.789
Juros esperados sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	23.269
(Ganhos)/Perdas no Efeito do Teto de Ativo e nos Passivos Adicionais	(28.963)
<b>Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais no fim do período</b>	<b>237.095</b>

### 35.10 Projeção dos Custos para 2019 e Fluxos de Caixa

Projeção dos Custos do Plano para o período seguinte	Dez/ 2019
<b>Resultado do Exercício projetado para o período seguinte</b>	
Custo do serviço corrente líquido	14.238
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	95.764
Rendimento esperado dos ativos do plano	(118.291)
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	21.714
<b>Despesa (receita) a reconhecer até o fim do período seguinte</b>	<b>13.425</b>

#### Fluxo de caixa

##### Fluxo de caixa no período

Contribuições do empregador	9.107
Contribuições de participante	10.008
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	39.628
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-

##### Fluxo de caixa estimado para o período seguinte

Contribuições do empregador	8.719
Contribuições de participante	9.428
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	44.360
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-

### 35.11 Análise de Sensibilidade e Possíveis Impactos

Conforme a NBC TG 33 (R2), a empresa deve divulgar análise de sensibilidade para premissas atuariais significativas. A Tabela abaixo apresenta a análise de sensibilidade das premissas atuariais mais relevantes, com variações razoavelmente possíveis na data da avaliação atuarial.

Premissa	Análise de sensibilidade	Dez/ 2018		Dez/ 2017	
		Impacto	Impacto (%)	Impacto	Impacto (%)
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(68.813)	(6,45%)	(57.136)	(6,19%)
Taxa de desconto	Redução de 0,5%	77.269	7,24%	63.906	6,92%
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	17.311	1,62%	14.406	1,56%
Expectativa de vida	Redução de 1 ano	(17.770)	(1,66%)	(14.821)	(1,61%)
Crescimento salarial	Aumento de 0,5%	19.375	1,82%	15.833	1,71%
Crescimento salarial	Redução de 0,5%	17.911	(1,68%)	(14.666)	(1,59%)



Os principais riscos apresentados pelo plano são: rentabilidade dos ativos do plano abaixo do esperado, aumento da expectativa de vida dos participantes e assistidos, e crescimento salarial superior ao projetado.

### 35.12 Apuração das Taxas de Desconto

As taxas de desconto reais foram apuradas considerando a interpolação das taxas do índice IMA-B, divulgado pela ANBIMA. Para definição das taxas, considerou-se o IMA-B com data de referência em 29/12/2017.

Benefício aos empregados	Dez/ 2018		Dez/ 2017	
	Duration, em anos	Taxa de desconto, real e anual	Duration, em anos	Taxa de desconto, real e anual
Plano de Previdência Complementar	13,76	4,95%	13,43	5,41%

## 36 PARTES RELACIONADAS

### 36.1 FNDCT – Fundo Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico foi criado em 31 de julho de 1969 através do Decreto-Lei n.º 719 com a finalidade de dar apoio financeiro aos programas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico, notadamente para a implantação do Plano Básico de Desenvolvimento Científico Tecnológico (PBDCT).

O decreto previa que o Fundo seria dotado de uma Secretaria Executiva cuja organização e funcionamento seria estabelecido em Regulamento. Tal determinação foi atendida com o decreto nº 68.748 de 15 de junho de 1971, que atribuiu essa função à Financiadora de Estudos e Projetos, ficando esta responsável por todos os atos de natureza técnica e administrativa necessários à gestão do Fundo. Destaca-se as seguintes operações em 2018 com o FNDCT:

Recebimento de recursos (regime de caixa)	Dez/ 2018	Dez/ 2017
Empréstimo <sup>(1)</sup>	1.098.449	899.587
Equalização <sup>(2)</sup>	273.007	303.057
Aplicação em Fundos <sup>(3)</sup>	33.859	57.201
Taxa de Administração <sup>(4)</sup>	65.010	53.975
Ressarcimento de despesas <sup>(5)</sup>	53.712	20.057
<b>Total</b>	<b>1.524.037</b>	<b>1.333.877</b>

<sup>(1)</sup> Base Legal – Lei n.º 11.540 de 2007, Art. 12, Inciso II.

<sup>(2)</sup> Base Legal – Lei n.º 11.540 de 2007, Art. 12, Inciso I, Alínea “a”.

<sup>(3)</sup> Base Legal – Lei n.º 11.540 de 2007, Art. 12, §1º e Lei n.º 10.332/01.

<sup>(4)</sup> Base Legal – Lei n.º 11.540 de 2007, Art. 8º.

<sup>(5)</sup> Base Legal – Lei n.º 11.540 de 2007, Art. 13.

<b>Pagamentos (regime de caixa)</b>	<b>Dez/ 2018</b>	<b>Dez/ 2017</b>
Equalização	565.866	-
Juros sobre empréstimos <sup>(1)</sup>	450.769	390.803
Amortização de empréstimos <sup>(2)</sup>	257.437	167.675
Retorno de Fundos	173.731	-
<b>Total</b>	<b>1.447.803</b>	<b>558.478</b>

<sup>(1)</sup> Base Legal – Lei n.º 11.540 de 2007, Art. 12, §2º, Inciso I.

<sup>(2)</sup> Base Legal – Lei n.º 11.540 de 2007, Art. 12, §2º, Inciso II.

### **36.2 FIPECq – Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da Finep, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA**

A FIPECq é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, sendo a Finep uma de suas patrocinadoras, conforme detalhado na Nota nº 36.

A Finep patrocina o Plano de Previdência Complementar (PPC), e, por esse motivo, no curso de 2018 realizou transferências de recursos. As transferências foram realizadas em conformidade com as regras previstas no regulamento do PPC, aprovado pelo órgão de supervisão (Portaria MPS/PREVIC/DETEC nº 566, de 28 de julho de 2010. Publicado no D.O.U. de 29 de julho de 2010).

Além das transferências sob responsabilidade da Finep, também foram realizados repasses relativos:

- (i) às obrigações de seus funcionários com a entidade de previdência complementar, estes sem ônus para a Finep
- (ii) às mensalidades do PPC (mensalidade + joia)
- (iii) à parte patronal (apenas sobre mensalidade PPC)
- (iv) às parcelas de empréstimos contraídos por empregados junto à Fundação e descontadas em folha de pagamento

Repassamos ainda valores descontados dos empregados em folha de pagamento relativos ao Plano denominado FIPECq Prev, de contribuição voluntária. Sobre esses valores não há qualquer contrapartida da Finep.

### 36.3 Remunerações pagas a empregados e administradores

Para atender à Resolução nº 03/10 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União – CGPAR, informamos a maior e a menor remunerações pagas aos empregados e administradores da Finep (nelas computadas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos), bem como o salário médio dos empregados e dirigentes:

<b>Empregados</b>	<b>(em R\$)</b>
Maior remuneração	46.827,96
Menor remuneração	2.554,38
Remuneração média	19.038,20
<b>Dirigentes</b>	<b>(em R\$)</b>
Presidente	41.503,57
Diretores	39.527,20
Conselheiros	3.985,66

## 37 ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A estrutura de controles internos e de gerenciamento de riscos da Finep é conduzida por todos os níveis da empresa e possui as três linhas de defesa, quais sejam: a totalidade das unidades organizacionais da Finep, a Área de Conformidade, Integridade e Gestão de Riscos e a Auditoria Interna.

A primeira linha, composta por todas as unidades organizacionais da empresa, é responsável por elaborar, executar e revisar os controles internos, normativos, planos e processos visando manter a conformidade das atividades sob sua atribuição. Além de reportar tempestivamente as deficiências nos controles internos e executar as ações corretivas e preventivas.

Em 2016, para robustecer o seu sistema de governança a Finep definiu a criação de unidade responsável pela implantação do processo de gestão de riscos e pela implantação do Programa de Integridade, em observância ao disposto no Decreto n.º 8.420, de 18 de março de 2015, e demais diplomas legais relativos ao tema. Aderente às disposições legais e regulamentares, as ações definidas para os temas Gestão de Riscos e Integridade na Finep, visam ao atendimento, de pelo menos, o disposto nos seguintes normativos:

- (i) Instrução Normativa Conjunta MP/CGU n.º 01, publicada em 11 de maio de 2016, que determinou que os órgãos e entidades do Poder Executivo federal deverão adotar medidas para a sistematização de práticas relacionadas à gestão de riscos, aos controles internos, e à governança;
- (ii) Resolução CGPAR n.º 18, publicada em 18 de maio de 2016, que estabeleceu que as empresas estatais federais deverão implementar políticas de conformidade e gerenciamento de riscos adequadas ao seu porte e consistentes com a natureza, complexidade e risco de suas operações;

- (iii) Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016, que reforçou a exigência de a empresa pública adotar regras de estruturas e práticas de gestão de riscos e controle interno e foi regulamentada pelo Decreto n.º 8.945, de 27 de dezembro de 2016; e
- (iv) Decreto n.º 8.420, de 18 de março de 2015, que regulamenta a Lei n.º 12.846, de 1 de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira e dá outras providências.

Além disso, considerando a relevância do tema, as atividades estão alinhadas às melhores práticas de mercado, tais como a norma ABNT NBR ISO 31000:2009 e o documento *Internal Control – Integrated Framework* (2013) emitido pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO).

Em face de suas atribuições, a Área de Risco assume o papel da segunda linha de defesa, sendo sua atribuição desenvolver, testar e implementar metodologias e ferramentas para o gerenciamento de riscos, assessorar as unidades administrativas na aplicação das metodologias de gestão de riscos e na elaboração de ações de controles internos, garantir que as informações adequadas sobre risco estejam disponíveis em todos os níveis da organização, inclusive através da elaboração de relatórios contendo as ações realizadas para submissão às instâncias responsáveis, de forma a manter a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração informados periodicamente sobre as atividades realizadas.

A estrutura de governança de riscos também envolveu a criação de Comitê Executivo para Gestão de Riscos – CGR, sendo uma de suas principais atribuições assegurar a efetividade do processo de gerenciamento dos riscos. Para suportar a estrutura de controles internos e gerenciamento de riscos, estão sendo emitidos normativos que garantam a formalidade dos processos associados a esses temas.

A política de riscos da Finep apresenta os princípios, diretrizes e objetivos que devem guiar outras políticas, normas, sistemas e processos da Finep e que visam fortalecer o processo de gestão integrada de riscos inerentes às operações da empresa, de forma a minimizar ameaças e incertezas em níveis aceitáveis pela alta administração.

A terceira linha de defesa, constituída pela Auditoria Interna, possui como responsabilidade a aferição da adequação do controle interno e a efetividade do gerenciamento dos riscos. Suas atividades são elaboradas com base em Plano Anual de Atividades, devidamente aprovado pelo Conselho de Administração da Finep.

Por fim, os administradores são responsáveis por observar e supervisionar sistematicamente o processo de gestão de riscos e de controles internos estabelecidos para a prevenção e a mitigação dos principais riscos aos quais a Finep está exposta, visando zelar pela continuidade da operação da Empresa.

**A T I V O****19.012.938.571,93****ATIVO CIRCULANTE****9.722.205.508,50****DISPONIBILIDADES****809.508.469,85****1.1.2.30.00-3 DEP BANC INST S/ CONTA RESERVA****809.508.469,85**

1.1.2.30.00-006	SANTANDER	46.038.820,81
1.1.2.30.00-011	TESOURO - APLICAÇÃO	763.394.861,89
1.1.2.30.00-333	BANCO DO BRASIL - CONTA 333	595,24
1.1.2.30.04-300	CAIXA ECONÔMICA - CONTA 4300	3.183,29
1.1.2.30.08-681	BANCO DO BRASIL - CONTA 8681	71.008,62

**TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS****6.318.448.506,92****CARTEIRA PRÓPRIA****6.318.448.506,92****1.3.1.15.00-9 COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO****6.318.448.506,92**

1.3.1.15.30-002	EXTRAMERCADO CEF	3.121.070.107,56
1.3.1.15.30-003	EXTRAMERCADO BB 8681	2.994.966.902,37
1.3.1.15.30-004	EXTRAMERCADO BB 101303	443.296,99
1.3.1.15.30-005	EXTRAMERCADO CEF 4300 EXCLUSIV	201.968.200,00

**RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS****114.551.988,71****REPASSES INTERFINANCEIROS****114.551.988,71****1.4.3.60.00-41 AGENTE FIN RECURSO PRÓPRIO CP****111.866.071,17**

1.4.3.60.41-001	FINANC CP AGENTE FIN RP	109.564.827,33
1.4.3.60.41-002	JUROS PRÓ-RATA COMP AG FIN RP	1.036.652,28
1.4.3.60.41-006	JUROS PRÓ-RATA EQZ AG FIN RP	1.264.591,56

**1.4.3.60.00-43 AGENTES FINANC FAT INOVACRED****2.693.771,41**

1.4.3.60.43-001	FINANC. CP - FAT INOVACRED MPE	2.633.336,93
1.4.3.60.43-003	JUROS P-RATA COMP FAT INOV MPE	24.340,16
1.4.3.60.43-011	JUROS P-RATA EQZ FAT INOV MPE	36.094,32

**1.4.3.99.00-61 PROV PERDAS REP INTERF INOVACR****(184,33)**

1.4.3.99.61-003	PCLD CP INDEDUT INOVACRED MPE	(184,33)
-----------------	-------------------------------	----------

**1.4.3.99.00-62 PROV PERDAS REP INTERF REC PRO****(7.669,54)**

1.4.3.99.62-002	PCLD CP INDEDUT REC PRÓPRIOS	(7.669,54)
-----------------	------------------------------	------------

**OPERAÇÕES DE CRÉDITO****2.430.232.368,45****FINANCIAMENTOS****2.520.582.571,37****1.6.2.10.00-01 PRINCIPAL DE CURTO PRAZO****2.321.818.813,26**

1.6.2.10.00-001	FINANCIAMENTOS CP - RP	370.559.453,19
1.6.2.10.00-002	FINANCIAMENTOS CP - BNDES	972.259.822,36
1.6.2.10.00-003	FINANCIAMENTOS CP - FNDCT	867.606.717,62
1.6.2.10.00-004	FINANCIAMENTOS CP - FUNTTEL	84.765.919,10
1.6.2.10.00-005	FINANC. CP - FAT PRÓ-INOVAÇÃO	21.130.292,71
1.6.2.10.00-006	FINANCIAM. CP - BNDES AGENTE	5.496.608,28

**1.6.2.10.00-02 JUROS PRÓ-RATA COMPENSATÓRIOS****26.281.029,56**

1.6.2.10.00-021	JUROS PRÓ-RATA COMP - RP	6.721.481,48
1.6.2.10.00-022	JUROS PRÓ-RATA COMP - BNDES	5.357.071,55
1.6.2.10.00-023	JUROS PRÓ-RATA COMP - FNDCT	13.166.312,43
1.6.2.10.00-024	JUROS PRÓ-RATA COMP - FUNTTEL	966.125,23
1.6.2.10.00-025	JUROS PRÓ-RATA COMP - FAT PRÓ	58.105,73
1.6.2.10.00-026	JUROS P-RATA COMP-BNDES AGENTE	11.933,14

**1.6.2.10.00-04 JUROS COMPENSATÓRIOS****30.232.716,92**

1.6.2.10.00-041	JUROS COMP - RP	5.625.752,68
1.6.2.10.00-042	JUROS COMP - BNDES	1.319.889,60
1.6.2.10.00-043	JUROS COMP - FNDCT	9.149.409,69
1.6.2.10.00-044	JUROS COMP - FUNTTEL	14.137.664,95

<b>1.6.2.10.00-18</b>	<b>JUROS PRÓ-RATA EQUALIZADOS</b>	<b>11.972.411,94</b>
1.6.2.10.00-181	JUROS PRÓ-RATA EQZ - RP	3.123.725,60
1.6.2.10.00-183	JUROS PRÓ-RATA EQZ - FNDCT	8.384.075,13
1.6.2.10.00-184	JUROS PRÓ-RATA EQZ - FUNTTEL	375.155,88
1.6.2.10.00-185	JUROS PRÓ-RATA EQZ - FAT PRÓ	89.455,33
<b>1.6.2.10.09-98</b>	<b>JUROS EQUALIZADOS TESOIRO CP</b>	<b>130.277.599,69</b>
1.6.2.10.00-998	JUROS EQUALIZADOS TESOIRO CP	130.277.599,69
<b>PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA</b>		<b>(90.350.202,92)</b>
<b>1.6.9.30.09-11</b>	<b>PROVISÃO INDEDUTÍVEL</b>	<b>(90.350.202,92)</b>
1.6.9.30.00-041	PCLD NÃO DEDUT CP - RP	(19.364.134,24)
1.6.9.30.00-042	PCLD NÃO DEDUT CP - BNDES	(8.873.087,40)
1.6.9.30.00-043	PCLD NÃO DEDUT CP - FNDCT	(25.063.877,67)
1.6.9.30.00-044	PCLD NÃO DEDUT CP - FUNTTEL	(37.020.087,63)
1.6.9.30.00-045	PCLD NÃO DEDUT CP - FAT PRÓ	(29.015,98)
<b>OUTROS CRÉDITOS</b>		<b>47.488.707,20</b>
<b>RENDAS A RECEBER</b>		<b>1.071.106,95</b>
1.8.3.70.00-001	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO FNDCT	38.496,30
1.8.3.70.00-002	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO FUNTTEL	1.032.610,65
<b>DIVERSOS</b>		<b>46.417.600,25</b>
<b>ADIANTAMENTOS E ANTECIPAÇÕES SALARIAIS</b>		<b>3.166.860,11</b>
1.8.8.03.00-001	ADIANTAMENTO SALARIAL	1.003,72
1.8.8.03.00-002	ADIANTAMENTO 13º SALÁRIO	9.285,94
1.8.8.03.00-005	ADIANTAMENTO DE FÉRIAS	264.322,88
1.8.8.03.00-006	EMPRÉSTIMO DE FÉRIAS	517.584,86
1.8.8.03.00-007	ADIANTAMENTO AUX. DOENÇA INSS	644.384,51
1.8.8.03.00-008	ADIANTAMENTO AUX DOENÇA FIPECQ	1.150.094,22
1.8.8.03.00-009	EMPRÉST P/DESP. MÉDICA/ODONTO	382.781,14
1.8.8.03.00-010	ADIANTAMENTOS EX-FUNCIONÁRIOS	131.387,84
1.8.8.03.00-014	OUTROS ADIANT. A FUNCIONÁRIOS	66.015,00
<b>ADIANTAMENTOS PARA PAGAMENTOS DE NOSSA CONTA</b>		<b>661.465,56</b>
1.8.8.05.00-001	ADIANT. FUNC - CAIXA PEQUENO	1.605,74
1.8.8.05.00-003	ADIANTAMENTOS PARA VIAGENS	691.978,12
1.8.8.05.00-004	DEVOL VIAGENS EM PROCESSO	(32.118,30)
<b>IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR / RECUPERAR</b>		<b>33.733.971,86</b>
1.8.8.45.10-001	IRPJ A RECUPERAR	10.645.766,92
1.8.8.45.20-001	CSLL A RECUPERAR	23.060.587,46
1.8.8.45.90-004	OUTROS TRIBUTOS A COMPENSAR	26.080,24
1.8.8.45.90-005	PIS E COFINS A COMPENSAR	1.537,24
<b>PAGAMENTOS A RESSARCIR</b>		<b>41.904,18</b>
1.8.8.65.99-0	OUTROS PAGAMENTOS	41.904,18
<b>TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER</b>		<b>8.796.114,41</b>
1.8.8.80.20-001	CONTAS A RECEBER FNDCT	6.230.509,29
1.8.8.80.20-002	RECURSOS APLIC. TESOIRO NAC.	1.800.733,16
1.8.8.80.20-003	CONTAS RECEB CESSÃO DE PESSOAL	764.871,96
<b>DEVEDORES DIVERSOS - PAÍS</b>		<b>17.284,13</b>
1.8.8.92.00-4	DEVEDORES DIVERSOS - PAIS	17.284,13
<b>OUTROS VALORES E BENS</b>		<b>1.975.467,37</b>
<b>OUTROS VALORES E BENS</b>		<b>1.770.517,72</b>
<b>BENS NÃO DE USO PRÓPRIO</b>		<b>1.489.750,00</b>
1.9.8.10.10-2	IMOVEIS	1.729.750,00
1.9.8.10.10-200	VENDAS DE IMOVEIS A REGISTRAR	(240.000,00)
<b>MATERIAL EM ESTOQUE</b>		<b>280.767,72</b>
1.9.8.40.00-0	MATERIAL EM ESTOQUE	280.767,72
<b>DESPESAS ANTECIPADAS</b>		<b>204.949,65</b>
1.9.9.10.00-2	DESPESAS ANTECIPADAS	204.949,65

<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>9.290.733.063,43</b>
<b>ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>9.208.210.410,07</b>
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS</b>	<b>214.402.683,04</b>
<b>CARTEIRA PRÓPRIA</b>	<b>214.402.683,04</b>
<b>1.3.1.15.75-5 COTAS FUNDO EM PARTICIPAÇÕES</b>	<b>66.557.396,00</b>
1.3.1.15.75-001 COTAS FUNDO EM PARTICIPAÇÕES	474.865.781,70
1.3.1.15.75-002 COTAS INTEGR. REC TERCEIROS	(377.381.386,70)
1.3.1.15.75-003 PROV IMPAIRMENT FUNDOS	(30.926.999,00)
<b>1.3.1.20.10-4 AÇÕES DE COMPANHIAS ABERTAS</b>	<b>145.915.287,04</b>
1.3.1.20.10-002 AÇÕES COMPANHIAS ABERTAS LP	199.999.989,36
1.3.1.20.10-102 AÇÕES LP GANHO/PERDA VLR MERC	(54.084.702,32)
<b>INSTRUMENTOS FINANCEIROS</b>	<b>1.930.000,00</b>
<b>1.3.3.60.10-8 COMPRAS OPCOES COMPRA-POS TIT</b>	<b>1.930.000,00</b>
1.3.3.60.10-001 OPÇÕES STARTUPS	1.930.000,00
 <b>REPASSES INTERFINANCEIROS</b>	<b>570.246.882,56</b>
<b>1.4.3.60.00-42 AGENTE FIN RECURSO PRÓPRIO LP</b>	<b>555.928.924,04</b>
1.4.3.60.42-001 FINANC LP AGENTE FIN RP	555.928.924,04
<b>1.4.3.60.00-44 AGENTE FINANC FAT INOVACRED LP</b>	<b>14.357.878,59</b>
1.4.3.60.44-001 FINANC. LP - FAT INOVACRED MPE	14.357.878,59
<b>1.4.3.99.00-61 PROV PERDAS REP INTERF INOVACR</b>	<b>(1.005,05)</b>
1.4.3.99.61-007 PCLD LP INDEDUT INOVACRED MPE	(1.005,05)
<b>1.4.3.99.00-62 PROV PERDAS REP INTERF REC PRO</b>	<b>(38.915,02)</b>
1.4.3.99.62-004 PCLD LP INDEDUT REC PRÓPRIOS	(38.915,02)
 <b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>7.935.200.576,04</b>
<b>FINANCIAMENTOS</b>	<b>8.541.896.023,35</b>
<b>1.6.2.10.00-06 PRINCIPAL DE LONGO PRAZO</b>	<b>8.541.896.023,35</b>
1.6.2.10.00-061 FINANCIAMENTOS LP - RP	1.979.984.043,56
1.6.2.10.00-062 FINANCIAMENTOS LP - BNDES	2.327.443.316,96
1.6.2.10.00-063 FINANCIAMENTOS LP - FNDCT	3.736.361.880,80
1.6.2.10.00-064 FINANCIAMENTOS LP - FUNTTEL	489.840.876,36
1.6.2.10.00-065 FINANC. LP - FAT PRÓ-INOVAÇÃO	8.265.905,67
<b>COBRANÇA JUDICIAL</b>	<b>374.950.872,36</b>
1.6.2.10.00-081 COBRANÇA JUDICIAL - RP	30.792.742,95
1.6.2.10.00-082 COBRANÇA JUDICIAL - BNDES	258.828.039,90
1.6.2.10.00-083 COBRANÇA JUDICIAL - FNDCT	56.006.667,53
1.6.2.10.00-084 COBRANÇA JUDICIAL - FUNTTEL	8.157.104,48
1.6.2.10.00-086 COBRANÇA JUDIC. - BNDES AGENTE	21.166.317,50
<b>1.6.2.10.00-98 RENDAS A APROPRIAR COBR JUDIC</b>	<b>(108.047.964,50)</b>
1.6.2.10.00-981 RENDAS APROP COB JUD - RP	(1.879.596,92)
1.6.2.10.00-982 RENDAS APROP COB JUD - BNDES	(96.419.493,92)
1.6.2.10.00-983 RENDAS APROP COB JUD - FNDCT	(7.913.253,97)
1.6.2.10.00-984 RENDAS APROP COB JUD - FUNTTEL	(1.835.619,69)
<b>1.6.2.10.00-50 RENDAS A APROP-RECUP JUDIC</b>	<b>(160.052.446,57)</b>
1.6.2.10.00-500 RENDAS A APROP-RECUP. JUDICIAL	(160.052.446,57)

<b>PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA</b>		<b>(713.545.908,60)</b>
1.6.9.30.00-021	PCLD - LP - RP	(28.868.187,94)
1.6.9.30.00-022	PCLD - LP - BNDES	(162.408.545,98)
1.6.9.30.00-023	PCLD - LP - FNDCT	(48.093.413,56)
1.6.9.30.00-024	PCLD - LP - FUNTTEL	(6.321.484,79)
1.6.9.30.00-026	PCLD - LP - BNDES AGENTE	(21.166.317,50)
1.6.9.30.00-061	PCLD NÃO DEDUT LP - RP	(899.372,60)
1.6.9.30.00-062	PCLD NÃO DEDUT LP - BNDES	(9.242.777,61)
1.6.9.30.00-063	PCLD NÃO DEDUT LP - FNDCT	(2.378.652,70)
1.6.9.30.00-064	PCLD NÃO DEDUT LP - FUNTTEL	(4.116.124,35)
1.6.9.30.00-065	PCLD NÃO DEDUT LP - FAT PRÓ	(11.350,69)
1.6.9.30.00-067	PCLD NÃO DEDUT LP - RECUP. JUD	(430.039.680,88)
<b>DIVERSOS</b>		<b>488.360.268,43</b>
<b>DIVERSOS</b>		<b>513.830.978,37</b>
<b>CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES</b>		<b>330.282.752,42</b>
<b>Ativo Fiscal Diferido IRPJ</b>		<b>183.490.418,00</b>
1.8.8.25.50-002	ATIVO FISC. DIFERIDO IRPJ - DT	183.490.418,00
<b>Ativo Fiscal Diferido CSLL</b>		<b>146.792.334,42</b>
1.8.8.25.50-004	ATIVO FISC. DIFERIDO CSLL - DT	146.792.334,42
<b>DEVEDORES POR DEPÓSITOS DE GARANTIAS</b>		<b>67.622.586,95</b>
1.8.8.40.05-6	P/ INTERP REC FISC LEI 9703/98	2.430.012,51
1.8.8.40.20-7	P/ INTERP RECURSO TRABALHISTA	58.349.661,31
1.8.8.40.90-8	OUTROS	6.842.913,13
<b>TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER</b>		<b>115.925.639,00</b>
1.8.8.80.20-004	TESOURO - RISCO CAMBIAL	25.470.709,94
1.8.8.80.20-005	TESOURO - FND LEI 12.431/11	90.454.929,06
<b>PROVISÃO PARA OUTROS CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA</b>		<b>(25.470.709,94)</b>
1.8.9.99.20-002	S/CARACT CONCESSÃO CRÉDITO LP	(25.470.709,94)
<b>PERMANENTE</b>		<b>82.522.653,36</b>
<b>IMOBILIZADO DE USO</b>		<b>76.877.001,79</b>
<b>IMÓVEIS DE USO</b>		<b>97.672.023,81</b>
2.2.3.10.10-001	TERRENOS	9.051.133,09
2.2.3.10.10-002	TERRENOS (AAP)	15.048.466,91
2.2.3.10.10-998	TERR SUBCONTA LEI 12973 AD.INI	15.048.466,91
2.2.3.10.10-999	TERR SUBCONTA AUX 12973 AD.INI	(15.048.466,91)
2.2.3.10.20-001	SALAS E ESCRITÓRIOS	23.767.070,72
2.2.3.10.20-002	BENFEITORIAS IMÓVEIS TERCEIROS	11.623.290,31
2.2.3.10.20-003	SALAS E ESCRITÓRIOS (AAP)	38.182.062,78
2.2.3.10.20-998	SALAS AAP SUB LEI 12973 AD.INI	38.182.062,78
2.2.3.10.20-999	SALAS AAP SUB AUX 12973 AD.INI	(38.182.062,78)
<b>OUTRAS IMOBILIZAÇÕES DE USO</b>		<b>19.304.008,49</b>
<b>INSTALAÇÕES</b>		<b>344.893,71</b>
2.2.4.10.00-1	INSTALACOES	344.893,71
<b>MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DE USO</b>		<b>5.451.398,50</b>
2.2.4.20.00-001	MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIP.	1.312.628,78
2.2.4.20.00-002	MOBILIÁRIO	4.138.769,72
<b>SISTEMA DE COMUNICAÇÃO</b>		<b>1.676.851,71</b>
2.2.9.10.10-9	EQUIPAMENTOS	1.565.233,84
2.2.9.10.20-2	DIREITOS DE USO	111.617,87
<b>SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS</b>		<b>11.830.864,57</b>
2.2.9.30.00-0	SIST PROCESSAMENTO DE DADOS	11.830.864,57



<b>DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS</b>		<b>(40.099.030,51)</b>
<b>IMÓVEIS DE USO</b>		<b>(29.119.272,98)</b>
2.2.3.99.00-001	DEPREC ACUM SALAS ESCRITÓRIOS	(17.207.985,02)
2.2.3.99.00-002	DEPREC ACUM BENF IMÓVEIS TERC	(5.038.516,62)
2.2.3.99.00-003	DEPREC ACUM SALAS ESCRIT (AAP)	(6.872.771,34)
2.2.3.99.00-998	DPR AAP SUBC LEI 12973 AD.INI	(6.872.771,76)
2.2.3.99.00-999	DPR AAP SUB AUX L 12973 AD.INI	6.872.771,76
<b>MÓVEIS, EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES</b>		<b>(4.155.424,15)</b>
2.2.4.96.00-1	DEPREC ACUM DE INSTALACOES	(142.987,58)
2.2.4.99.00-001	DEPREC ACUM MÁQ, UTENS. EQUIP.	(889.552,04)
2.2.4.99.00-002	DEPREC ACUM MOBILIÁRIO	(3.122.884,53)
<b>SISTEMA DE COMUNICAÇÃO</b>		<b>(904.855,51)</b>
2.2.9.99.10-6	DEPREC ACUM SIST COMUNIC EQUIP	(904.855,51)
<b>SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS</b>		<b>(5.919.477,87)</b>
2.2.9.99.30-2	DEPREC ACUM SIST PROCESS. DADOS	(5.919.477,87)
<b>INTANGÍVEL</b>		<b>5.645.651,57</b>
<b>ATIVOS INTANGÍVEIS</b>		<b>24.957.178,18</b>
2.5.1.98.10-001	SOFTWARES	665.508,67
2.5.1.98.10-002	DIREITOS AUTORAIS E DE DOMÍNIO	434,87
2.5.1.98.20-001	SOFTWARES	24.291.234,64
<b>AMORTIZAÇÃO ACUMULADA</b>		<b>(19.311.526,61)</b>
2.5.1.99.10-9	AMORT ACUM ADQ ANTES 01/OUT/13	(665.508,67)
2.5.1.99.20-2	AMORT ACUM ADQ APÓS 01/OUT/13	(18.646.017,94)

**PASSIVO****19.012.938.571,93****PASSIVO CIRCULANTE****1.883.696.966,16****OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO****5.709.375,66****EMPRÉSTIMOS NO EXTERIOR****5.709.375,66**

4.6.3.30.00-007 JUROS PRÓ-RATA EXTERNO BID

2.969.913,14

4.6.3.30.00-011 COMISSÃO DE CRÉDITO BID

2.739.462,52

**OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS****1.182.430.675,26****BNDES****1.182.430.675,26**

4.6.4.30.00-001 PRINCIPAL CP - BNDES

1.132.704.544,02

4.6.4.30.00-002 JUROS PRÓ-RATA - BNDES

40.585.735,57

4.6.4.30.00-003 PRINCIPAL CP - BNDES AGENTE

9.128.999,61

4.6.4.30.00-004 JUROS PRÓ-RATA - BNDES AGENTE

11.396,06

**OUTRAS OBRIGAÇÕES****695.556.915,24****Sociais e Estatutárias****62.397.167,55**

4.9.3.10.00-5 DIVIDENDOS/BONIF. A PAGAR

49.530.098,55

4.9.3.30.00-001 PLR - EMPREGADOS

12.047.990,16

4.9.3.30.00-002 RVA - DIRETORIA

819.078,84

**Fiscais e Previdenciárias****61.026.016,97**

4.9.4.15.00-001 IRPJ - CORRENTE

26.006.650,89

4.9.4.15.00-002 CSLL - CORRENTE

20.986.375,64

4.9.4.20.10-001 COSIRF

809.837,02

4.9.4.20.10-002 INSS

113.334,66

4.9.4.20.10-003 ISS

71.386,89

4.9.4.20.10-004 IRRF - PESSOAS FÍSICAS

913,47

4.9.4.20.10-006 INSS - AUTÔNOMOS

1.328,92

4.9.4.20.10-007 INSS - PATRONAL AUTÔNOMOS

2.724,79

4.9.4.20.20-001 IRRF - SALÁRIOS

4.786.209,23

4.9.4.20.20-002 INSS - SALÁRIOS

3.415.975,72

4.9.4.20.20-003 FGTS A RECOLHER

1.439.431,14

4.9.4.20.20-007 CONTRIB. PREVIDÊNCIA PRIVADA

22,00

4.9.4.20.20-013 IRRF - PRÓ-LABORE

2.606,40

4.9.4.20.90-001 PIS/PASEP

473.761,96

4.9.4.20.90-002 COFINS

2.915.458,24

**Fundos Financeiros e de Desenvolvimento****518.299.483,24****4.9.6.50.90-01 DÍVIDA FNDCT CURTO PRAZO****485.607.002,62**

4.9.6.50.90-001 PRINCIPAL CP - FNDCT

360.148.944,72

4.9.6.50.90-002 JUROS PRÓ-RATA CP - FNDCT

125.458.057,90

**4.9.6.50.90-03 DÍVIDA FUNTTEL CURTO PRAZO****25.908.653,77**

4.9.6.50.90-011 PRINCIPAL CP - FUNTTEL

25.908.653,77

**4.9.6.50.90-05 DÍVIDA FAT CURTO PRAZO APLICADO****5.497.175,67**

4.9.6.50.90-021 PRINC CP FAT PRÓ-INOV. APLIC

3.450.561,38

4.9.6.50.90-031 PRINC CP FAT INOVACRE APLI MPE

2.046.614,29

**4.9.6.50.90-06 DÍVIDA FAT CURTO PRAZO DISPONÍVEL****1.286.651,18**

4.9.6.50.90-022 PRINC CP FAT PRÓ-INOV. DISP.

1.204.878,79

4.9.6.50.90-032 PRINC CP FAT INOVACRE DISP MPE

81.772,39

**Diversas****53.834.247,48**

4.9.9.30.10-001 SALÁRIOS A PAGAR

25.513,95

4.9.9.30.10-003 PROVISÃO DE FÉRIAS

26.710.586,78

4.9.9.30.10-013 PROVISÃO ACT

4.397.304,88

4.9.9.30.50-2 OUTRAS DESP. ADMINISTRATIVAS

22.550.296,78

4.9.9.30.90-4 OUTROS PAGAMENTOS

43.755,17

4.9.9.92.00-009 DEPÓSITOS DE TERCEIROS

106.789,92

<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>15.014.134.275,46</b>
<b>OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO</b>	<b>1.163.326.391,54</b>
<b>EMPRÉSTIMOS NO EXTERIOR</b>	<b>1.163.326.391,54</b>
4.6.3.30.00-009 PRINC. LP - EXTERNO BID	1.163.326.391,54
<b>OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS</b>	<b>4.162.770.563,53</b>
<b>BNDDES</b>	<b>4.162.770.563,53</b>
4.6.4.30.00-006 PRINCIPAL LP - BNDDES	4.162.770.563,53
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>	<b>9.688.037.320,39</b>
<b>Fiscais e Previdenciárias</b>	<b>25.624.117,99</b>
4.9.4.30.99-001 IRPJ - DIFERIDO	15.596.601,71
4.9.4.30.99-002 CSLL - DIFERIDO	10.027.516,28
<b>Fundos Financeiros e de Desenvolvimento</b>	<b>9.520.197.857,20</b>
<b>4.9.6.50.90-02 DÍVIDA FNDCT LONGO PRAZO</b>	<b>8.125.098.209,84</b>
4.9.6.50.90-006 PRINCIPAL LP - FNDCT	8.125.098.209,84
<b>4.9.6.50.90-04 DÍVIDA FUNTTEL LONGO PRAZO</b>	<b>1.345.351.583,90</b>
4.9.6.50.90-016 PRINCIPAL LP - FUNTTEL	1.345.351.583,90
<b>4.9.6.50.90-07 DÍVIDA FAT LONGO PRAZO APLICADO</b>	<b>40.312.621,53</b>
4.9.6.50.90-026 PRINC LP FAT PRÓ-INOV. APLIC	25.304.116,74
4.9.6.50.90-036 PRINC LP FAT INOVACRE APLI MPE	15.008.504,79
<b>4.9.6.50.90-08 DÍVIDA FAT LONGO PRAZO DISPONÍVEL</b>	<b>9.435.441,93</b>
4.9.6.50.90-027 PRINC LP FAT PRÓ-INOV. DISP.	8.835.777,76
4.9.6.50.90-037 PRINC LP FAT INOVACRE DISP MPE	599.664,17
<b>Diversas</b>	<b>96.611.417,10</b>
4.9.9.35.10-5 PASSIVOS TRABALHISTAS	80.473.635,10
4.9.9.35.30-1 CÍVEIS	1.282.082,61
4.9.9.35.90-9 OUTROS PASSIVOS	12.319.905,51
4.9.9.92.00-002 CAUÇÕES DE FORNECEDORES	459.135,52
4.9.9.92.00-003 SEBRAE - GARANTIA DE CRÉDITO	1.640.461,64
4.9.9.92.00-004 NUCLEO GESTÃO DO PORTO DIGITAL	200.798,13
4.9.9.92.00-005 FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS MG	200.175,07
4.9.9.92.00-006 ACATE CATARINENSE	35.223,52
<b>Receita Diferida e Obrigações sobre Recursos</b>	<b>45.603.928,10</b>
<b>4.9.6.50.90-09 RECURSOS DE FUNDOS EMERGENTES</b>	<b>49.963,78</b>
4.9.6.50.90-053 RECS P/ APLIC FDS EMERG FNDCT	49.963,78
<b>4.9.6.50.90-10 RECURSOS GARANTIA DE LIQUIDEZ</b>	<b>45.100.945,85</b>
4.9.6.50.90-054 RECS GARANTIA LIQUIDEZ - FNDCT	45.100.945,85
<b>4.9.6.50.90-20 RECURSOS DE CONVÊNIOS</b>	<b>453.018,47</b>
4.9.6.50.90-100 UNIÃO EUROPÉIA	453.018,47

<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2.115.107.330,31</b>
<b>CAPITAL SOCIAL</b>	<b>1.624.994.507,21</b>
<b>De Domiciliados no País</b>	<b>1.624.994.507,21</b>
<b>Capital</b>	<b>1.624.994.507,21</b>
6.1.1.10.13-5      ACOES ORDINARIAS - PAIS	1.624.994.507,21
<b>RESERVAS</b>	<b>492.044.751,66</b>
<b>Reservas de Reavaliação</b>	<b>2.637.543,16</b>
6.1.4.10.00-001    RESERVAS REAVALIAÇÃO TERRENOS	2.637.543,16
<b>Reservas de Lucros</b>	<b>489.407.208,50</b>
6.1.5.10.00-3      RESERVA LEGAL	69.949.899,94
6.1.5.80.99-001    RESERVA MARGEM OPERACIONAL	419.457.308,56
<b>AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL</b>	<b>(1.931.928,56)</b>
<b>6.1.6.00.00-91    AJUSTES AVALIAÇÃO PATRIMONIAL</b>	<b>27.814.657,71</b>
6.1.6.00.00-001    AAP - TERRENOS	9.029.080,14
6.1.6.00.00-002    AAP - IMÓVEIS	18.785.577,57
<b>6.1.6.10.00-6      TÍTULOS DISPONÍVEL PARA VENDA</b>	<b>(29.746.586,27)</b>
6.1.6.10.99-0      OUTROS TIT. DISP. VENDA	(29.746.586,27)

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO****RECEITAS DA INTERMEDIACÃO FINANCEIRA****1.208.921.229,66****- OPERAÇÕES DE CRÉDITO****1.200.939.230,64**

7.1.1.15.00-001	JUROS COMPENSATÓRIOS - RP	124.573.051,36
7.1.1.15.00-002	JUROS COMPENSATÓRIOS - BNDES	135.472.087,96
7.1.1.15.00-003	JUROS COMPENSATÓRIOS - FNDCT	242.137.419,19
7.1.1.15.00-004	JUROS COMPENSATÓRIOS - FUNTTEL	16.812.777,02
7.1.1.15.00-005	JUROS COMP. - FAT PRÓ-INOVAÇÃO	2.524.836,82
7.1.1.15.00-006	JUROS COMPENSAT - BNDES AGENTE	549.890,87
7.1.1.15.00-021	JUROS EQUALIZADOS FNDCT - RP	55.485.613,05
7.1.1.15.00-023	JUROS EQUALIZ. FNDCT - FNDCT	180.509.447,35
7.1.1.15.00-024	JUROS EQUALIZ. FNDCT - FUNTTEL	7.455.489,73
7.1.1.15.00-025	JUROS EQZ. FNDCT FAT PRÓ-INOV.	3.120.193,36
7.1.1.15.00-041	JUROS EQUALIZADOS TESOIRO	269.665.457,35
7.1.1.15.00-061	JUROS PRÓ-RATA COMP - RP	1.016.582,85
7.1.1.15.00-062	JUROS PRÓ-RATA COMP - BNDES	(1.540.318,49)
7.1.1.15.00-063	JUROS PRÓ-RATA COMP - FNDCT	1.214.176,39
7.1.1.15.00-064	JUROS PRÓ-RATA COMP - FUNTTEL	91.351,39
7.1.1.15.00-065	JUROS PRÓ-RATA COMP - FAT PRÓ	(93.075,40)
7.1.1.15.00-066	JUROS PRÓ-RATA - BNDES AGENTE	(28.345,19)
7.1.1.15.00-081	ATUALIZAÇÃO MONET. FINANC.	50.933.462,27
7.1.1.15.00-082	VARIAÇÃO CAMBIAL ATIVA	16.249,56
7.1.1.15.00-083	MULTAS E JUROS MORATÓRIOS	9.263.503,90
7.1.1.15.00-085	RECUPERAÇÃO DE OUTROS CRÉDITOS	38.518.612,05
7.1.1.15.00-086	JUROS ANTECIPADOS	2.350.125,97
7.1.1.15.00-087	VARIAÇÃO CAMBIAL ATIVA BID	678.823,66
7.1.1.15.00-101	JUROS PRÓ-RATA EQZ - RP	507.673,88
7.1.1.15.00-103	JUROS PRÓ-RATA EQZ - FNDCT	(501.390,99)
7.1.1.15.00-104	JUROS PRÓ-RATA EQZ - FUNTTEL	59.074,36
7.1.1.15.00-105	JUROS PRÓ-RATA EQZ - FAT PRÓ	(107.835,28)
<b>7.1.1.18.00-0</b>	<b>RENDAS FINANC AGENTES FINANC</b>	<b>52.579.740,08</b>
<b>7.1.1.18.00-01</b>	<b>JUROS COMPENSATÓRIOS AG FINANC</b>	<b>21.420.263,64</b>
7.1.1.18.10-001	JUROS COMP AGENTE FINANC RP	20.899.647,19
7.1.1.18.10-002	JURO COMP AG FIN INOVACRED MPE	520.616,45
<b>7.1.1.18.00-02</b>	<b>JUROS EQUALIZADOS AG FINANC</b>	<b>26.436.202,63</b>
7.1.1.18.20-001	JUROS EQUAL AGENTE FINANC RP	25.718.235,52
7.1.1.18.20-002	JUROS EQZ AG FIN INOVACRED MPE	717.967,11
<b>7.1.1.18.00-03</b>	<b>JUROS P-RATA COMPENS AG FINANC</b>	<b>210.895,54</b>
7.1.1.18.30-001	JUROS P-RATA COMPENS AG FIN RP	206.268,63
7.1.1.18.30-002	J. P-RATA COMP AG FIN INOV MPE	4.626,91
<b>7.1.1.18.00-04</b>	<b>JUROS P-RATA EQUAL AG FINANC</b>	<b>225.176,32</b>
7.1.1.18.40-001	JUROS P-RATA EQZ AG FIN RP	217.263,22
7.1.1.18.40-002	J. P-RATA EQZ AG FIN INOV MPE	7.913,10
<b>7.1.1.18.00-05</b>	<b>OUTROS JUROS AGENTE FINANCEIRO</b>	<b>4.287.201,95</b>
7.1.1.18.50-001	ATUALIZAÇÃO MONET FIN AG FINAN	4.251.876,29
7.1.1.18.50-003	MULTAS E JUROS MORATÓR. AG FIN	35.325,66
7.1.9.20.00-001	RECUP.CRED - RENEGOCIAÇÃO DIV.	7.674.555,57

**- RESULTADOS DE OPERAÇÕES COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS****7.981.999,02**

7.1.5.10.00-0	RENDAS TITULOS DE RENDA FIXA	0,14
7.1.5.20.00-001	DIVIDENDOS COMPANHIAS ABERTAS	2.126.300,31
7.1.5.20.00-011	JCP COMPANHIAS ABERTAS	557,86
7.1.5.40.00-003	RENDAS DE APLIC. EXTRAMERCADO	39.302.140,05
8.1.5.00.00-001	TAXAS E DESPESAS - FUNDOS	(2.520.000,00)
8.1.5.80.30-001	PROV IMPAIRMENT FUNDOS	(30.926.999,00)
8.1.8.30.70-1	PERDAS PARTICIP SOCIETÁRIAS	(0,34)

**DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA****(1.070.086.330,64)****- OPERAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS E REPASSES****(996.951.541,97)**

8.1.2.40.00-001	JUROS EMPRÉSTIMOS EXTERNOS FRA	(7.634,00)
8.1.2.40.00-002	VARIAÇÃO CAMBIAL PASSIVA FRA	(9.207,34)
8.1.2.40.00-003	JUROS PRÓ-RATA EMPREST EXT FRA	5.623,37
8.1.2.40.00-006	JUROS PRÓ-RATA EMPREST EXT BID	(2.969.913,14)
8.1.2.40.00-007	COMISSÃO DE CRÉDITO BID	(2.739.462,52)
8.1.2.55.00-001	JUROS PASSIVOS BNDES	(366.449.576,81)
8.1.2.55.00-002	JUROS PRÓ-RATA PASSIVOS BNDES	38.888.519,14
8.1.2.55.00-003	CAPITALIZ DÍVIDA BNDES VAR TX	(102.639.446,21)
8.1.2.55.00-004	JUROS PASSIVOS BNDES AGENTE	(544.516,42)
8.1.2.55.00-005	JUROS PRÓ-RATA P. BNDES AGENTE	24.497,45
8.1.9.60.00-001	JUROS PASSIVOS - FNDCT	(449.376.224,80)
8.1.9.60.00-003	JUROS SELIC - FAT	(456.512,92)
8.1.9.60.00-004	JUROS TJLP - FAT	(3.123.188,77)
8.1.9.60.00-006	JUROS PRÓ-RATA RECURSOS FNDCT	(9.207.419,24)
8.1.9.60.00-013	JUROS SELIC -FAT INOVACRED MPE	(17.858,33)
8.1.9.60.00-014	JUROS TJLP - FAT INOVACRED MPE	(1.016.554,84)
8.1.9.60.00-015	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA PASSIVA	(24.192.488,53)
8.1.9.60.00-016	CAPITALIZ DÍVIDA FNDCT VAR TX	(52.884.726,54)
8.1.9.60.00-099	REM EXTRAMERCADO RECURSOS TERC	(20.235.451,52)

**- PROVISÃO PARA PERDAS****(73.134.788,67)**

8.1.8.30.30-001	PCLD DEDUTÍVEL	(183.155.665,37)
7.1.9.90.30-001	REVERSÃO PCLD DEDUTÍVEL	263.235.336,16
8.1.8.30.30-002	PCLD INDEDUTÍVEL	(651.135.349,48)
7.1.9.90.30-002	REVERSÃO PCLD INDEDUTÍVEL	497.920.890,02

**RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (10 - 15)****138.834.899,02****OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS****159.213.674,15****- RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS****66.771.283,13**

7.1.7.99.00-001	RENDAS ADMINISTRAÇÃO FNDCT	65.048.558,42
7.1.7.99.00-002	RENDAS ADMINISTRAÇÃO FUNTTEL	546.254,12
7.1.7.99.00-003	RENDAS ADMINISTRAÇÃO FNS	1.176.470,59

**-RENDAS DE TARIFAS BANCÁRIAS****22.866.178,99**

7.1.7.98.04-001	TARIFA INSPEÇÃO ACOMPANHAMENTO	18.401.784,38
7.1.7.98.04-002	TARIFA ALTERAÇÃO DE GARANTIAS	252.666,35
7.1.7.98.04-003	TARIFA RESEVA DE CRÉDITO	3.762.981,24
7.1.7.98.04-004	TARIFA RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS	328.747,02
7.1.7.98.04-006	OUTRAS TARIFAS	120.000,00

**-DESPESA DE PESSOAL****(286.288.001,79)****HONORÁRIOS****(3.428.796,79)**

8.1.7.18.30-001	DIRETORIA EXECUTIVA HONORÁRIOS	(2.276.411,11)
8.1.7.18.30-002	13º SALÁRIO DIRETORIA	(422.251,59)
8.1.7.18.30-003	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	(217.749,89)
8.1.7.18.30-004	COMITÊ DE AUDITORIA	(143.483,76)
8.1.7.18.30-006	FÉRIAS E ADICIONAIS DIRETORIA	(223.041,90)
8.1.7.18.10-8	CONSELHO FISCAL	(145.858,54)

<b>BENEFÍCIOS</b>		<b>(28.717.218,44)</b>
8.1.7.27.00-001	VALE TRANSPORTE	(481.224,33)
8.1.7.27.00-002	AUXÍLIO TREINAMENTO	(109.048,79)
8.1.7.27.00-003	AUXÍLIO EDUCAÇÃO DEPENDENTES	(2.615.145,41)
8.1.7.27.00-004	AUXÍLIO MORADIA/AJUDA DE CUSTO	(643.890,51)
8.1.7.27.00-005	AUXÍLIO FUNERAL	(2.009,96)
8.1.7.27.00-006	ASSISTÊNCIA MÉDICA ATIVOS	(6.975.023,75)
8.1.7.27.00-007	ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA	(2.037.948,65)
8.1.7.27.00-008	PAT	(13.092.326,26)
8.1.7.27.00-010	OUTROS BENEFÍCIOS FUNCIONÁRIOS	(50.038,22)
8.1.7.27.00-011	ASSISTÊNCIA MÉDICA APOSENTADOS	(2.262.584,79)
8.1.7.27.00-012	BENEFÍCIOS DIRETORIA	(176.247,84)
8.1.7.27.00-099	PROVISÃO ACT - BENEFÍCIOS	(271.729,93)
<b>ENCARGOS</b>		<b>(63.216.582,88)</b>
<b>FGTS</b>		<b>(13.365.940,16)</b>
8.1.7.30.10-001	FGTS FUNCIONÁRIOS	(11.943.003,91)
8.1.7.30.10-002	FGTS - 13 SALÁRIO FUNCIONÁRIOS	(1.015.288,50)
8.1.7.30.10-003	FGTS DIRETORIA	(188.176,98)
8.1.7.30.10-004	FGTS 13 SALÁRIO DIRETORIA	(6.676,23)
8.1.7.30.10-099	PROVISÃO ACT - FGTS	(212.794,54)
<b>PREVIDÊNCIA SOCIAL</b>		<b>(40.645.273,05)</b>
8.1.7.30.50-001	PREV. SOCIAL FUNCIONÁRIOS	(36.267.077,38)
8.1.7.30.50-002	PREV SOCIAL 13 SAL FUNCIONÁRIO	(3.044.907,77)
8.1.7.30.50-003	PREV. SOCIAL DIRETORIA	(528.485,19)
8.1.7.30.50-004	PREV. SOCIAL 13 SAL DIRETORIA	(34.929,23)
8.1.7.30.50-099	PROVISÃO ACT - PREV. SOCIAL	(769.873,48)
<b>PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR</b>		<b>(9.205.369,67)</b>
8.1.7.30.60-001	PREV COMPLEMENTAR FUNCIONÁRIOS	(9.039.436,96)
8.1.7.30.60-099	PROVISÃO ACT - PREV. COMPLEMEN	(165.932,71)
<b>PROVENTOS</b>		<b>(188.129.833,06)</b>
8.1.7.33.00-001	SALÁRIOS	(112.909.479,88)
8.1.7.33.00-002	GRATIFICAÇÕES EXERCÍCIO FUNÇÃO	(11.145.549,36)
8.1.7.33.00-003	HORAS EXTRAS	(134.205,94)
8.1.7.33.00-004	VANTAGENS PESSOAIS	(4.559.483,63)
8.1.7.33.00-005	FÉRIAS	(10.468.457,44)
8.1.7.33.00-006	FÉRIAS - ABONO CONSTITUCIONAL	(7.574.780,04)
8.1.7.33.00-007	FÉRIAS - ABONO PECUNIÁRIO	(2.572.404,12)
8.1.7.33.00-008	ADICIONAL POR TITULAÇÃO	(3.769.606,05)
8.1.7.33.00-009	AVISO PRÉVIO	(7.943,49)
8.1.7.33.00-011	ADICIONAIS	(82.438,01)
8.1.7.33.00-012	ACORDOS TRABALHISTAS	(1.917.422,04)
8.1.7.33.00-013	PLANOS DE DEMISSÕES ASSISTIDAS	(20.584.435,40)
8.1.7.33.00-014	REQUISITADOS - RESSARCIMENTOS	(29.859,77)
8.1.7.33.00-015	13º SALÁRIO	(12.337.753,80)
8.1.7.33.00-017	PROVISÃO FÉRIAS E ENCARGOS	3.228.243,06
8.1.7.33.00-019	SENTENÇA JUDICIAL TRABALHISTA	(287.282,93)
8.1.7.33.00-099	PROVISÃO ACT - PROVENTOS	(2.976.974,22)
<b>TREINAMENTO</b>		<b>(1.134.874,02)</b>
8.1.7.36.00-001	TREINAMENTO INTERNO	(407.320,00)
8.1.7.36.00-002	TREINAMENTO EXTERNO	(727.554,02)
<b>REMUNERAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS</b>		<b>(1.660.696,60)</b>
8.1.7.37.00-0	DESPESAS DE REMUNERAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS	(1.660.696,60)

<b>-OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>	<b>(99.607.906,10)</b>
<b>DESPESA DE ÁGUA, ENERGIA E GÁS</b>	<b>(176.657,83)</b>
8.1.7.03.00-001 DESPESA DE ÁGUA	(7.345,69)
8.1.7.03.00-002 DESPESA DE ENERGIA	(169.312,14)
<b>DESPESAS DE ALUGUEIS</b>	<b>(45.222.507,93)</b>
<b>BENS IMÓVEIS</b>	<b>(44.073.108,84)</b>
8.1.7.06.00-001 IMÓVEIS - PESSOA JURÍDICA	(22.729.523,45)
8.1.7.06.00-003 CONDOMÍNIOS	(9.023.679,88)
8.1.7.06.00-007 MULTAS/PENALIDADES RECISORIAS	(12.319.905,51)
<b>BENS MÓVEIS</b>	<b>(1.149.399,09)</b>
8.1.7.06.00-004 MOBILIÁRIO	(1.148.484,09)
8.1.7.06.00-006 MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	(915,00)
<b>DESPESAS DE COMUNICAÇÕES</b>	<b>(274.765,44)</b>
8.1.7.12.00-001 TELEFONES	(71.556,72)
8.1.7.12.00-002 CORREIOS	(200.525,11)
8.1.7.12.00-003 OUTROS SERVIÇOS DE ENTREGA	(2.683,61)
<b>DESPESAS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS</b>	<b>(1.999.616,31)</b>
8.1.7.21.00-001 MATERIAIS ELÉTRICOS	(5.079,92)
8.1.7.21.00-002 MATERIAIS HIDRÁULICOS	(830,49)
8.1.7.21.00-003 MATERIAIS DIVERSOS	(21.230,07)
8.1.7.21.00-004 SERVIÇOS PJ-BENS IMÓVEIS	(1.762.557,69)
8.1.7.21.00-005 SERVIÇOS PJ-MOBILIÁRIO	(17.074,00)
8.1.7.21.00-006 SERVIÇOS PJ-MÁQ E EQUIPAMENTOS	(146.690,24)
8.1.7.21.00-009 SERVIÇOS PF-MÁQ E EQUIPAMENTOS	(21.290,00)
8.1.7.21.00-010 MATERIAIS ELÉTRICOS USO DIRETO	(2.398,10)
8.1.7.21.00-011 MATERIAIS DIVERSOS USO DIRETO	(22.465,80)
<b>DESPESAS DE MATERIAL</b>	<b>(201.120,77)</b>
8.1.7.24.00-001 MATERIAL DE EXPEDIENTE	(113.104,43)
8.1.7.24.00-002 LIVROS E CONGENÊRES	(1.590,50)
8.1.7.24.00-003 MATERIAL EXPEDIENTE USO DIRETO	(16.599,03)
8.1.7.24.00-004 MAT. DE INFORMÁTICA USO DIRETO	(468,62)
8.1.7.24.00-005 MATERIAL DE INFORMÁTICA	(776,50)
8.1.7.24.00-100 OUTROS MATERIAIS	(68.581,69)
<b>DESPESAS DE PROCESSAMENTO DE DADOS</b>	<b>(9.839.460,83)</b>
8.1.7.39.00-001 CONSULTORIA EM TI - PJ	(1.148.355,88)
8.1.7.39.00-003 OUTROS SERVIÇOS TI - PJ	(7.288.541,09)
8.1.7.39.00-005 ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS TI	(1.363.818,09)
8.1.7.39.00-006 EQUIPAMENTOS NÃO ATIVÁVEIS	(12.999,97)
8.1.7.39.00-007 LICENÇ. SOFTWARE NÃO ATIVÁVEIS	(25.745,80)
<b>DESPESAS DE PROMOÇÕES E RELAÇÕES PÚBLICAS</b>	<b>(5.811.794,26)</b>
8.1.7.42.00-001 EXPOSIÇÕES CONGRESSOS PRÓPRIOS	(2.159.503,59)
8.1.7.42.00-010 OUTROS PATROCÍNIOS INDEDUT.	(585.000,00)
8.1.7.42.00-011 ASSESSORIA DE IMPRENSA	(3.067.290,67)
<b>DESPESAS DE PUBLICAÇÕES</b>	<b>(77.908,53)</b>
8.1.7.48.00-001 PUBLICIDADE LEGAL	(77.908,53)
<b>DESPESAS DE SEGUROS</b>	<b>(8.472,97)</b>
8.1.7.51.00-003 EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS	(8.472,97)
<b>DESPESAS DE SERVIÇOS DO SISTEMA FINANCEIRO</b>	<b>(51.073,95)</b>
<b>8.1.7.54.00-7 DESPESAS DE SERVIÇOS DO SISTEMA FINANCEIRO</b>	<b>(51.073,95)</b>
8.1.7.54.00-001 TARIFAS BANCÁRIAS	(51.073,95)



<b>DESPESAS DE SERVIÇOS DE TERCEIROS</b>		<b>(7.555.520,40)</b>
8.1.7.57.00-002	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	(1.904.661,10)
8.1.7.57.00-003	MENOR APRENDIZ	(427.785,19)
8.1.7.57.00-004	APOIO ADMINISTRATIVO	(2.390.041,57)
8.1.7.57.00-006	SERVIÇOS AUDIOVISUAIS	(262.749,79)
8.1.7.57.00-007	SERVIÇOS GRÁFICO-VISUAIS	(276.591,16)
8.1.7.57.00-008	REPRODUÇÃO DE DOCUMENTOS	(468.031,33)
8.1.7.57.00-009	QUALIDADE DE VIDA	(337.223,90)
8.1.7.57.00-010	ARMAZENAGEM DE DOCUMENTOS	(722.035,88)
8.1.7.57.00-012	SERV. MED/LABORAT. ADMISSIONAL	(71.122,50)
8.1.7.57.00-013	REV. TEXTOS/TRADUÇÃO E RECORTE	(15.184,48)
8.1.7.57.00-014	SERVIÇOS MÉDICOS - PERIÓDICOS	(622.599,45)
8.1.7.57.00-015	AGENCIAMENTO DE VIAGENS	(19.085,04)
8.1.7.57.00-016	SERVIÇOS JURÍDICOS - PF	(7.913,09)
8.1.7.57.00-019	INSS AUTÔNOMOS	(24.193,74)
8.1.7.57.00-020	OUTROS SERVIÇOS	(6.302,18)
<b>DESPESAS DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA</b>		<b>(1.983.986,48)</b>
8.1.7.60.00-8	DESPESAS DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	(1.983.986,48)
<b>DESPESAS DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS</b>		<b>(3.686.349,83)</b>
8.1.7.63.00-001	CONSULTORIA - ADMINIST. PJ	(473.583,40)
8.1.7.63.00-002	CONSULTORIA - JURÍDICA PJ	(703.570,53)
8.1.7.63.00-003	CONSULTORIA - PROJETOS PJ	(79.347,25)
8.1.7.63.00-015	AUDITORIA EXTERNA	(210.893,33)
8.1.7.63.00-018	PERÍCIAS	(25.700,61)
8.1.7.63.00-019	MICROFILMAGEM	(1.580.864,00)
8.1.7.63.00-020	SERASA	(368.820,31)
8.1.7.63.00-021	CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	(180.421,10)
8.1.7.63.00-030	OUTROS SERVIÇOS TÉC. ESPEC.	(63.149,30)
<b>DESPESAS DE TRANSPORTE</b>		<b>(1.121.816,78)</b>
8.1.7.66.00-001	LOCAÇÃO DE VEÍCULOS	(148.425,73)
8.1.7.66.00-002	LOCOMOÇÃO URBANA	(106.470,55)
8.1.7.66.00-004	FRETES E ENTREGAS - PJ	(45.039,33)
8.1.7.66.00-006	SERVIÇO DE MOTORISTAS - LMO	(354.824,98)
8.1.7.66.00-007	SERVIÇO TRANSPORTE EXECUTIVO	(467.056,19)
<b>DESPESAS DE VIAGENS AO EXTERIOR</b>		<b>(693.619,50)</b>
8.1.7.72.00-001	DIÁRIAS EXTERIOR - DIRETORIA	(103.245,61)
8.1.7.72.00-002	PASSAGENS AÉREAS - DIRET. EXT.	(52.275,63)
8.1.7.72.00-004	DIÁRIAS EXTERIOR FUNCIONÁRIOS	(271.741,94)
8.1.7.72.00-005	PASSAGENS AÉREAS-FUNC. EXT.	(253.014,98)
8.1.7.72.00-008	SEGURO VIAGENS INTERNACIONAIS	(13.341,34)
<b>DESPESAS DE VIAGENS NO PAÍS</b>		<b>(5.511.471,61)</b>
8.1.7.75.00-001	DIÁRIAS NACIONAIS - DIRETORIA	(112.631,56)
8.1.7.75.00-002	PASSAGENS AÉREAS - DIRET. NAC.	(375.314,07)
8.1.7.75.00-004	DIÁRIAS NACIONAIS FUNCIONÁRIOS	(1.536.333,66)
8.1.7.75.00-005	PASSAGENS AÉREAS-FUNC. NAC.	(2.769.650,39)
8.1.7.75.00-007	DIÁRIAS COLABORADOR EVENT NAC	(190.570,00)
8.1.7.75.00-008	SEGURO VIAGENS NACIONAIS	(9.064,33)
8.1.7.75.00-009	TAXA REMARCAÇÃO NACIONAL	(12.549,33)
8.1.7.75.00-010	REEMB. PASSAGENS AÉREAS NAC	(28.050,72)
8.1.7.75.00-011	PASSAGEM COLABORADOR EVENT NAC	(477.307,55)

<b>OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>		<b>(4.849.615,95)</b>
8.1.7.99.00-001	HIGIENE E LIMPEZA	(2.149,45)
8.1.7.99.00-002	COPA E COZINHA	(43.484,61)
8.1.7.99.00-003	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	(44.086,60)
8.1.7.99.00-004	FARMACOLÓGICO	(7.242,27)
8.1.7.99.00-007	ASSINATURA DE PERIÓDICOS	(34.975,65)
8.1.7.99.00-009	CUSTAS JUDICIAIS	(421.280,57)
8.1.7.99.00-010	EMOLUMENTOS CARTORÁRIOS	(53.212,83)
8.1.7.99.00-012	REEMBOLSOS	(23.435,93)
8.1.7.99.00-014	ATUALIZAÇÃO DE CAUÇÕES	(29.996,77)
8.1.7.99.00-020	OUTROS MATERIAIS	(1.980,13)
8.1.7.99.00-100	JUROS E MULTAS S/ PGTO ATRASO	(4.173.219,95)
8.1.7.99.00-101	OUTRAS DESP ADMINISTRATIVAS	(2.356,61)
8.1.7.99.00-201	HIGIENE E LIMPEZA USO DIRETO	(4.116,26)
8.1.7.99.00-202	COPA E COZINHA USO DIRETO	(7.136,70)
8.1.7.99.00-203	GÊNERO ALIMENTÍCIO USO DIRETO	(941,62)
<b>DESPESAS DE AMORTIZAÇÃO</b>		<b>(6.207.826,75)</b>
8.1.8.10.20-2	DESP. D/AMORT. - INTANGIVEL	(6.207.826,75)
<b>DESPESAS DE DEPRECIAÇÃO</b>		<b>(4.334.319,98)</b>
8.1.8.20.00-001	DEPRECIAÇÃO SALAS E ESCRIT.	(159.970,07)
8.1.8.20.00-002	DEPRECIAÇÃO AAP	(763.641,26)
8.1.8.20.00-003	DEPRECIAÇÃO BENF IMÓVEIS TERC	(2.219.255,87)
8.1.8.20.00-004	DEPRECIAÇÃO INSTALAÇÕES	(34.489,37)
8.1.8.20.00-005	DEPRECIAÇÃO MÁQ, UTENS. EQUIP.	(86.717,42)
8.1.8.20.00-006	DEPRECIAÇÃO MOBILIÁRIO	(224.074,23)
8.1.8.20.00-007	DEPRECIAÇÃO SIST COMUNIC EQUIP	(132.461,64)
8.1.8.20.00-008	DEPRECIAÇÃO SIST PROCES. DADOS	(713.710,12)
<b>-DESPESAS TRIBUTÁRIAS</b>		<b>(39.370.812,52)</b>
8.1.7.69.00-001	IPTU	(1.331.171,54)
8.1.7.69.00-002	TAXA DE INCÊNDIO	(13.532,13)
8.1.7.69.00-003	TAXA DE INSPEÇÃO SANITÁRIA	(1.503,91)
8.1.7.69.00-004	FORO E LAUDÊMIO	(42.204,15)
8.1.7.69.00-005	IOF	(5.509,83)
8.1.9.30.00-3	DESPESAS DE CONTRIBUIÇÃO AO COFINS	(32.668.293,30)
8.1.9.33.00-0	DESPESAS DE CONTRIBUIÇÃO AO PIS/PASEP	(5.308.597,66)

<b>- OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>514.325.972,61</b>
7.1.9.30.00-001 RESSARCIMENTO FNDCT	40.000.000,00
7.1.9.30.00-006 OUTRAS RECUPERAÇÕES	1.733.433,32
7.1.9.90.99-002 REVERSÃO CONTINGÊNCIAS CÍVEIS	25.836.403,65
7.1.9.90.99-999 DIVERSAS	127.211,38
7.1.9.99.00-001 REMUNER APLIC TESOIRO NACIONAL	438.069.031,10
7.1.9.99.00-002 VARIAÇÃO MONET OUTROS CRÉDITOS	3.265.658,52
7.1.9.99.00-003 JUROS SELIC CRÉDITO TRIBUTÁRIO	3.435.568,66
7.1.9.99.00-004 GANHOS EM ESTOQUE	4.998,63
7.1.9.99.00-099 RENDAS DE OUTROS CRÉDITOS	1.803.471,20
7.1.9.90.99-100 MULTAS CONTRATOS ADM	50.196,15
<b>- OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(19.483.040,17)</b>
8.1.8.30.99-0 OUTRAS	(5.442,44)
8.1.8.40.10-001 TRABALHISTAS	(7.532.262,19)
8.1.8.40.10-002 CÍVEIS	(10.626.328,40)
8.1.9.99.00-002 ENTIDADES REPRESENT. DE CLASSE	(1.254.320,34)
8.1.9.99.00-003 PERDAS EM ESTOQUE	(5.010,41)
8.1.9.99.00-099 PERDAS OUTRAS CONTAS A RECEBER	(59.676,39)
<b>RESULTADO OPERACIONAL (20 + 50)</b>	<b>298.048.573,17</b>
<b>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS (828 e 830)</b>	<b>842.016,76</b>
7.3.1.50.00-4 LUCROS ALIENAÇÃO DE VLRS/BENS	1.003.970,76
8.3.9.99.00-001 DOAÇÕES INDEDUTÍVEIS	(161.954,00)
<b>RESULTADO ANTES DO IRPJ E DA CSLL (60 + 65)</b>	<b>298.890.589,93</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>(106.298.894,63)</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE</b>	<b>(192.261.482,31)</b>
8.9.4.10.10-9 PROV IRPJ - VALORES CORRENTES	(105.928.446,20)
8.9.4.20.10-6 PROV CSLL - VALORES CORRENTES	(86.333.036,11)
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS</b>	<b>85.962.587,68</b>
8.9.4.10.30-5 ATIVO FISCAL DIFERIDO - IRPJ	48.485.675,21
8.9.4.20.30-2 ATIVO FISCAL DIFERIDO - CSLL	37.476.912,47
<b>RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES</b>	<b>192.591.695,30</b>
<b>PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS E ADMINISTRADORES NO LUCRO</b>	<b>(12.421.079,92)</b>
8.9.7.10.10-8 ADMINISTRADORES	(387.517,58)
8.9.7.10.20-1 EMPREGADOS	(12.033.562,34)
<b>LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO (75 - 80 - 85)</b>	<b>180.170.615,38</b>



## **FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP**

### **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**EXERCÍCIO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

## ***Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis***

Ao

Acionista, ao Conselho de Administração e a Diretoria Executiva da  
**Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP**  
Rio de Janeiro -RJ

### **Opinião**

---

Examinamos as demonstrações contábeis da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Financiadora de Estudos e Projetos –FINEP em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para Opinião**

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a FINEP de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principais assuntos de auditoria (PAA)**

---

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos:

#### **Ambiente de tecnologia da informação**

Considerando a natureza de suas operações, a Empresa depende do funcionamento apropriado da estrutura sistêmica e de tecnologia da Informação.

Os riscos inerentes à tecnologia da informação, associados a processos e controles que suportam o processamento do sistema de tecnologia existente, podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis.

Diante o exposto, consideramos o ambiente de tecnologia da informação como um dos principais assuntos de auditoria.

## **Como conduzimos o assunto em nossa auditoria**

No curso de nossos exames foram avaliados os sistemas utilizados pela Empresa e suas integrações com o sistema contábil.

Tendo em vista a falta de integração dos sistemas e a necessidade de planilhas de controles internos para os registros contábeis, tais sistemas foram considerados ineficazes, contudo, efetuamos testes dos controles gerais e, quando aplicável, testes nos controles compensatórios de tecnologia da informação para os sistemas considerados relevantes no contexto da auditoria, principalmente, aos processos de gestão dos contratos de Operações de Crédito. Também testamos a eficácia dos controles automatizados considerados relevantes, os quais suportam os processos significativos de negócios e os respectivos registros contábeis das operações.

Através dos resultados obtidos dos trabalhos mencionados, determinamos a natureza e a extensão de nossos procedimentos de auditoria e consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia, associados aos controles compensatórios e testes realizados, proporcionaram uma base razoável para a auditoria sobre as demonstrações contábeis.

## **Provisão para perdas sobre as operações de crédito**

Conforme mencionado nas notas explicativas nºs 9 e 24.2 das demonstrações contábeis, para fins de mensuração da provisão para perdas sobre as Operações de Crédito, a Empresa aplica inicialmente para as parcelas relativas à provisão para perda dedutível para fins fiscais os fundamentos nos artigos 90 e 120 da Lei nº 9.430 de 1996. Para mensuração das provisões para perda indedutível para fins fiscais, a Empresa baseia-se na NBC TG 48 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e em sua metodologia interna, para determinar a melhor estimativa de perdas da carteira. Devido à relevância das operações de crédito e ao grau de julgamento relacionado à estimativa de provisão para perdas, consideramos que este é um dos principais assuntos de auditoria.

## **Como conduzimos o assunto em nossa auditoria**

Avaliamos os controles internos relevantes para a constituição da provisão para perdas, avaliamos os controles gerais de tecnologia da informação e controles chaves relativos aos processos de mensuração da provisão e as principais premissas utilizadas no cálculo da provisão para perdas.

Nós também avaliamos, com base em amostragem, se a Empresa atendeu as premissas relacionados com a apuração da provisão para perdas. Analisamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas nas notas explicativas nºs 9 e 24.2, estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos razoável o nível de provisionamento em relação ao previsto nas políticas internas e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis.

## **Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos - Ativo**

Conforme descrito nas notas explicativas nº 11 das demonstrações contábeis, a Empresa constitui seu Ativo Fiscal Diferido tomando como base a NBC TG 32 (R3) – Tributo sobre o Lucro, atendendo as seguintes premissas: (a) sobre Prejuízos Fiscais e Bases Negativas Existentes; (b) sobre as Diferenças Temporárias; e (c) Compensação futura de créditos Fiscais não utilizados.

Devido a subjetividade a esse processo, uma vez que a utilização de diferentes premissas na projeção do lucro tributário poderia modificar significativamente os prazos e os valores previstos para a realização dos créditos tributários, consideramos essa área como um dos principais assuntos de nossa auditoria.

## **Como conduzimos o assunto em nossa auditoria**

Avaliamos os controles internos relevantes, e com o auxílio dos nossos especialistas tributários, nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) o entendimento e avaliação da metodologia e das premissas utilizadas nas projeções de lucros tributários futuros estimados pela Administração, além do confronto das bases utilizadas para a elaboração das projeções com os registros contábeis; (ii) avaliação da razoabilidade e recálculo das projeções relevantes, considerando as premissas estimadas pela Administração; e (iii) avaliamos a razoabilidade das constituições com base nos pressupostos disponíveis na NBC TG 32 (R3) – Tributo sobre o Lucro.

Adicionalmente, verificamos a adequação das divulgações da Empresa, as quais estão incluídas na nota explicativa 11.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos razoável o nível de constituição e as divulgações no contexto das demonstrações contábeis.

## **Benefícios a empregados**

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 35 das demonstrações contábeis, a Empresa é copatrocinadora da Fundação de Previdência dos Empregados da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA (FIEPCq), entidade fechada de previdência complementar com patrimônio próprio que assegura a complementação de benefícios de aposentadoria a seus funcionários. As obrigações desses planos são calculadas com referência a uma série de premissas atuariais, incluindo taxa de desconto, inflação e taxa de mortalidade. Devido à complexidade e julgamento envolvidos no tratamento e mensuração dessas premissas e ao impacto relevante que eventuais mudanças teriam sobre as demonstrações contábeis, consideramos que este é um dos principais assuntos de auditoria.

## **Como conduzimos o assunto em nossa auditoria**

Avaliamos junto ao especialista contratado pela Empresa a natureza, época e extensão dos procedimentos a serem adotados. Para garantirmos os dados utilizados pelo especialista, verificamos a base de dados, as análises dos dados por parte dos especialistas e as respostas da Empresa aos questionamentos do especialista contratado. Realizamos análise da razoabilidade e sensibilidade das principais premissas utilizadas e informadas nos relatórios atuariais dos planos de benefícios relevantes. Além dos procedimentos informados, verificamos a adequabilidade das premissas utilizadas conforme disposto na NBC TG 33 (R2) – Benefícios a Empregados.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequada a mensuração das obrigações atuariais no contexto das demonstrações contábeis.

## **Outros assuntos**

---

### **Demonstração do valor adicionado**

A demonstração consolidada do valor adicionado (DVA), e referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da FINEP, e apresentada como informação suplementar para fins com as práticas contábeis adotadas no Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados com a auditoria das demonstrações contábeis da Empresa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e é consistente em relação às demonstrações contábeis.



## **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A Administração da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP é responsável por essas outras informações que acompanham as demonstrações contábeis.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange essas informações e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Não temos nada a declarar a esse respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade da entidade e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou

condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas, de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do período corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação poderiam, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 2019

TATICCA  
Auditores Independentes  
CRC 2SP-03.22.67/O-1-S-RJ



Aderbal Alfonso Hoppe  
Contador CRC-1SCo20036/O-8-T-SP-S-RJ

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DA FINEP

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**PARECER SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA  
FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – Finep  
REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2018**

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO da FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS (Finep), em reunião conjunta com o Conselho Fiscal, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, considerando o exame das DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - Finep, com base no Relatório dos Auditores Independentes TATICCA S.S., de 15/02/2019, na RES/DIR/0058/2019, de 28/02/2019, no Relatório de Auditoria Interna nº 01/2019, de 14/03/2018, na manifestação do Comitê de Auditoria – COAUD, de 08/03/2019, no Balanço Patrimonial e demais peças contábeis referentes ao exercício de 2018, que compõem o processo de Prestação de Contas Anual da Finep, manifesta-se favoravelmente a sua aprovação e atesta a sua conformidade para fins de submissão à Assembleia Geral Ordinária da Finep.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2019.



ÁLVARO TOUBES PRATA

Presidente em Exercício do Conselho de Administração



WALDEMAR BARROSO MAGNO NETO  
Conselheiro Representante da FINEP



HELIO SARAIVA FRANCA  
Conselheiro



FRANCISCO GAETANI  
Conselheiro



MAURÍCIO MARQUES  
Conselheiro

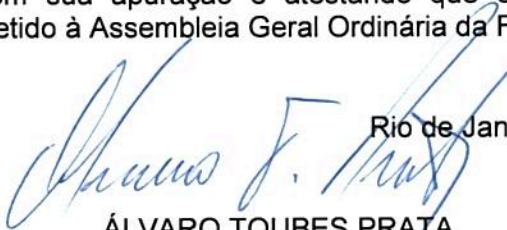
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DA Finep

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**PARECER SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA  
FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – Finep  
DESTINAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2018**

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO da FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS (Finep), no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do RELATÓRIO DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2018 em relação à DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SOCIAL DA FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - Finep, no que se refere aos seguintes temas: (i) Constituição de Reserva Legal; (ii) Juros sobre Capital Próprio à União e Dividendos; (iii) Proposta de provisão a título de Participação nos Lucros ou Resultados para os empregados e de Remuneração Variável Anual para os dirigentes; e (iv) Constituição de Reserva para Margem Operacional referente ao saldo remanescente dos Lucros Acumulados do Exercício de 2018, com base nos documentos apresentados, estando de acordo com sua apuração e atestando que o assunto encontra-se em condições de ser submetido à Assembleia Geral Ordinária da Finep.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2019.



ÁLVARO TOUBES PRATA

Presidente em Exercício do Conselho de Administração



WALDEMAR BARROSO MAGNO NETO

Conselheiro Representante da Finep



HELIO SARAIVA FRANCA

Conselheiro



FRANCISCO GAETANI

Conselheiro



MAURÍCIO MARQUES

Conselheiro



**PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DA FINEP****CONSELHO FISCAL****PARECER SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP E DESTINAÇÃO DE RESULTADOS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2018**

O CONSELHO FISCAL da FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP, no uso de suas atribuições legais e estatutárias e considerando:

- o relatório da Auditoria Interna nº 09/2018, de 21/02/2019, sem ressalvas às Demonstrações Contábeis apresentadas pelo Departamento de Contabilidade da FINEP – DCNT1 atestando que as citadas demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31/12/2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e
- o parecer da Taticca Auditores Independentes S.S., datado de 15/02/2019, sem ressalvas, certificando que as demonstrações contábeis refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31/12/2018, o desempenho de suas operações e seu fluxo de caixa para o exercício findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil,

MANIFESTA-SE FAVORAVELMENTE às DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP E DESTINAÇÃO DE RESULTADOS, REFERENTE AO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2018, no que se refere a: (i) Constituição de Reserva Legal; (ii) Juros sobre Capital Próprio à União e Dividendos; (iii) Proposta de provisão a título de Participação nos Lucros ou Resultados para os empregados e de Remuneração Variável Anual para os dirigentes; e (iv) Constituição de Reserva para Margem Operacional referente ao saldo remanescente dos Lucros Acumulados do Exercício de 2018.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2019



**JOHNNY FERREIRA DOS SANTOS**  
Conselheiro Presidente



**ROSILENE OLIVEIRA DE SOUZA**  
Conselheira



**CRISTINA VIDIGAL CABRAL DE MIRANDA**  
Conselheira

[www.finep.gov.br](http://www.finep.gov.br)

**Rio de Janeiro**  
Ventura Corporate Towers  
Av. República do Chile, 330  
Torre Oeste – 10º - 11º - 12º -  
15º - 16º e 17º Andares –  
Centro, 20031-170 - Rio de  
Janeiro - RJ  
t. (21) 2555 0330

**São Paulo**  
JK Financial Center  
Av. Presidente Juscelino  
Kubitschek, 510 - 9º Andar  
Itaim Bibi  
04543-000 - São Paulo - SP  
t. (11) 3847 0300

**Brasília**  
Ed. Santos Dumont  
SHIS, QI 1 - Conjunto B  
Bloco D - 1º Subsolo  
Lago Sul  
71605-190 - Brasília - DF  
t. (61) 3035 7150

**Fortaleza**  
Av. Dom Luis, 807  
20º e 21º Andares  
Meireles  
60160-230 - Fortaleza - CE  
t. (21) 971817035

**Florianópolis**  
Parque Tec Alfa – Ed. Celta -  
Rod. José Carlos Daux, 600 (SC  
- 401 - Km 01) - João Paulo  
88030-000 - Florianópolis - SC  
t. (21) 995603119

**SAC**  
t. (21) 2555 0555  
[sac@finep.gov.br](mailto:sac@finep.gov.br)  
**Ouvidoria**  
t. (21) 2557 2414  
[ouvidoria@finep.gov.br](mailto:ouvidoria@finep.gov.br)

1 **RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA – COAUD**

2 31 de dezembro de 2018.

3

4 **INTRODUÇÃO:**

5 O Regimento Interno do Comitê de Auditoria (COAUD) da Financiadora de Inovação  
6 e Pesquisa (FINEP), aprovado pelo Conselho de Administração em 23 de março de 2018,  
7 caracteriza o comitê como um órgão colegiado auxiliar ao Conselho de Administração, ao  
8 qual se reporta com funcionamento permanente e com atribuições previstas no Estatuto  
9 Social, Lei no. 13.303/2016 e decreto no. 8.945/2016.

10 Ao Comitê de Auditoria compete, principalmente, opinar sobre a contratação e a destituição  
11 de auditor independente; acompanhar o procedimento licitatório para contratação de  
12 auditoria independente; supervisionar as atividades dos auditores independentes,  
13 avaliando independência, qualidade e adequação dos serviços à FINEP; supervisionar as  
14 atividades desenvolvidas nas áreas de controle interno, de auditoria interna e da  
15 elaboração das demonstrações financeiras da FINEP; monitorar a qualidade e a  
16 integridade dos mecanismos de controle interno, das demonstrações financeiras e das  
17 medições divulgadas pela FINEP; avaliar e monitorar as ações de exposição de risco e a  
18 adequação das transações com partes relacionadas; assessorar o Conselho de  
19 Administração no que concerne ao exercício das funções de auditoria e fiscalização;  
20 exercer funções do Comitê de Elegibilidade e publicar, em conjunto com as demonstrações  
21 contábeis, resumo deste Relatório de Atividades do COAUD/FINEP.

22 Em cumprimento ao estabelecido no Plano de Trabalho do COAUD para o exercício de  
23 2018, esse relatório trata dos Assuntos do COAUD acerca das Atividades Desempenhadas  
24 pelo Comitê no período de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018. Neste relato,  
25 toma-se por base o item XVIII referente ao Capítulo V – Competências – do REGIMENTO  
26 INTERNO DO COMITÊ DE AUDITORIA DA FINEP - COAUD-FINEP - aprovado na 4ª  
27 Reunião do Comitê de Auditoria da FINEP de 23/02/2018 que determina a submissão  
28 desse relatório tanto ao Conselho de Administração como ao Conselho Fiscal ao final dos  
29 semestres findos em 30 de junho e 31 de dezembro.

30 É parte desse Relatório os seguintes itens:

31 a. Atividades exercidas no período;

- 32           b. Avaliação da efetividade dos sistemas de controle interno da FINEP, observado o  
33           disposto na legislação vigente e destacando as deficiências identificadas;  
34           c. Descrição da efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto  
35           à verificação do cumprimento de dispositivos legais, regulamentares e  
36           normativos internos, destacando as eficiências identificadas;  
37           d. Avaliação da qualidade das demonstrações contábeis relativas aos períodos,  
38           quanto à aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil, destacando as  
39           deficiências identificadas.

40       Em adição a essas atribuições regimentais estão às atividades referentes ao Comitê de  
41       Elegibilidade Estatutário da FINEP exercidas pelos membros do COAUD.

42

#### 43       **HISTÓRICO DA COMPOSIÇÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA:**

44           A partir da nomeação dos membros do Comitê de Auditoria da FINEP (COAUD),  
45       deliberada pelo Conselho de Administração da instituição em 26 de junho de 2017  
46       (DEL/CA/029/17), os três membros do Comitê de Auditoria (COAUD) assumiram seus  
47       mandatos em 09 de agosto de 2017. Desde então, o COAUD/FINEP tem a seguinte  
48       composição: Adriana Baraldi Alves dos Santos - Membro Coordenador, área do  
49       conhecimento Inovação; Antônio Carlos de Azevedo Lobão - Membro, área de  
50       conhecimento Economia e Ronaldo Frois de Carvalho - Membro, área de conhecimento  
51       Contabilidade Societária.

52       Em 29 de junho de 2018, o Conselho de Administração da FINEP, no uso de suas  
53       atribuições deliberou que essa formação do COAUD será mantida da seguinte maneira a  
54       partir do primeiro ano de mandato (DEL/CA/027/2018):

- 55           I. Adriana Baraldi Alves dos Santos - Membro Coordenador: mandato prorrogado em  
56           um ano, para exercício até 08 de agosto de 2019;  
57           II. Antônio Carlos de Azevedo Lobão: mandato prorrogado em nove meses, para  
58           exercício até 08 de maio de 2019;  
59           III. Ronaldo Frois de Carvalho: mandato prorrogado em seis meses, para exercício até  
60           08 de fevereiro de 2019.

61 Ademais, em 23 de novembro de 2018, o Conselho de Administração da FINEP, no uso de  
62 suas atribuições, reconsiderou a DEL/CA/027/2018, estendendo o mandato de Ronaldo  
63 Frois de Carvalho até 08 de julho de 2019 (DEL/CA/064/2018 de 14/12/2018).

64 Todos os itens reportados nesse documento referem-se ao cumprimento do Plano de  
65 Trabalho do COAUD do ano calendário de 2018.

66

67 **ATIVIDADES DO COAUD/FINEP REFERENTES AO ANO DE 2018:**

68 Como parte de Programa de Treinamento do Plano de Trabalho 2018, a  
69 coordenadora do COAUD participou do curso “Melhores Práticas de Governança  
70 Corporativa” ministrado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), em 28  
71 e 29 de junho de 2018.

72 Durante o ano calendário de 2018, o COAUD reuniu-se em 24 (vinte e quatro) ocasiões  
73 para o acompanhamento e cumprimento do Plano de Trabalho aprovado para o Comitê.  
74 Ressalta-se que, em todas as reuniões, estiveram presentes todos os membros do COAUD  
75 de maneira presencial e/ou por meio de vídeo conferência.

76 Em reunião de 23 de fevereiro de 2018, o COAUD apreciou e discutiu as “Demonstrações  
77 Financeiras 2017”. Em 07 de março de 2018, o COAUD elaborou a Manifestação acerca  
78 das referidas demonstrações, encaminhando este documento ao Conselho de  
79 Administração que a apreciou em reunião de 23 de março de 2018.

80 O relatório anual com informações sobre as atividades, os resultados, as conclusões e as  
81 recomendações do Comitê Estatutário e o Parecer do COAUD acerca das  
82 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DO 1º.SEMESTRE DE 2018,  
83 atividade prevista no item IX do Capítulo V - Competências - do REGIMENTO INTERNO  
84 DO COMITÊ DE AUDITORIA DA FINEP foi elaborado em 08 de outubro de 2018, após o  
85 exame e as análises das Demonstrações Financeiras Intermediárias, acompanhadas do  
86 relatório dos auditores independentes relativo ao 1º. Semestre do exercício social de 2018  
87 e considerando as informações prestadas pelo representante da Administração da  
88 Companhia e pela Taticca Auditores Independentes S.S.- EPP.

89 Durante o ano de 2018, também foram tratados pelo COAUD os itens deliberados,  
90 especificados a seguir, as recomendações feitas a Diretoria (REC/COAUD-01/2018,  
91 REC/COAUD-02/2018, REC/COUAD-03/2018 e REC/COAUD-04/2018), às Análises



referentes às atribuições do Comitê de Elegibilidade que totalizaram vinte, discutidas e documentadas em reuniões presenciais e ou virtuais realizadas durante o ano em atendimento aos prazos estabelecidos por lei, em conjunto com as análises realizadas pela ACIR (Área de Conformidade, Integridade e Gestão de Riscos) e a colaboração da ASCL (Assessoria de Apoio aos Colegiados), entre os outros temas discutidos pelo Comitê acerca do trabalho da FINEP diretamente envolvidos às Competências e Atribuições do COAUD, como segue:

**1. Recomendações à Diretoria Executiva:**

- a. REC/COAUD – 01/2028: Comitê recomenda que a Diretoria Executiva aprove instrumento normativo que estabeleça critérios e níveis de competência para assinatura de contratos e outros documentos que determinem a constituição ou extinção de obrigações em que for parte a FINEP; que a Diretoria Executiva – no referido documento normativo – considere a obrigatoriedade da assinatura de, pelo menos, dois Diretores;
- b. REC/COAUD – 02/2018: Comitê recomenda que a Diretoria Executiva constitua comissão interna de sindicância para apuração de denúncias recebidas pelo canal da ouvidoria referente a reembolsos efetuados por empregados e por profissional(ais) de odontologia.
- c. REC/COAUD – 03/2018: Comitê recomenda, caso ainda não iniciado, estudo e aplicação das normas referentes as práticas contábeis adotadas no Brasil, que entraram em vigor durante o ano de 2018 (CPC 47 e CPC 48), bem como a apresentação a todos os interessados, dos eventuais efeitos no Patrimônio da FINEP em função das adoções das referidas normas e também de eventuais impactos causados pela aplicação da revisão do CPC 06 (R2).
- d. REC/COAUD-04/2018: Comitê recomenda, em virtude da proximidade do final do exercício de 2018 que as áreas responsáveis reportem, formalmente, as providencias tomadas considerando o Relatório de Recomendações da Auditoria Independente referente ao ano 2017 e o Informe de Diretoria INF/DIR/0075/2018.

**2. Auditoria Interna:**

- a. Acompanhamento dos relatórios de Auditoria Interna emitidos, incluindo deficiências, justificativas e planos corretivos;
- b. Acompanhamento da programação, escopo de horas e resultados de trabalhos realizados por meio do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) e Relatório Anual de Auditoria Interna (RAINT);
- c. Apreciação do Plano de Providências da FINEP.

**3. Auditoria Externa:**

- a. Durante a reunião do COAUD realizada em **18 de julho de 2018**, o Comitê recebeu o documento elaborado pela auditoria externa, Tattica Auditores Independentes S.S.- EPP, denominado “Relatório destinado a aprimorar os procedimentos contábeis e o sistema de controle interno” datado de **31 de dezembro de 2017**.

**4. Gestão de Riscos, *Compliance* e Ouvidoria:**

- a. Exercício das funções do Comitê de Elegibilidade, por decisão do Conselho de Administração;
- b. Acompanhamento da exposição ao Risco da FINEP, por meio do Plano de Atividades e do Relatório de Atividades Anual de Integridade e Gestão de Riscos;
- c. Recebimento e tratamento de temas relacionados à Ouvidoria da FINEP;
- d. Acompanhamento do relatório mensal das atividades da Ouvidoria da FINEP;
- e. Acompanhamento das demandas acerca do cumprimento do Novo Marco Legal e Regulatório das Empresas Estatais, conforme deliberação DEL/CA/040/2017 de 25 de setembro de 2017;
- f. Apreciação do Referencial de Combate à Fraude e Corrupção do TCU;
- g. Apreciação do Guia de Orientação sobre medidas de Integridade da FINEP.

**5. Governança Corporativa:**

- a. Manifestação acerca das Demonstrações Financeiras de 2017;
- b. Apreciação do “Relatório da Administração 2017”;

154 c. Apreciação do Plano de Gestão Estratégica com a Atualização da  
155 Estratégia de Longo Prazo e Plano de Negócios para o ano de 2019 -  
156 Análise de Riscos e Oportunidades.

157 **6. Gestão Financeira, Provisões e Indicadores:**

- 158 a. Apreciação do Programa de Dispêndios Globais;  
159 b. Apreciação do Fluxo de Caixa de curto e de longo prazo;  
160 c. Acompanhamento dos relatórios e indicadores trimestrais referentes às  
161 demonstrações financeiras da FINEP  
162 d. Acompanhamento das Demonstrações Contábeis do FNDCT (Fundo  
163 Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico);  
164 e. Apreciação da Norma de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

165 Na última reunião do ano calendário de 2018, realizada em 14 de dezembro de 2018, os  
166 membros do Comitê encerraram as atividades prevista em seu Plano de Trabalho.

167  
168

São Paulo, 08 de Março de 2019

Ao Exmo. Presidente do Conselho de Administração  
PROFESSOR ÁLVARO PRATA

**Assunto:** Manifestação Acerca das Demonstrações Financeiras da FINEP do Exercício de 2018

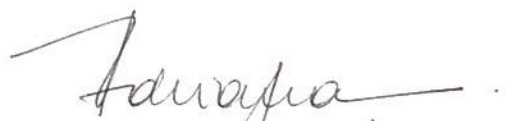
Senhor Presidente,

Em reunião ordinária do Comitê de Auditoria – COAUD realizada em 08/03/2019 os membros do referido Comitê encaminham a seguinte Manifestação:

**Demonstrações Financeiras Anuais de 2018**

Os membros do Comitê de Auditoria da FINEP, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê de Auditoria, procederam ao exame e análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 (“Demonstrações Financeiras 2018”) e, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela Taticca Auditores Independentes, opinaram, por unanimidade, que estas refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Empresa, e, neste sentido, estão em condições de serem aprovadas pelo Conselho de Administração da FINEP para seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, nos termos da lei.

Atenciosamente,



**ADRIANA BARALDI ALVES DOS SANTOS**



**ANTONIO CARLOS DE AZEVEDO LOBÃO**



**RONALDO FROIS DE CARVALHO**